

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

ALMEIDA, Ângelo Nolasco De. *Ângelo Nolasco de Almeida (depoimento, 1986)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 585 p. dat.

**ANGELO NOLASCO DE ALMEIDA
(depoimento, 1986)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: história de vida

entrevistador(es): Ignez Cordeiro de Farias; Plínio de Abreu Ramos; Verena Alberti

levantamento de dados: Ignez Cordeiro de Farias; Plínio de Abreu Ramos

pesquisa e elaboração do roteiro: Ignez Cordeiro de Farias; Plínio de Abreu Ramos

sumário: Verena Alberti

conferência da transcrição: Verena Alberti

copidesque: Verena Alberti

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 06/03/1986 a 20/08/1986

duração: 33h 45min

fitas cassete: 34

páginas: 585

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação em 1975.

Por determinação expressa no documento de cessão de direitos, a publicação integral desta entrevista só é permitida com autorização expressa do depoente.

temas: Abertura Política, Aliança Liberal (1929), Ângelo Nolasco, Ari Parreiras, Augusto Rademaker, Campanha do Petróleo (1948-1953), Carreira Diplomática, Castelo Branco, Clube Militar, Clube Naval, Companhia Siderúrgica Nacional, Comunismo, Ernesto Geisel, Escola Naval, Getúlio Vargas, Governo Emílio Médici (1969-1974), Governo Getúlio Vargas (1951-1954), Governos Militares (1964-1985), Henrique Teixeira Lott, João Goulart, Jânio Quadros, Leonel Brizola, Levante Integralista (1938), Marinha, Ministério da Marinha, Oriente Médio, Oswaldo Aranha, Partido Comunista Brasileiro, Planos Econômicos, Serviço Nacional de Informações, Tancredo Neves.

Sumário

1ª Entrevista: 06.03.1986

Origens familiares, histórico da Escola Naval; atuações de Sílvio Noronha e Renato Guillobel no restabelecimento do Colégio Naval, em Angra dos Reis (RJ); relato de episódio ocorrido após falecimento do filho do Almirante Álvaro Alberto e papel do entrevistado em seu desfecho; breve comentário sobre as oportunidades do entrevistado ao longo de sua vida; importância da boa memória do entrevistado no desempenho de suas funções; participação do pai na Revolta Armada e sua saída do serviço ativo da Marinha; perfil do pai; a infância do entrevistado; os irmãos e suas trajetórias de vida; os impedimentos ao matrimônio na carreira naval, no caso do entrevistado; relato de permanência em ilha Bela durante a Revolução Constitucionalista de 1932 e de desembarque forçado em Perequi (SC)

2ª Entrevista: 14.03.1986

Designação do entrevistado para funções no Arsenal da Marinha e do Ministério de Renato Guillobel; vantagens da mobilidade no desempenho de funções na Marinha; peculiaridades da população do Norte do país; perfil do Almirante Álvaro Alberto; ingresso do pai do entrevistado como professor na Escola Naval e seu desempenho; implicações da pesquisa atômica; impressões sobre uma base aérea americana e o comportamento dos oficiais norte-americanos em função da iminência de guerra; controle do Mediterrâneo pela Marinha norte-americana e o poderio da Marinha soviética; debate sobre envolvimento de Álvaro Alberto na defesa das reservas de minerais radiativos do Brasil; comentários sobre submarino atômico na Marinha brasileira; o ensino na Escola Naval; comentário sobre a atuação do Almirante Isaías de Noronha na direção da Escola Naval; breve relato de dois episódios envolvendo o Almirante Álvaro Alberto e o aluno Ernâni do Amaral Peixoto; algumas práticas de reprovação na Escola Naval; ligeiro comentário sobre a existência de judeus na carreira da Marinha; breve lembrança de alunos da Escola Naval oriundos do Colégio Militar e motivos pelos quais o entrevistado não cursou esse colégio; comentário sobre os colégios que frequentou antes de ingressar na Escola Naval; comentário sobre a importância da religião nos Estados Unidos; relato sobre hospitalização do entrevistado nos Estados Unidos, em 1962, lembranças da gripe espanhola; motivos que levaram o entrevistado a optar pela carreira de Marinha; preparação para o concurso de ingresso na Escola Naval; repercussão dos movimentos de 1922-1924 na Escola Naval; papel do entrevistado na criação do SNI, a partir da atuação em reunião do Conselho de Ministros, durante o governo Tancredo Neves; opinião sobre o SNI; atuação e postura adotada enquanto Ministro da Marinha (set 1961-jun 1962): relação com João Goulart, nomeação de oficiais, relato das prisões de Sílvio Heck e de Cândido Aragão, por indisciplina na corporação; processo de designação do entrevistado para a pasta; relação com Tancredo Neves; avaliação do parlamentarismo instaurado no Brasil em 1961; episódio de compra de aviões para a aviação embarcada durante a gestão do entrevistado no Ministério

3ª Entrevista: 19.03.1986

Limites da democracia no Brasil: comparação com outros países e breve análise da história política brasileira; menção a características do comunismo russo; isolamento de Getúlio no segundo governo; comentário sobre as responsabilidades de um ajudante-de-

ordens, com base na experiência do entrevistado; relato do socorro prestado ao Presidente Vargas após o acidente em que fraturou a perna; características da oposição à Getúlio Vargas no segundo governo; diferenças entre o Exército e a Marinha, no que tange ao envolvimento político; relato da participação nas articulações do movimento de 11 de novembro de 1955 e breve análise do ocorrido; breve perfil de Henrique Teixeira Lott; crítica conduta dos políticos latino-americanos e sua responsabilidade na eclosão de movimentos militares; necessidade de enfraquecer movimentos sindicais durante governos militares: casos da Argentina e do Brasil; breve referência adaptação de Getúlio Vargas ao regime constitucional, no segundo governo; importância do bom exemplo dado pelos governantes para a estruturação da democracia e comparação com a carreira militar; observações sobre o retorno democracia após governos militares; breve opinião sobre eleições indiretas para a Presidência da República; características do comunismo; ligeiro comentário sobre o fracasso do movimento comunista de 1935; comentários sobre o Plano Cruzado; opinião sobre Leonel Brizola; referência a San Tiago Dantas e a sua atuação durante o regime parlamentarista de João Goulart; detalhes da atuação de Olímpio Falconière da Cunha no movimento de 11 de novembro de 1955; reação da Marinha e do entrevistado, em particular, ao golpe de 29 de outubro de 1945; breve comentário sobre os governos militares e a transição para a democracia; ligeira discussão sobre o radicalismo na Marinha

4ª Entrevista: 11.04.1986

Origens familiares: avós paternos; carreira do pai na Marinha e como engenheiro no Ministério de Viação e Obras Públicas; vantagens da vida de oficial da Marinha; episódio envolvendo o príncipe Augusto de Saxcoburgo, em 1889, e seus descendentes; carreira dos irmãos; lembranças da mãe; residências do entrevistado na infância; breve comentário sobre a família de José Ventura Bôscoli, fundador do colégio que frequentou na infância; lembranças de colégios e estudos realizados antes de ingressar na Escola Naval; comentários sobre futebol e outros esportes; os trotes na Escola Naval; os exames realizados no Colégio Pedro II, a infância em Santa Teresa; breve descrição dos bailes de juventude; comentários sobre os movimentos da década de 1920; efeitos da missão naval americana no ensino da Escola Naval e nos recursos dos navios de guerra; aviação naval: histórico da Escola de Aviação Naval, opiniões respeito do assunto, os casos de outros países; primeiras experiências de navegação do entrevistado; avaliação do enfraquecimento da Marinha brasileira após a Proclamação da República: situação da Marinha Imperial, atuação do Exército; episódio de encomenda malograda de navios Inglaterra, anterior segunda Guerra Mundial; ingresso da Marinha no ciclo atômico; opinião sobre a posse das ilhas Malvinas e críticas política externa argentina

5ª Entrevista: 16.04.1986

Explicação de dois acidentes sofridos pelos tios do entrevistado, também oficiais da Marinha; episódio envolvendo o rendimento escolar do pai do entrevistado; comentários sobre a viagem de circunavegação do pai e referência sua especialização; breve referência ao ensino nos colégios e às aptidões do entrevistado; transformações causadas pela missão naval americana; descrição da evolução técnica da artilharia naval; breve comentário sobre o fato de terem saído três ministros da turma do entrevistado e as circunstâncias de nomeação para a pasta; detalhes do contexto de nomeação do entrevistado para o Ministério da Marinha; divisão dos oficiais de Marinha entre arquidques e jovens turcos, no início da década de 1920; detalhes envolvendo a revolta do couraçado São Paulo em 1924 e sua repercussão na Escola Naval; breve declaração sobre a posição do entrevistado diante de movimentos

revolucionários; opiniões sobre o Almirante Isaías de Noronha; comentários sobre o movimento da Aliança Liberal; referências Stélio Guaran Guia e a seu falecimento; relato do conflito armado entre as forças revolucionárias terrestres e o contratorpedeiro Pará, onde servia, em Florianópolis, em 1930; o treinamento, a bordo, para casos de emergência; referência comissão de sindicância instaurada na Marinha para apurar a atuação dos contra-revolucionários após 1930; comentários sobre a publicação da história naval brasileira; referências ao estilo desorganizado do entrevistado, especialmente para escrever; descrição da rotina de preenchimento dos livros de quarto, em navios; comentários sobre a vida bordo; referências família: o avô materno e o sobrinho; breves recordações do Movimento de 1935; comentários sobre o Levante Integralista de 1938; referências organização disciplinar do navio; relato de medidas tomada para combater possível sublevação comunista da guarnição de contratorpedeiros em que servia

6ª Entrevista: 23.04.1986

Relato detalhado de transporte de flagelados que realizou no comando de navio-transporte de tropas na década de 1950; perfil do Almirante Protógenes Guimarães: sua aptidão política, o incentivo aviação naval, a atenção aos suboficiais de Marinha; o apego tradição na Marinha: o uso de uniformes e condecorações; a necessidade de permeabilidade política da parte de ministros de Marinha e a posição pessoal do entrevistado; comentários sobre essa permeabilidade no Exército e na Aeronáutica; explicações sobre a estrutura do suboficialato no Exército e na Aeronáutica; explicações sobre a estrutura do suboficialato no Exército e na Marinha; referência escolha do Almirante Protógenes feita por Ernâni do Amaral Peixoto para padrinho da espada; o encontro com exilados dos movimentos da década de 1920 no Uruguai, por ocasião da viagem de instrução; comentários sobre o desempenho de Lúcio Meira e Paulo Bardy como alunos da Escola Naval; o Levante Integralista de 1938 e a influência do movimento na Marinha; breve referência notícia do golpe do Estado Novo; motivos pelos quais votou em Vargas, em 1930 (jan. 1939-fev. 1943); exemplos da consideração de Darci Vargas pelo entrevistado, enquanto servia como ajudante-de-ordens de Getúlio; relato de dois episódios pitorescos na convivência com Vargas nesse período

7ª Entrevista: 30.04.1986

A experiência como ajudante-de-ordens de Getúlio Vargas (1939-1943) e relato de casos que presenciou em serviço; observação sobre o contexto de declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo; a rotina de Getúlio durante o período em que serviu como seu ajudante-de-ordens; comparação entre os dois governos Vargas, especialmente com respeito relação do presidente com a população e o poder; observações sobre o esquema de segurança ao Presidente Vargas; breve perfil de Osvaldo Aranha; as posições de Osvaldo Aranha, Dutra e Gois Monteiro sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e as relações entre eles; opinião sobre o Almirante Guilherme e relato de um caso de promoção encaminhado por ele a Getúlio Vargas; relato de dois episódios em que o Presidente Vargas recorreu ao Almirante Heráclito da Graça Aranha; o contato do entrevistado com o mundo do teatro através da família Pascoal Segreto; comentário sobre o aprisionamento do navio Siqueira Campos em Gibraltar pela Inglaterra (1941); opinião sobre a posição do Brasil na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, durante a neutralidade e após a declaração de guerra ao Eixo; comentário sobre o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães; descrição da viagem pelo rio Paraná até Buenos Aires, quando foi assumir as funções de adido naval na Argentina e no Uruguai (1943-1945); as

atribuições do entrevistado nesta comissão e a importância das informações militares; impressões sobre a experiência de vida na Argentina e no Uruguai; opinião sobre a instituição de um Ministério de Defesa

8ª Entrevista: 07.05.1986

Relato de dois casos vinculados relação do entrevistado com o Almirante Guilhem; influência do entrevistado na criação do Instituto Rio Branco; algumas regras instituídas por Getúlio Vargas para a carreira diplomática; nomeação do Almirante Bierrenbachá para comando de navio durante a gestão do entrevistado como Ministro da Marinha (1961-1962) e a preocupação do entrevistado em ser impessoal em medidas deste gênero; perfil do Almirante Ari dos Santos Rangel; comentário sobre o exercício da função de ministro no posto de contra-almirante; coincidência na carreira de oficiais que chegaram a titulares da pasta da Marinha; opinião sobre a estrutura de chefia na Marinha; atuação da Força Naval do Nordeste no final da Segunda Guerra Mundial, durante o período em que nela serviu; relato do acidente do cruzador Bahia, no mesmo período; impressões sobre a situação política quando retornou da Argentina (1945); opinião sobre Eduardo Gomes; descrição de eventos envolvendo a relação entre o entrevistado e o Almirante Pena Boto e opiniões sobre esse Almirante; o ambiente em Natal enquanto servia como comandante do contratorpedeiro Beberibe (1946-1947) e o contato com Luís da Câmara Cascudo; relato de dois casos de imperícia do Almirante Pena Boto nas manobras de navios

9ª Entrevista: 14.05.1986

As viagens pelo país no período em que acompanhava Getúlio Vargas como ajudante-de-ordens; condição da aviação na mesma época; encargos iniciais da aviação naval e militar: a observação; a criação do Ministério da Aeronáutica (1941) e opiniões sobre a extinção da Aviação Naval; o significado do brigadeiro Eduardo Gomes para a Aeronáutica; a condição precária da Marinha no início da Segunda Guerra Mundial; comentário sobre a corrida armamentista; o papel das Forças Armadas em países menos desenvolvidos como o Brasil; comentário sobre o comunismo e sua infiltração nos países menos desenvolvidos; relato de negociações com a pasta da Fazenda e o Congresso, realizadas durante sua gestão como Ministro da Marinha (1961-1962) e durante sua atuação na chefia do gabinete de Renato Guillobel (1952-1954); opinião sobre a pouca permeabilidade política na Marinha, particularmente no que diz respeito a seus ministros; construção das residências de Marinha em Brasília durante sua gestão como Ministro

10ª Entrevista: 21.05.1986

Descrição das etapas de especialização dos oficiais de Marinha após realizado o curso da Escola Naval; o conhecimento que adquiriu ao especializar-se em máquinas; relato da construção do prédio da Escola de Guerra Naval, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e a atuação do entrevistado naquele sentido; comentário sobre o curso da Escola de Estado-Maior ; breve consideração sobre o uso de abreviações na Marinha; críticas designação de oficiais especializados para o exercício de funções burocráticas na Marinha; atuação do entrevistado como diretor de uma divisão no Arsenal de Marinha (1949-1951); a experiência como adido naval na Argentina e no Uruguai. e o testemunho da ascensão Peronista a partir de 1943; explicação do fato de ter sido adido naval duas vezes ao longo de sua carreira; relação dos ministros que merecem destaque por sua atuação na pasta da Marinha

11ª Entrevista: 06.06.1986

Reação notícia do golpe de 1945 na Força Naval do Nordeste, quando retornava ao Rio de Janeiro; relato de episódio de contra-espionagem ocorrido quando era adido naval na Argentina; os limites da Força Naval do Nordeste, e da Marinha de um modo geral, na participação em (ou reação a) movimentos internos; papel dos Almirantes Ari Parreiras e Soares Dutra na Base Naval de Natal e na Força Naval do Nordeste; perfil do Almirante Ari Parreiras e discussão sobre seu envolvimento no golpe de 1945; relato de episódios que evidenciam o desprendimento do oficial de Marinha Garcia Vidal; menção ao desempenho da função de presidente da Comissão de Marinha Mercante; exemplos de crítica política feita pelo humor popular; lembrança do relato feito por João Alberto do acidente de avião ocorrido no Uruguai (1930); a recusa do entrevistado de participar do desfile das tropas de Marinha diante do Presidente José Linhares; o relacionamento com o Almirante Heitor Doyle Maia e as qualidades desse oficial; breves contatos com Getúlio Vargas no Senado, após o golpe de 1945; críticas administração econômica do governo Dutra e ao gasto do saldo de divisas deixado pelo governo Vargas; breve reflexão sobre as razões que teriam levado Getúlio Vargas a indicar Dutra como seu sucessor; menção promoção que obteve durante o governo Dutra; ligeira referência ao projeto do Almirante Guillobel de criar o serviço feminino na Marinha; opinião sobre a revolta dos alunos da Escola Naval contra a direção do Almirante Pinto de Lima (1948); breve menção a dois cruzadores cedidos pelo governo norte-americano ao Brasil durante o governo Dutra; as três administrações na pasta da Marinha que merecem destaque, do ponto de vista do entrevistado; a relativa previsão quanto ao retorno de Vargas Presidência da República durante o governo Dutra; a campanha "O petróleo nosso" e a sugestão do entrevistado para que a Marinha também se manifestasse naquele sentido; as negociações de Getúlio com o governo norte-americano em torno da criação da Companhia Siderúrgica Nacional; o papel dos clubes Naval e Militar enquanto espaços de debate político; o ingresso do entrevistado como sócio do Clube Militar, por ocasião da disputa entre Estillac e Etchegoyen para a presidência do clube; opinião sobre o comunismo; impressões sobre Estillac Leal; crítica a comportamento de vice-governador maranhense em uma recepção, observado antes de 1930; causas do rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética e da cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (1947-1948)

12ª Entrevista: 18.06.1986

Os cursos realizados na carreira de Marinha: na época do entrevistado e atualmente; discussão sobre os critérios de escolha dos oficiais habilitados para os cursos que permitem ascender a almirante; opinião sobre os processos de promoção na carreira de Marinha e o exemplo de três casos de conhecimento do entrevistado; considerações sobre a promoção em tempo de guerra; o caso da promoção do entrevistado durante o governo Juscelino e a relação com o então ministro da Marinha Matoso Maia; discussão sobre os efeitos da reforma Castelo Branco, que limita o tempo de serviço dos oficiais-generais e antecipa a passagem para a reserva; menção a almirante norte-americano e a almirante soviético, que permaneceram longamente em altos postos de comando; o isolamento no poder; comparação entre o primeiro e o segundo governo Vargas; vantagens e desvantagens da constituição do poder central em Brasília; considerações sobre o papel ainda limitado da televisão nos anos 50; opinião sobre o exercício da democracia no Brasil; breve parecer sobre o governo Dutra; análise do segundo governo Vargas; relato do Almirante Guillobel de reunião a que foi convidado por Zenóbio da Costa ao fim do segundo governo Vargas; avaliação da escolha dos ministros militares no segundo governo Vargas; a necessidade da disciplina nas Forças Armadas; processo

de nomeação do Ministro Amorim do Vale para a pasta da Marinha (1954-5) e sua reação aos projetos do antecessor, Almirante Guillobel; experiência do entrevistado sob a gestão do Ministro Amorim do Vale, enquanto adido naval na Espanha; reação do entrevistado ao suicídio de Vargas; detalhes do movimento de 11 de novembro de 1955; considerações sobre o caráter excepcional de se exercer funções no exterior por três vezes, como foi o caso do entrevistado; opinião sobre a escolha e a administração do Ministro Alves Câmara (1955-1956); descrição do projeto do Almirante Guillobel de construir vila operária e casas para oficiais subalternos em terreno próximo Avenida Brasil, no Rio de Janeiro; a diferença entre terrenos da Marinha e de Marinha; atuação do entrevistado na sistematização do serviço de lanchas do Arsenal de Marinha, época em que I servia; perfil do Almirante Sílvio de Noronha: seu caráter detalhista e centralizador; episódio da Marinha norte-americana na Segunda Guerra que demonstra a necessidade de descentralização administrativa; o processo de decisão da participação das Forças Armadas em conflitos internacionais; opinião sobre o papel dos clubes Naval e Militar no debate político; a eleição para presidente do Clube Militar em 1952 e a escolha feita pelo entrevistado; a aversão ao comunismo dentro das Forças Armadas e a opinião do entrevistado; comentário sobre a crise gerada pelo aumento de 100% do salário mínimo, no segundo governo Vargas; discussão sobre o exercício do cargo de ministro nas Forças Armadas por oficiais de postos inferiores ou por civis: os casos da Marinha e de Nero Moura, na Aeronáutica; observações sobre as derrotas de Eduardo Gomes nas eleições presidenciais e sobre seu significado para a Aeronáutica

13ª Entrevista: 25.06.1986

Breves observações sobre o Inquérito Policial Militar instaurado após as eleições no Clube Militar em 1952; discussão sobre a quem cabe a competência de determinar abertura de inquérito na Marinha; o caso de duas lanchas encalhadas por falta de informação sobre alterações em suas potências; descrição da Ilha de Trindade e história de sua ocupação; avaliação do projeto de transformação da Ilha de Fernando de Noronha em local turístico; os movimentos subversivos na Marinha: predomínio do pessoal subalterno, influência da revolta do encouraçado *Potemkim* e comparação com o Exército; relação dos oficiais de Marinha com os marinheiros; a Revolta da Armada (1893-1894) como lição para a Marinha não se envolver em questões de política nacional; discussão sobre a possibilidade de oficiais da reserva, ou da ativa em função não militar, se manifestarem por veículos de comunicação e se envolverem na atividade política; as prisões de Sílvio Heck ordenados pelo entrevistado quando ministro; limites, vantagens e desvantagens da saída de oficiais das Forças Armadas antes de concluírem a carreira: os casos de escolha própria e da queda do segundo governo Vargas; opinião sobre Carlos Lacerda; breve menção à Frente Ampla; comentário sobre o Inquérito do Galeão (1954); opinião sobre a interferência norte-americana na política brasileira: o comportamento dos Estados Unidos e a responsabilidade brasileira; a responsabilidade do Congresso na ascensão de governos e o caso argentino de Isabelita Perón; avaliação da ascensão de Ronald Reagan Presidência dos Estados Unidos

14ª Entrevista: 09.07.1986

Impressões sobre a Espanha quando I serviu como adido naval (1954-1955): as dificuldades de desenvolvimento e do acordo militar com os Estados Unidos; discussão sobre o caráter diplomático das funções do entrevistado ao longo de sua carreira; desvantagens da carreira diplomática; atuação do entrevistado como presidente da

Comissão de Marinha Mercante, ao final do governo Juscelino: o caso da compra irregular de navios da Transmarítima; o episódio do embarque de Juscelino no navio Barroso, em Santos, quando o entrevistado era capitão dos portos de São Paulo; opinião sobre a atuação política de Sílvio Heck durante o governo Juscelino; a oposição de segmentos das Forças Armadas a Juscelino e detalhes do Movimento do 11 de novembro de 1955; menção às funções de chefe do estado-maior do 1º Distrito Naval e de capitão dos portos de São Paulo, que desempenhou entre 1955 e 1957; perfil do Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues; descrição da estrutura organizacional de um estado-maior; opinião sobre a mudança da capital para Brasília; comentário sobre o episódio de cessão da espada de ouro ao Marechal Lott em novembro de 1956; perfil do Almirante Alves Câmara; a constituição e as atribuições do Conselho do Almirantado; perfil do Almirante Lúcio Meira; discussão sobre a origem da denominação "oficial-general"

15ª Entrevista: 16.07.1986

Relato da experiência como comandante de navio-transporte ao transportar tropas para a faixa de Gaza (1957); análise da situação no Oriente Médio e o processo de decisão, no governo, acerca do envio da tropa; o enfraquecimento do poder político da Marinha no conjunto das Forças Armadas desde a Revolta da Armada; a instituição da Educação Física no Brasil no início da década de 1920, como iniciativa da Marinha; menção aos abalos sofridos na estrutura da Marinha depois da Revolução de 1930; detalhes da viagem do navio-transporte para a faixa de Gaza: a cerimônia da passagem da linha do Equador, a cirurgia de urgência de um soldado da tropa em Marselha, a passagem por Recife; circunstâncias da nomeação do entrevistado para a subchefia do Estado-Maior da Armada (1959); crítica ao alcance da ação das Forças Armadas nos serviços de informação de caráter interno; opinião sobre o reatamento das relações diplomáticas com Cuba durante o governo Sarney; relato de sugestão feita pelo entrevistado para o afastamento do embaixador de Cuba o Brasil, durante sua gestão no Ministério da Marinha (1961-1962); comentário sobre os planos de invasão Guiana durante o governo Jânio Quadros e a interferência do entrevistado para evitar sua publicação; opinião sobre a política externa do Governo Jânio Quadros; a posição do Conselho do Almirante em relação posse de João Goulart: o processo de deliberação a respeito, detalhes da divulgação ao público, o significado no interior das Forças Armadas e a atitude do Ministro Sílvio Heck

16ª Entrevista: 23.07.1986

As eleições presidenciais de 1960; opinião sobre a possibilidade do militar da reserva se manifestar a respeito de política; apreciação da trajetória política de Jânio Quadros e sua eleição para a prefeitura de São Paulo; explicação sobre conversa que manteve com o Ministro Sílvio Heck por ocasião da crise da renúncia de Jânio Quadros; esclarecimento sobre o período em que exerceu a subchefia do estado-maior da Armada (EMA): breve menção ao relacionamento com o Almirante Ari dos Santos Rongel; a situação do meio militar, especialmente na Marinha, durante a crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros e a função da tropa de Marinha enviada ao Sul, frente mobilização do III Exército; atuação do entrevistado como Ministro da Marinha: a preocupação em dar comissões a todos os oficiais; breve perfil de Tancredo Neves; especificidades do parlamentarismo implantado no Brasil e comentário sobre a queda do primeiro gabinete parlamentarista; parecer sobre a "Operação Mosquito" que interceptaria o avião de João Goulart antes da posse; perfil de San Tiago Dantas e as razões que impediram que se tornasse primeiro-ministro; as circunstâncias de atuação

do primeiro gabinete parlamentarista; apreciação do desempenho de Ulisses Guimarães e Franco Montoro durante o período em que eram ministros do gabinete Tancredo; os despachos do entrevistado com o primeiro-ministro Tancredo Neves e o Presidente João Goulart e as reuniões do Conselho de Ministros; a rotina de administração da Marinha durante a gestão do entrevistado como ministro; atuação do entrevistado como presidente da Comissão de Marinha Mercante; discussão sobre a subordinação da Marinha Mercante ao Ministério da Viação, e não ao da Marinha; a questão da aviação embarcada: atuação do entrevistado como subchefe do EMA e como Ministro da Marinha para a compra de aviões, críticas posição da Marinha frente ao assunto e a oposição da Aeronáutica; menção a envio de reserva de ouro aos Estados Unidos em navio transporte durante o governo João Goulart; referência viagem de João Goulart aos Estados Unidos durante o primeiro gabinete parlamentarista

17ª Entrevista: 30.07.1986

Motivos da renúncia do primeiro gabinete parlamentarista do governo João Goulart; opinião sobre a atuação de Leonel Brizola durante o governo Jango; características necessárias a um político e o exemplo de Getúlio Vargas; a composição e o papel do Conselho do Almirantado; relato da promoção de Pedro Paulo de Araujo Suzano a Almirante-de-esquadra, durante a gestão do entrevistado no Ministério da Marinha; comentário sobre a atuação do Almirante Suzano como Ministro da Marinha (1962-1963) e o convite indireto ao entrevistado para que retomasse pasta da Marinha ainda no governo Jango; a função de delegado da Marinha na Junta Interamericana de Defesa em Washington (1962-1964): circunstâncias da nomeação para o cargo, repercussão, na delegação brasileira, dos acontecimentos políticos do governo Jango e a função acumulada com a de assessor do embaixador brasileiro na OEA ; comentário sobre Roberto Campos e sua atuação como embaixador nos Estados Unidos durante o governo Jango; a estrutura e a organização do trabalho na Junta Interamericana de Defesa; impressão sobre os Estados Unidos durante esse período; a relação entre o governo e os cidadãos , a reação norte-americana instalação de mísseis soviéticos em Cuba (outubro de 1962), o assassinato de John Kennedy (22.11.1963) e o racismo nos Estados Unidos; comentário sobre a função dos adidos militares; a passagem de força-tarefa da Marinha norte-americana pelo porto de Santos época em que o entrevistado era capitão dos portos de São Paulo (1956-1957); opinião sobre o retorno ao presidencialismo durante o governo João Goulart e a crise de 1964; motivos e desvantagens dos golpes militares; a formação militar e a ênfase no anticomunismo; a prática de trabalho na Junta Interamericana de Defesa e o problema da padronização do armamento; o prestígio que o militar tinha na sociedade, especialmente entre as moças; vantagens e desvantagens do casamento na Vila Militar

18ª Entrevista: 06.08.1986

As informações obtidas nos Estados Unidos sobre os antecedentes da crise de 1964 e as conseqüências do plebiscito que instaurou o regime presidencialista no governo João Goulart; impressões sobre o final do governo Jango: a revolta dos sargentos em Brasília (setembro de 1963), opinião do senador Filinto Muller sobre João Goulart e sua relação com o Congresso, o Comício de Reformas (13.03.1964); os papéis de Assis Brasil e Leonel Brizola no governo Jango; avaliação da atuação de João Goulart como presidente e relato de conversa em que Jango se declarava não comunista; críticas gestão do Almirante Sílvio Mota no Ministério da Marinha (1963-1964) e à ingerência dos ministros militares na política; comentário sobre os convites que o entrevistado recebeu para a função de ajudante-de-ordens; críticas ao desempenho da Marinha na

repressão revolta dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos (25.03.1964); comentário sobre o caráter de Cândido Aragão e a impropriedade de ter alcançado o almirantado; opinião sobre o "cabo" Anselmo; a carta precatória enviada ao entrevistado nos Estados Unidos, como parte de inquérito instaurado na Marinha após o movimento de 1964; a Associação de Cabos e Marinheiros e o Clube Humaitá Esportivo: suas características do ponto de vista da legalidade; crítica às reivindicações da Associação de Cabos e Marinheiros - os direitos de casar e de andar paisana - e as especificidades do estilo de vida na Marinha; a importância da hierarquia e da obediência na Marinha; a reação do almirantado anistia dada por João Goulart aos integrantes da revolta dos marinheiros; breve relato da nomeação de Maximiano da Fonseca como sócio benemérito do Clube Naval; a subversão da autoridade no meio militar e as consequências da implantação do regime presidencialista no governo João Goulart; a volta do entrevistado ao Brasil e as dificuldades para assumir nova função durante a gestão de Ernesto Melo Batista no Ministério da Marinha; relato do rompimento de relações com Melo Batista anterior ao governo João Goulart; menção relação entre Castelo Branco e Augusto Rademaker; a solução dada por Castelo Branco ao problema da aviação embarcada e a reação de cinco almirantes; perfil de Augusto Rademaker; a reação, nos Estados Unidos, notícia do golpe de 1964 e as impressões do entrevistado; impressões sobre Castelo Branco; a punição após 1964, de oficiais que haviam servido no gabinete do Ministério da Marinha na gestão do entrevistado; a transferência do entrevistado para a reserva (1966), a promoção ao posto de Almirante, o corte de gratificação no governo Médici e as dificuldades para reavê-la judicialmente; o inquérito instaurado na Marinha após 1964 e críticas a cassações indevidas; a peculiaridade da cassação de Ernesto Melo Batista; apreciação dos governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici; a eleição e o governo Negrão de Lima no Estado da Guanabara (1965-1971); a contribuição do Ministro da Marinha Renato Guillobel (1951-1954) ao projeto de alargamento da Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro; comentário sobre o encaminhamento da sucessão de Castelo Branco; a crise na Escola Naval em decorrência de entrevista de José Santos Saldanha da Gama publicada na revista Galera; perfil do Almirante Saldanha da Gama

19ª Entrevista: 13.08.1986

Avaliação do governo Médici (1969-1974); opinião sobre a pena de morte; a influência da televisão e do cinema na produção da violência; o problema do menor abandonado e o controle da natalidade; a compra de petróleo diretamente Petrobrás para o abastecimento dos navios época em que o entrevistado era Ministro da Marinha e a falta de preocupação com o consumo do petróleo no Brasil; a falta de planejamento na administração pública e comparação com a prática militar; críticas ao exercício da política no Brasil e a necessidade de intervenção militar ; circunstâncias de decretação do AI-5 (13.12.1968); a relação do militar com a política; a passagem para a reserva (1965) e o trabalho na firma de representação de estaleiros ingleses, com Renato Archer; relato da aquisição de submarinos e contratorpedeiros para a Marinha envolvendo negociações com os Estados Unidos e a Inglaterra durante as gestões de Rademaker (1967-1969) e Adalberto de Barros Nunes (1969-1974) na pasta da Marinha; opinião sobre a reserva de mercado; avaliação da trajetória dos governos militares e a linha castelista retomada por Geisel; perfil do Presidente Geisel; considerações sobre a crise do petróleo; a organização de atribuições no primeiro escalão da Marinha e comparação com o Exército; a situação do Presidente Figueiredo em relação aos governos militares que o antecederam; avaliação da abertura política e das perspectivas nacionais época da entrevista; críticas ao comunismo e a ameaça de

esquerdização do país; considerações sobre o Plano Cruzado; o grupo dos "búfalos" só criado por divertimento pelos alunos da Escola Naval época em que o entrevistado era aspirante; as brincadeiras do colega de Marinha José Machado Pavão

20ª Entrevista: 20.08.1986

A gestão do entrevistado no Ministério da Marinha e suas realizações: as visitas de inspeção instalações da Marinha em todo o país, o trato da questão política no primeiro escalão e a comissão dada a todos oficiais-generais, a relação com o Ministro da Fazenda na obtenção de verbas para a Marinha e a elaboração do orçamento da Marinha para 1962, o caso do pagamento de prestações de navios em dólar no paralelo, a compra de navio-oficina e dique flutuante aos Estados Unidos, o arrendamento de submarinos aos Estados Unidos, a concorrência para construção de navio-transporte de óleo, a compra de aviões para a aviação embarcada, continuidade da construção da base aeronaval de São Pedro da Aldeia, a remodelação do navio-escola Almirante Saldanha para navio oceanográfico e a participação de seu comandante, a construção de residências em Brasília para a transferência do pessoal de Marinha, a retomada da construção da base naval de Aratu, a instalação do Centro de Adestramento Almirante Marques Leão, dotação para a construção de embarcações para a Diretoria de Portos e Costas, regulamentação do retorno a postos adequados de oficiais que fizeram cursos no exterior, o restabelecimento dos postos de adido naval suprimidos por Jânio Quadros e a criação das funções de adido naval na França e no México, as dotações para a regulamentação da entrega de uniformes aos marinheiros e para o aprimoramento do serviço de reembolsáveis, a retomada da construção da escola de aprendizes em Alagoas; balanço geral da gestão no Ministério da Marinha e da trajetória do entrevistado

1ª Entrevista: 06.03.1986

P.R.- Almirante, esta entrevista tem o sentido que nós chamamos de história de vida. E o objetivo básico inicialmente, portanto, recolher informações a respeito de seus antecedentes familiares, de sua infância, de seu convívio na família, de seus primeiros passos na escola. De modo que a pergunta inicial seria a seguinte: como era composta a família do senhor?

A.A.- A minha família, que eu tenho idéia, idéia principal, o meu pai e minha mãe, sabe? Agora, meu pai e minha mãe eram catarinenses, meu pai de Florianópolis e a minha mãe de Laguna. Meu pai era primo-irmão de minha mãe, mas não se conheciam bem, porque ele morava em Florianópolis e minha mãe em Laguna. Ela era filha de uma irmã da mãe do meu pai. Esse relacionamento chegou mais intenso entre os dois com a entrada dele para a Escola Naval, porque ele teve chance de ir a Laguna etc. E a! conheceu a minha mãe. Conheceu a minha mãe mais intimamente, estreitaram seu relacionamento, e, quando ele saiu guardamarinha, então já estava noivo de minha mãe. A! fez a viagem de circunavegação, que levou dois anos, veio da viagem de circunavegação e casou-se com ela. Desse casamento nós praticamente - éramos - oito filhos; quatro homens e quatro mulheres, porque dois faleceram prematuramente etc. Então eram quatro homens e quatro mulheres.

I.F.- Quer dizer, nasceram dez?

A.A.- Nasceram dez, mas oito sobreviveram. E ficaram quatro homens e quatro mulheres. Como muito comum - eu tenho observado muito - , as mulheres nascem primeiro [riso] e os homens nascem depois.

I.F.- São mais apressadas ... [riso].

A.A.- L em casa se deu mais ou menos assim. Lendo A República , do Platão, encontrei um fato muito curioso das exposições dele. Eu não sei por que, nem no que eu l! dizia por que. Ele dizia: "Os homens só casarão depois dos trinta anos para terem maior probabilidade de terem filhos homem só . Quer dizer, ele, Platão, pensava na importância do sexo masculino na formação da sociedade. Então, ele chegou conclusão - que eu não sei por que - que a probabilidade de nascerem filhos homens era maior quando os homens procriadores tinham passado a idade dos trinta anos.

I.F.- Trinta anos.

A.A - E eu tenho reparado que geralmente nos casamentos todos - porque todo mundo casa muito cedo -, geralmente as mulheres nascem antes.

I.F.- engraçado isso. Não prestei atenção ainda.

A.A - Evidentemente, não há regra fixa, mas um cálculo de probabilidade. Do que eu tenho visto, muito comum nascerem as mulheres antes. Agora mesmo, os meus netinhos; primeiro nasceu uma mulher e depois que nasceu um menino. muito comum isso.

I.F.- Agora, eles eram descendentes de estrangeiros, os dois?

A.A.- Não, não. Nossa descendência praticamente de portugueses.

I.F.- porque essa região, tanto de Florianópolis, como da Laguna, teve uma influência muito grande do açoreano, não?

A.A.- Parte alem etc.

I.F.- Mas mais o vale do Itajaí, não é?

A.A. - Mas não tem; que eu saiba, não. Porque o meu avô, pai de meu pai, era mineiro, e minha avó era catarinense por parte de pai. E meu avô, por parte de mãe era cearense e minha avó materna, por parte de mãe, era catarinense também. A maior parte da família, que eu tenho idéia, do sul do Brasil.

I.F.- Sei.

A.A. - Porque meu avô mesmo, não sei por que... Meu avô - notícia que eu tinha quando era criança -, se incompatibilizou com a família. Muito cedo largou Minas Gerais e veio para o litoral. E a! que ele ingressou na Marinha.

I.F.- Ah, seu avô também foi oficial de Marinha?

A.A. - Também foi da Marinha. E aí, então, foi servir no Sul. E, no Sul, então casou com a minha avó, que já era viúva e mãe de uma menina, pequenina. Ela era casada com um nobre, que era chamado de dom Diogo. E esse nobre foi assassinado; ausente de casa, foi assassinado e minha avó ficou viúva. Quando conheceu o meu avô e o meu avô queria casar com ela, meus bisavós não queriam o casamento. Eu estou contando isso para ver como era a escolha, como era realmente a importância dos pais no casamento dos filhos.

A.A.- E os meus bisavós não queriam que a minha avó casasse com meu avô. E ela disse: "Não, a primeira vez, eu casei com a vontade de vocês, porque vocês quiseram; agora, não, agora eu já sou viúva e eu quero casar com ele, porque quero mesmo". E casou. E dessa ligação, então nasceram... Eu tive vários tios, tinha uns cinco ou seis que eu não me lembro exatamente, porque faleceram mais cedo etc., mas me lembro que eram três homens e duas moças. Essa que foi a geração que a minha avó teve depois, no segundo casamento, do qual eu descendo.

I.F.- E todos ficaram em Florianópolis?

A.A. - Não, depois todos foram vindo para o Rio de Janeiro, porque meu avô foi transferido para o Rio também. Meu pai foi para a Escola Naval, cursou a Escola Naval; meu outro tio, que era mais velho do que ele, também cursou a Escola Naval. E o outro também foi, esse veio direto, foi para Mato Grosso, por ali. E um outro tio, que teve uma doença qualquer cerebral, não pôde estudar; ficou meio atrasado etc. Mas os três conseguiram estudar; todos saíram do Sul, de Santa Catarina, e vieram se radicar no Rio de Janeiro. E meu avô e minha avó acompanharam, todos se transladaram, praticamente fixaram residência no Rio.

P.R. - O seu avô ingressou na Escola Naval ainda no tempo da Monarquia?

A.A.- Não, não. Eu ingressei depois. Meu pai ingressou...

I.F.- Não, o avô.

A.A. - Meu avô, já... Na Monarquia, e meu pai também. E as cartas-patentes deles são assinadas pelo imperador. As altas cartas-patentes são umas coisas desse tamanho, e o imperador não assinava o nome, ele botava assim: "Imperador", enviesado, e punha um risco e três pontos em triângulo. Parece que era um sinal de maçonaria. Eu tenho as cartas-patentes; estão muito velhas, muito maltratadas, porque não houve um certo cuidado, mas fiquei admirado de ver o tamanho da carta-patente. Era um negócio enorme, dando as garantias etc.

P.R.- E o avô do senhor chegou também a almirante, não?

A.A. - Não, meu avô saiu cedo. Meu avô era intendente de Marinha. E depois de uma certa idade, pela dificuldade de acesso etc., ele se aposentou, mas não chegou a oficial-general, não.

P.R. - A decisão dele de ingressar na Marinha foi depois que ele saiu de Minas incompatibilizado com a família?

A.A - Foi depois que saiu de Minas que ele resolveu ingressar na Marinha. A idade mais ou menos, assim, eu não me lembro, porque não tenho idéia daquelas recordações, que o meu pai tivesse feito qualquer menção a isso.

P.R.- E, naquela época, já havia a Escola Naval, não?

A.A.- Já, já. A Escola Naval, eu não me recordo a época da fundação da Escola Naval, mas muito antiga.

I.F. - É, porque o almirante Maximiano nos falou que antigamente a Escola Naval era na Ilha das Enxadas, mas que ela começou a bordo de um navio e que depois mudou-se para o mosteiro de São Bento.

A.A - E mudou-se, funcionou na praça ..., ali onde 'e a Escola Politécnica.

P.R.- No largo de São Francisco.

A.A.- Ali no largo de São Francisco. Também esteve instalada ali.

I.F.- Quer dizer que, então, isso começou a bordo de um navio ...?

A.A.- Começou a bordo de um navio, se não me engano. Não me recordo muito, não.

I.F.- Não sabe, não é? Foi para o mosteiro de São Bento...

A.A - Esteve no mosteiro de São Bento, esteve no largo de São Francisco.

I.F. - Agora, o senhor sabe o que era, naquela época, o mosteiro de São Bento?

A.A.- Eu não tenho a mínima idéia.

I.F.- Quer dizer, ainda não era dos padres? Não sabe, não.

A.A - Não tenho idéia. Talvez fosse, porque os padres costumavam procurar os lugares

elevados. Isso a gente vê em tudo quanto igreja. De modo que possível que os padres tivessem se instalado lá, nos seus primórdios. Depois, tem outra coisa curiosa: aquela igreja, para ser feita com aquela majestade toda, aquela exuberância de recurso, aquilo deve ter muito tempo de idade para...

I.F.- É.

A.A.- E aquela construção toda, aquele bloco todo do mosteiro... Eu digo pelo que eu vi do mosteiro...

I.F. - Exato. É, e eu vi que tem uma grande parte da Marinha que colada ao mosteiro, não é?

A.A.- É.

I.F.- Os terrenos ali da Marinha...

A.A.- Perfeitamente, [em beira]¹ com o mosteiro etc.

I.F. - Exato. Quer dizer que, então, depois do mosteiro, foi para o largo de São Francisco.

A.A - Foi para o largo de São Francisco. Não sei se depois ou não sei. Mas sei, por leitura etc., que funcionou também no largo de São Francisco.

I.F.- E só depois que mudou para a ilha das Enxadas.

A.A.- Depois... Não sei onde ela esteve, mas depois foi para a ilha das Enxadas, onde eu comecei e acabei. O meu irmão mais velho, não; esse começou em Angra dos Reis, na antiga escola de grumetes, e fez todo o curso na Escola de ... Depois, quando eu entrei para a Escola - curioso -, quando entrei para a Escola Naval, na ilha das Enxadas, o Ministério tinha mudado a escola de grumetes justamente naquele ano para a ilha das Enxadas. Eu fui pegar outra vez a ilha das Enxadas.

I.F.- E o que era essa escola de grumetes?

A.A.- Era uma escola para abrilhar e preparar os marinheiros.

I.F.- o que chamam de aprendiz de marinheiro?

A.A - uma espécie de aprendiz de marinheiro. Mas... Se dessas coisas curiosas. A Escola realmente muito bonita. Não sei se conhecem...

I.F.- Não.

A.A - É, o local lindo etc. E a escola muito bonita, panoramicamente, uma fachada muito ... Não enorme, mas muito bonita como arquitetura - para mim. Pode ser que os arquitetos achem uma porcaria, mas para o meu gosto de ignorante, eu acho muito bonita.

I.F.- Essa de grumete?

¹ Expressão mais aproximada do que foi possível ouvir.

A.A - Essa de grumete, l em Angra, na Tapera. Chamam de Tapera. Quando a Escola ficou pronta, o Ministério da Marinha, que era o almirante Alexandrino, achou que a Escola estava muito boa para grumete. Então, a Escola Naval, naquele aspecto modesto da ilha das Enxadas, ele resolveu transferir a Escola Naval para Angra dos Reis e aproveitar aquele prédio, e os grumetes ficaram num outro local que eu não me lembro qual seria. E assim transferiu a Escola Naval para lá, o que levantou uma celeuma muito grande, uma exasperação muito grande, de vários elementos da Escola, inclusive do corpo docente. Porque o corpo docente estava fixado no Rio de Janeiro e tinha, - inclusive meu pai, que era professor na época - argumentos para achar que não podia ser removido para ensinar em Angra dos Reis. Isso gerou luta muito grande dos professores com o almirante Alexandrino, que era o ministro. Porque o almirante Alexandrino era muito decidido e eu acho que ele fazia as coisas, - impressão de algumas coisas - , ele fazia para depois examinar a situação. Ao contrário do que ensina a Escola de Guerra Naval, dos ensinamentos estratégicos etc.: a gente primeiro examina a situação para depois decidir, não é? [riso] Ele decidia e depois que examinava a situação. E então mudou a escola. Isso levantou uma discussão muito grande através da imprensa etc. Mas, aquele caso: "manda que pode, obedece quem deve". E o meu pai teve que passar a viajar para Angra dos Reis etc. Passava três dias em Angra dos Reis e três dias aqui. Isso alterou muito o sistema de ensino da escola, porque os alunos recebiam um pacote de aulas de uns assuntos durante três dias seguidos, e, nos outros três dias, aquela matéria ficava ociosa. Mas, de qualquer jeito, os oficiais foram se fazendo, os almirantes foram nascendo, oriundos de lá, e nós não perdemos guerra nenhuma por isso, não é? Mas houve isso: o ensino era muito antididático e o meu pai se subordinou... Tinha que acordar de madrugada, pegava um trem, ia até o local da costa do estado, chamado Itacuruçá, pegava um naviozinho que chamavam de arranca-tocos, [riso] e ia embora para chegar em Angra dos Reis, porque não havia acesso a Angra dos Reis a não ser por mar - a não ser por umas estradas horrorosas. Então, ele tinha que fazer isso: todas as semanas, tinha que passar três dias l e vinha para o Rio para exercer as funções daqui. Porque, na época, além de ser professor da Escola, ele já era engenheiro do Ministério da Viação, ele trabalhava no Ministério da Viação.

I.F. - E essa antiga escola de grumetes que agora o Colégio Naval, ou não?

A.A.- É o Colégio Naval, exatamente. Colégio Naval que foi inaugurado, na providência do nosso almirante Sílvio Noronha, que era ministro, que era uma grande figura. E o almirante Sílvio quis restabelecer o Colégio Naval. O almirante Sílvio Noronha uma figura altamente respeitável. O pai dele era um homem ilustríssimo, também: foi almirante, foi [inaudível], comandou um navio na viagem de circunavegação etc. E teve um programa naval, que não chegou a realizar totalmente. E o almirante Sílvio, então, procurou - talvez influenciado pela memória do..., das providências paternas, ele resolveu restabelecer um Colégio Naval para preparar especificamente os alunos para se candidatarem Escola Naval, que, na época, era um acesso meio difícil, porque o número de candidatos era muito grande. Esse ensino de base matemática mais profundo não era visto com tanto interesse pelas outras áreas, e havia um grande número de reprovações no acesso, que não entrava para a Escola. Então, ele resolveu fazer o Colégio Naval, preparava militarmente e intelectualmente para a Escola Naval. O Colégio Naval tinha dois anos.

Quando o almirante Guillobel assumiu o Ministério - ele substituiu o almirante Sílvio -, a providência toda estava delineada, mas não estava executada, porque inclusive as instalações na Tapera - o que nós chamamos Tapera - ainda não estavam prontas e não tinha sido nomeado o diretor. A organização , a administração , nada estava feito. Mas o Almirante Guillobel não transformou a idéia do almirante Sílvio; adotou em gênero e número [aquela idéia]² do

² Expressão mais aproximada do que foi possível ouvir.

almirante Sílvio e foi no tempo dele - que eu era subchefe, depois passei a chefe - que foram tomadas as providências para [mesmo o preparo]³, o Colégio Naval começar a funcionar. Deu um trabalho muito grande porque havia uma série de coisas que tinha que sair no reino da improvisação, não é?

I.F. - Mas vamos ver se eu entendi bem. O senhor me disse que, então, teve a escola de grumetes em Angra dos Reis...

A.A. - Exato.

I.F. - Transferiram a Escola Naval para lá.

A.A. - Transferiram, de fato.

I.F. - Mas, então, durou pouco tempo...

A.A. - Durou algum, não foi pouco tempo, não, creio que mais de uns dez anos.

I.F. - Ah é?

A.A. - É

I.F. - A! então que veio...

A.A. - A! depois, então, com o almirante Alexandrino, se não me engano, ele mudou outra vez... Não sei se foi ele. Quando tinha recebido o Ministério, ele mudou... Foi ele, foi na regência da administração dele - porque quando eu entrei para a Escola, ele era ministro. Então o, ele mudou outra vez a Escola Naval para a ilha das Enxadas...

I.F. - Voltou ao lugar antigo.

A.A. - Voltou ao lugar antigo [inaudível]. Voltou ao lugar antigo, e a! já com uma orientação diferente, porque ele já estava bem permeado instrução formação americana.

I.F. - Sei.

A.A. - Então o, a Escola Naval voltou para lá, mas, nos moldes do sistema de ensino, tudo era americano. Foi totalmente... Começou no meu ano de Escola Naval, meio improvisado. Porque, por exemplo, na Escola Naval, foram abolidos os livros. Ninguém mais comprava livro. Todas as aulas, todo o ensinamento era ministrado através do fornecimento aos alunos do que nós chamamos de apostilas. Os professores escreviam as aulas, os alunos recebiam aquilo mimeografado e estudavam ali. E o professor ensinava aquilo que estava escrito nas apostilas, obedecendo ao programa de instrução dada pela Escola.

I.F. - Porque a Missão Naval americana veio em 1922, não foi?

A.A. - A Missão Naval americana, quando cheguei na Escola, eu creio que já existia. Já existia. Aliás, prestou muito bom serviço, porque nós tínhamos um desconhecimento de uma série de coisas, pela nossa pobreza de recursos etc., e eles nos ensinaram muita coisa. Embora

³ Expressão mais aproximada do que foi possível ouvir.

nossa formação original tenha sido portuguesa e inglesa, não é?

I.F. - Ah, portuguesa também?

A.A. - Portuguesa também, A formação nossa foi mais ou menos portuguesa e notadamente inglesa, porque tivemos aqui almirantes ingleses.

I.F. - É , exato.

A.A. - E a nossa tendência... Eu tenho uma simpatia muito grande pela formação inglesa. Eu acho a formação inglesa, assim, mais adequada nossa pobreza. O inglês não rico. Os Estados Unidos têm grandes recursos. Os ingleses não têm, eles não têm os recursos de.. Nunca tiveram, embora dominassem uma grande parte do mundo, mas eles sempre foram mais modestos nas suas realizações. E nós não temos recursos para grandes avanços, não é? Nós temos que andar contando os ...agora os cruzados, não é? [risos].

I.F. - Agora, outra coisa: o senhor disse que se restabeleceu o Colégio Naval...

A.A. - É , restabeleceu.

I.F. - Porque existia antigamente?

A.A. - É , houve antes. Houve antes e foi fechado. Eu não me lembro quando houve, mas foi restabelecido, pelo que eu me lembro, foi restabelecido. Já tinha havido Colégio Naval.

I.F. - O senhor não sabe por que fecharam?

A.A. - Não sei. Não tenho a mínima idéia. Pode ter sido por várias causas: podem ter afetado a economia; pode ser ... Acharam que o Colégio Naval, talvez... O número de alunos na Escola Naval era muito pequeno, e montar um colégio para um número pequeno, além da Escola Naval, era muito... Eu mesmo, quando entrei para a Escola Naval, o corpo de alunos, com a nossa turma entrando - que era a maior da Escola, na época - chegava a cem alunos. Era altamente dispendioso. Quanto custava um aluno?

I.F. - É .

A.A. - Contabilizando as despesas de cada aluno, quanto ficava um aluno que saía da Escola Naval? E isso numa época em que o governo não tinha despesa nenhuma com o uniforme. Na Escola Naval, o aluno entrava vestido, com roupa de cama e ...

I.F. - E o enxoval era muito caro, não é?

A.A. - O enxoval era caro.

I.F. - Eu sei de gente que diz que não pôde ir para a Marinha porque não tinha dinheiro para o enxoval.

A.A. - E esses oficiais, aspirantes, que entraram de famílias modestas, mais modestas, a! fizeram um grande sacrifício, porque a Marinha tinha alguns elementos com dinheiro, mas era classe média. Podia achar que era classe média alta, mas não era classe média alta coisa

nenhuma. Meu pai tinha oito filhos...

I.F. - Pois é, como que ele conseguiu colocar os filhos?

A.A. - Conseguiu porque isso. Acho que porque a mulher exerce muita influência nisso, não é? Quer dizer, a casa era econômica porque a mulher que regula a economia dentro de casa. E, então, o meu pai tinha recursos, com dificuldades, mas tinha, para pagar o colégio, depois que nós saímos da escola pública, para fazermos os exames para nos habilitar para...

I.F. - Mas eu digo: e o enxoval? Porque eu me lembro que o brigadeiro Francisco Teixeira, que começou a carreira na Marinha, disse que foi um tio dele quem pagou o enxoval para ele poder entrar. O general Lott me disse que não pôde ir para a Marinha porque ele não teve dinheiro para o enxoval.

A.A. - Eu !! declarações do general Lott...

I.F. - A! eu digo: o senhor, com tantos irmãos, o pai não devia ganhar muito, porque professor...

A.A. - Nós éramos dez, mas que meu pai, - isso eu me lembro, - fez empréstimo.

I.F. - Ah!

A.A. - Meu pai fez um empréstimo. O meu pai, na época, acumulava a função de engenheiro do Ministério da Viação e recebia como professor da Escola Naval. Ele recebia por duas fontes, embora vivesse com certo sacrifício para sustentar oito filhos. Mas era na base de empréstimo; ele teve que fazer um empréstimo para iniciar... E, se não me engano, - não posso garantir isso, - o almirante Álvaro Alberto, que era preparador dele, mas que era um homem de mais recursos, no início até emprestou a meu pai a importância para pagar os uniformes.

I.F. - É ! Isso era puxado mesmo!

A.A. - E da! a minha ... O meu pai uma vez me disse isso: que Álvaro Alberto tinha emprestado dinheiro a ele para que nós dois pudéssemos entrar para a Escola Naval. E da! em diante eu tinha uma admiração muito grande... Teria sempre quando...

I.F. - Era um grande homem, não é?

A.A. - Era um grande, uma grande figura em qualquer... Não só na carreira, como um grande patriota etc. Mas eu tinha um afeto muito particular a ele. E, muitos anos depois, muitos anos passados, eu causei a ele uma grande satisfação, que acho que não vale a pena estar contando aqui, porque...

I.F. - Nós queremos saber tudo! Nós somos muito curiosos.[riso]

A.A. - O fato foi o seguinte: o almirante Álvaro Alberto tinha um filho na Marinha que era um rapaz de grande valor e seguia as pegadas dele porque foi também número um de turma. Era Álvaro Alberto da Mota e Silva Filho. Bom. Esse rapaz era um rapaz de grande valor e chegou a capitão-de-corveta. Aliás, se dava muito comigo etc. e tal. Eu não sei por que, tínhamos uma simpatia muito grande, recíproca, eu mesmo muito mais antigo do que ele. E esse rapaz faleceu bruscamente em Recife. Ele foi ver um problema - ele era engenheiro naval, ele se transferiu

para a engenharia naval,- houve um problema de munição, l nos paióis de munição da Marinha, em Recife. Ele foi l ver aquilo, examinar, e se contaminou por um ... Não sei que causa, lá em serviço, se contaminou com um germe qualquer, que em dois ou três dias ele morreu, bruscamente. Acho que era o filho que o Almirante Álvaro adorava, era o seguidor dele, a quem ele pensava, talvez, transferir todas aquelas elucubrações dele, científicas etc. Então o, ele foi lá e morreu subitamente. O almirante Álvaro Alberto ficou numa prostração, que se pode imaginar... Eu fui ao sepultamento do rapaz - ele morava na rua Barata Ribeiro etc. Ele inconsolável, mas sempre com aquela classe de suportar padecimentos, da gente ficar admirado. E, com essa situação do falecimento do filho... O almirante Guillobel era o ministro da Marinha. E, justamente, o rapaz faleceu nessa época. Mas, através de um colega meu, de turma, eu soube que o almirante Álvaro Alberto estava muito magoado com o almirante Guillobel, porque dizia que o almirante Guillobel tinha feito péssimas referências ao filho dele, que já havia falecido,- que o almirante Guillobel tinha dito que o filho não valia nada, essas coisas todas. E esse meu colega me contou isso. E eu disse: "Foi muito bom você me contar isso, porque eu..." Eu já não era mais do gabinete, já tinha me ...

[FINAL DA FITA 1-A]

A.A. - O almirante Guillobel já não era mais ministro etc. Eu disse: "No meu arquivo, eu tenho a exposição de motivos do almirante Guillobel ao presidente Vargas, redigida de próprio punho. [Pegou]⁴ uma folha inteira fazendo elogio do filho do almirante Álvaro Alberto, e pedindo - o que foi concedido - a promoção *post-mortem* do filho do almirante Álvaro Alberto. Então o, ele disse: "Então o, eu vou falar com ele". Aí, falou com o almirante Álvaro Alberto, que eu tinha dito... E o almirante Álvaro Alberto, então, me telefonou perguntando. Eu digo": É , eu tenho a exposição de motivos que o almirante Guillobel fez, ele mesmo - ninguém fez -, toda a lápis, toda a exposição de motivos ao presidente, pedindo a promoção *post-mortem* do menino." Então o eu entreguei a ele, e ele guardou para efeito sentimental etc. E, com isso, se apagou a mágoa que ele tinha do fato de haver a possibilidade do almirante Guillobel não haver se expressado num bom conceito a respeito do filho. Porque tinha [inaudível] foi concedido: o filho do almirante Guillobel foi promovido *post-mortem*.

I.F. - Do almirante Álvaro Alberto.

A.A. - Do almirante Álvaro Alberto. Foi promovido ao posto de capitão-de-fragata, porque eu acho que ele era capitão-de-coveta. Com isso, o almirante Álvaro Alberto tranquilizou seu sentimento a respeito do almirante Guillobel.

I.F. - E, para ele, o relacionamento dele com o senhor deve ter sido melhor ainda, não é?

A.A. - Ficou melhor. Mas eu tive sorte. Aliás, eu não posso me queixar da sorte, não. A sorte uma coisa que eu tenho e acho que tem muita importância na vida da gente. E eu me considero um homem de sorte, porque as coisas sempre vieram para cima de mim. Eu nunca pedi nada. Nunca gostei de pedir, porque eu tinha aquela formação do meu pai, de não querer depender das coisas, de pedir as coisas etc. Nunca pedi e as coisas sempre vieram como eu desejava etc. E esse problema, por exemplo, foi curioso: eu guardei e tinha... E eu tinha... Não sei se era memória, se todo mundo tem isso: eu guardava tudo na cabeça, o que se passava no gabinete do Ministro.

⁴ Expressão mais aproximada do que foi possível ouvir.

I.F. - Isso importante.

A.A. - Quando eu era chefe do gabinete, subchefe, tudo o que se passava, aqueles expedientes todos, tudo aquilo eu sabia direitinho: como que almirante Guillobel tinha providenciado, como que tinha feito, por quê, como tinha feito etc. Eu sabia aquilo tudo de cor. Eu me lembro até quando eu tinha ido aos Estados Unidos, - eu era chefe do gabinete dele... Aos Estados Unidos, não; Inglaterra. Fui assistir a uma feira de *Farnborough*, de aviação etc.

I.F. - Feira de que?

A.A. - Feira de aviação num arredor lá de Londres, chamam de *Farnborough*. Eu não sei como que se escreve isso, eu sei que termina em "gh". E eu vi coisas incríveis de aviação, naquela época. E, quando eu vinha no avião, o avião parou em Recife, e um engenheiro de uma firma Morais Rego, que tinha feito umas obras para a Marinha, vinha nesse avião. E ele me disse: "Ih, comandante, está havendo uma guerra tremenda de um deputado contra o almirante Guillobel, uma série de acusações só. E me contou sobre as acusações que o deputado... Não me lembro o nome dele agora..."

P.R. - Breno da Silveira.

A.A. - Breno da Silveira. E ele enumerou as acusações. Então o eu disse: "Olha, isso o almirante Guillobel responde assim: isso o almirante Guillobel diz por que foi feito assim; isso..." Então o, não tinha por que incidir em reprovação etc., porque eu sabia tudo de cabeça. Ele disse: "Mas o senhor sabe?" "Eu sei; isso foi feito assim, sei direitinho." Inclusive um aterro que ele estava fazendo, esse aterro que ele fez na Avenida Brasil. E eu disse até o preço do caminhão: "O preço do caminhão de 23 cruzeiros, posto e compactado na área." Porque o almirante Guillobel dizia: "Quando terminar esse aterro, isso vai ficar por - ele calculava -, vai ficar por mais ou menos por dois milhões de contos." Não: "vai ficar por duzentos mil cruzeiros." Um troço assim. "Mas estar valendo dois milhões. Se ninguém quiser, eu fico, porque vai valer muito mais. Eu tinha tudo na cabeça porque tudo passava... Aliás, interessante; essas funções de preparo de expediente, a gente grava muito, não é?"

E eu preparava o expediente; tudo quanto era providência do almirante Guillobel, do ministro, passava por mim, de modo que aquilo era uma espécie de um filtro: eu via, ouvia etc. E, quando eu servi no Estado-Maior, também. Eu servia numa subchefia do Estado-Maior, eu sabia tudo que se passava lá dentro, o que me ajudou muito quando assumi! o Ministério.

P.R. - O pai do senhor chegou até que posto na Marinha?

A.A. - Quem?

P.R. - O pai do senhor. Ele chegou até que posto na Marinha?

A.A. - Meu pai chegou ao posto de capitão-tenente na reforma.

P.R. - Na reforma.

A.A. - Porque ele, por influência do meu avô... Ele estava na Escola Naval quando o almirante Saldanha era diretor da Escola. E houve um movimento de insurreição da Marinha chefiado pelo almirante Custódio José de Melo. E o meu pai servia na Escola Naval, era oficial da

Escola Naval. Quando o almirante Saldanha resolveu acompanhar o almirante Custódio e levantou a Escola Naval praticamente, o meu pai acompanhou. O meu pai acompanhou, mas, com a família, ele não pôde levar a extremo a solidariedade ao almirante Saldanha. Como decorrência disso, ele teve que fugir. Ele ficou foragido uma porção de tempo, porque a lei marcial funcionava naquela época, com o marechal Floriano, fuzilava a três por dois. E o meu pai andou foragido, não me lembro mais por onde etc., durante uma porção de tempo, até que veio... Acabou a revolta da Armada, as coisas vieram se ajeitando, e veio uma anistia.

P.R. - Já no governo Prudente de Moraes.

A.A. - No governo... possivelmente do Prudente de Moraes.

P.R. - É, exato.

A.A. - E aí, então, o meu avô pediu a meu pai para não aceitar, não retornar ao serviço ativo. E o meu pai, então, não retornou. Era optativo. Não aceitou e cursou engenharia, formou-se em engenharia. E praticou engenharia. Depois, entrou para a Escola Naval⁵ e, depois, foi nomeado para o Ministério da Viação, acredito que por influência do Dr. Lauro Muller, que era fraterno amigo dele. Era companheiro de juventude. Meu pai, tenente, e o Lauro Muller, tenente em Santa Catarina. Ele era catarinense.

I.F. - É .

A.A. - E o meu pai vivia na casa do Lauro Muller. E, daí, possivelmente... O Lauro Muller, que era ministro da Viação etc., e depois foi ministro do Exterior com grande brilho, e depois, por causa da guerra, teve que renunciar... Mas, por isso, o meu pai foi nomeado para o Ministério da Viação. Meu pai era ligadíssimo ao Lauro Muller, tinha um retrato dele em casa, tudo isso, tinha uma admiração muito profunda...

P.R. - O Lauro Muller era maçom. O pai do senhor também era?

A.A. - Não, o meu pai não era maçom, não. E eu nem sabia que o Lauro Muller era maçom.

P.R. - Era sim, era. E como era o temperamento do pai do senhor? Ele era austero, era disciplinador? Ou era conciliador?

A.A. - Conciliador, não sei. Ele era austero, era altamente disciplinador. Nunca deu uma palmada em nenhum de nós, mas nós tínhamos um medo muito grande dele. [riso] Quando nós estávamos muito levados, minha mãe dizia: "Olha que eu digo a seu pai" [riso]. E nós não queríamos experimentar, nunca tínhamos experimentado, não queríamos, experimentar o rigor dele. Mas ele era muito austero em casa, muito ... E gostava das coisas todas muito no jeito dele; essas coisas que a gente não vê hoje.

P.R. - Na hora do almoço, na hora do jantar - porque geralmente ele não almoçava em casa -, mas na hora do jantar, quando ele sentava, estávamos todos nós. Era regime militar mesmo, sem ele apelar para o militarismo. Mas ninguém se levantava antes dele.

I.F. - Agora, eu acho que as mães às vezes usam um pouco essa ausência do pai para transformá-lo, assim, numa figura mais respeitada.

⁵ Como professor

A.A. - É possível.

I.F. - Porque eu lembro que a dona Alzira diz que ela só foi descobrir que o pai, dr. Getúlio, não era bravo, depois de grande. Porque dona Darcy também assustava, e ela tinha um medo do pai horrível. Depois que ela descobriu que não era nada disso.[riso]

A.A. - Não era esse lobo mau, não.

I.F. - É . [risos]

A.A. - Mas eu não achava que meu pai fosse mau, mas eu não queria experimentar a exasperação dele ou coisa que o valha. Eu sei que nós, a minha infância, por exemplo, a nossa vida, foi muito - mais moços -, foi muito apertada, foi muito rigorosa. Como nós queríamos entrar para a Escola Naval, quando chegou a época de nós começarmos a nos preparar para fazer concurso para a Escola Naval, no ano anterior, ou dois anos antes, nós não tínhamos mais domingo. Domingo era o pior dia para nós, porque o meu pai domingo ficava em casa. E ele dizia que ele não pedia a ninguém: "Quer entrar para a Escola Naval, tem que estudar. Não vou fazer vergonha, não vou pedir." Então o, nós tínhamos... Independente do estudo no colégio etc., o meu pai dava aulas. LÁ em casa tinha quadro-negro! Então o, no domingo, ele pegava os livros e a matéria e botava a gente no quadro-negro e começava a dar aula, a ensinar a examinar, porque ele achava que ele... Nós não podíamos chegar, e ele ter que pedir para passar, para dar jeitinho. Não topava isso. Então o, para nós, a nossa infância foi muito apertada, eu acho. Nós tivemos uma vida muito apertada. Não brincávamos fora de casa; porque nós morávamos em Santa Teresa.

I.F. - Ah!

A.A. - Meu pai... A casa foi crescendo. Quer dizer, o terreno, porque ele comprou mais um terreno do lado. E ele dizia: "Vocês brinquem aqui; na rua, na casa dos outros, não." Então o, algumas crianças vinham brincar conosco. Mas nós não podíamos sair para brincar com os outros. Tínhamos que brincar em casa. "Tem terreno suficiente para vocês brincarem aqui; eu quero estar vendo o que vocês estão fazendo." Era um sistema que hoje acho que ninguém, nenhuma criança, aceita isso mais, - não sei.

I.F. - É , difícil.

A.A. - Eu, pelo menos, pela minha neta e pelo meu netinho, eu sou um arriado, eu sou um grumete para eles. Não tenho coragem.

I.F. - É . [risos]

A.A. - Eu não... Eu seria um mau educador.

I.F. - Mas dizem que neto filho com açúcar, não é? diferente.

A.A. - Bom, ...

P.R. - Quer dizer, além do senhor, havia outros irmãos na Escola Naval?

A.A. - Fomos três na Marinha.

P.R. - Três. Todos chegaram ao posto final?

A.A. - Não, não. O único que chegou ao posto final... Dois chegaram ao posto final, mas o meu irmão... Eu cheguei promovido realmente. Agora, um outro meu irmão, mais velho do que eu dois anos, esse ficou mar-e-guerra, pediu transferência para a reserva valendo-se da lei que promovia. E o outro meu irmão, o mais velho de todos, que era bem mais velho do que nós, sete ou oito anos mais velho, esse saiu como tenente, porque teve um problema qualquer de saúde e aproveitou esse problema para pedir transferência para a reserva, porque ele foi - não digo que foi vítima -, mas ele teve um problema de casamento sério. Porque esse irmão, nas viagens que fazia, gostou de uma moça de São Paulo, que, aliás, era uma pérola. Os dois se apaixonaram e casaram. Essa moça tinha algum recurso, e o meu irmão estava na Marinha e ela era filha de fazendeiro, e a vida de fazendeiro completamente diferente da vida de filho de oficial de Marinha. Quer dizer, uma filha de oficial de Marinha que casa com um tenente já sabe o que a vida. Essa moça não se conformava com a vida do meu irmão na Marinha, de sair e viajar, não voltar. Porque estava acostumada com o pai dentro de casa o dia todo, aquele negócio: saía, voltava, e avô, e tudo, aquela família de São Paulo. E ela sofria muito com isso, com o afastamento do meu irmão. E o meu irmão tinha paixão por ela também. O meu irmão, então resolveu aproveitar isso e conseguiu ser transferido para a reserva por moléstia - não adquirida em serviço [inaudível]. E, então, ele saiu da Marinha sem vencimentos etc e foi para São Paulo e lá formou-se em engenharia, cursou o Mackenzie, formou-se em engenharia e passou a fazer engenharia. Fez engenharia e depois foi professor do Mackenzie etc. E depois foi engenheiro da prefeitura. E trabalhou toda a vida dele e virou paulista, porque ele adorava São Paulo. Agora, ele tinha sempre um ranço de Marinha, gostava muito de saber como era, como estavam as coisas, com isso, com aquilo. Quando se encontrava comigo, estava sempre perguntando as coisas de Marinha. Porque, sabe, nós todos fomos formados dentro da vida eminentemente naval. Toda a minha família; eu não tinha um parente - que eu me lembre -, que fosse oficial do Exército.

I.F. - Sempre Marinha.

A.A. - Todos os meus parentes, primos, tudo, tudo oficial de Marinha.

I.F. - E, pelo jeito, tinha uma influência também na engenharia, não é? Porque o pai foi para engenharia, o filho também escolheu...

A.A. - Engenharia.

I.F. - E o outro irmão?

A.A. - Meu outro irmão saiu da Marinha, pediu transferência e ficou de prendas domésticas, como nós dizemos brincando.

I.F. - Sim, mas eram quatro, não é?

A.A. - Eram quatro. O outro tentou Marinha, não fez, não foi aprovado no exame, então desistiu, não quis... Então o, era funcionário; era funcionário do Ministério da Fazenda. Primeiro, foi funcionário da Caixa Econômica e depois saiu e foi para o Ministério da Fazenda. Eu que consegui colocar meu irmão no Ministério da Fazenda, porque eu era ajudante-de-

ordens do presidente Vargas e pedi a ele e ele o nomeou para o Ministério da Fazenda.

I.F. - E o senhor era o mais moço dos oito irmãos?

A.A. - Eu era o penúltimo, dos homens todos. Depois de mim, ainda nasceu o meu irmão que era do Ministério da Fazenda.

I.F. - E as mulheres? Estudaram ou ficaram... ?

A.A. - As mulheres, duas quiseram muito estudar, as mais moças. As outras duas, não. Ficaram naquele negócio de piano, de canto etc. As outras duas já começaram a pensar em estudar. Uma, depois de certo tempo, não quis continuar, e a outra formou-se em farmácia. Porque ela já tinha a influência de uma outra prima que nós temos, uma prima irmã, filha de uma irmã de meu pai; foi a primeira mulher formada em engenharia no Brasil.

I.F. - É porque estudar era muito raro naquela época, não é?

A.A. - É. Chamava-se Edwiges, era descendente de alemão porque o pai dela era alemão. Edwiges de Almeida Becker. Essa menina, que era contemporânea das minhas irmãs, essa moça resolveu estudar engenharia. E disseram: "Ela não vai, ela não dá, não agüenta." Formou-se em engenharia e exerceu engenharia, entrou para o Ministério da Viação, parece, e serviu lá muitos anos, até falecer. Mas foi a primeira moça formada em engenharia.

I.F. - Agora, o senhor me diga uma coisa: o senhor falou que o seu pai era bastante rígido nessa parte de estudos, e inclusive na educação das crianças.

A.A. - É.

I.F. - E, depois de rapazes, ele se metia na vida?

A.A. - Depois de rapaz, não. Quando...

I.F. - Porque eu soube que o senhor era solteirão inveterado, que gostava muito de aproveitar a vida. [riso]

A.A. - Quando nós entramos para a Escola, ele disse: "Agora vocês estão livres, agora está aqui a chave da casa, pode entrar e sair hora que quiser etc. Agora estão encarreirados, agora não mais comigo." Agora, esse boato [risos] de que ... Eu não casei porque não podia casar. [risos] Eu me julgava... Eu me subestimava, embora eu visse os outros todos casando. Mas eu achava que, com o ordenado que eu recebia, eu não tinha recurso para sustentar uma moça, sustentar filhos, e eu já era casado com a Marinha. E eu queria poder dispor da minha individualidade para dizer: "Eu vou para tal lugar, aceito tal comissão." Como aceitei vários. Eu não precisava, não tinha que pensar na família. E o caso do meu pai foi um caso também parecido. Porque a família, numa vida de militar - pelo menos eu digo a minha, a de naval... Eu queria estar sempre pronto. Eu queria cumprir as minhas obrigações navais e não pedir para não fazer isso, para não fazer aquilo, embora eu fosse... Eu sempre fui tolerante com os outros, mas comigo... Eu sempre fui muito severo comigo mesmo. Talvez... Eu não me achava, mas eu queria poder ir pra aqui, pra ali, pra acolá. Vou lhe dar um exemplo. Eu substituí o meu colega do Arsenal de Marinha. Era o almirante Burlam aqui, era uma figura muito... um homem ilustrado, homem de grande valor etc. Mas ele tinha aceito a função de ir para a Suíça, porque foi convidado por um

dos Macedo Soares, José Carlos de Macedo Soares, época da representação brasileira Conferência do Desarmamento, promovida pela Liga das Nações (1932), o Macedo Soares que era ministro, que foi ministro do Exterior. Foi para a Suíça fazer parte de um assunto qualquer na Liga das Nações. Então o, ele perguntou se eu ficaria substituindo, se eu aceitaria o lugar que ele ia deixar, se o almirante Burlamarqui me indicasse para substituir. E eu fui servir.

E eu estava servindo como ajudante-de-ordens do Diretor do Arsenal, quando arrebentou a Revolução de São Paulo. E havia muita ligação, ali naquela zona do Ministério da Marinha, e eu, como ajudante-de-ordens do almirante Burlamaqui, ia muito ao gabinete do ministro da Marinha. E nessa época, o almirante Burlamaqui estava doente, uma doença de laringe, tinha um câncer. Então o, eu cheguei lá

no gabinete e estava uma dificuldade grande para encontrar um oficial, porque iam mandar um destacamento para a ilha Bela para formar uma base de apoio para a aviação naval, para poder a Marinha ir atuar no estado de São Paulo, se fosse... A aviação naval estava no estado de São Paulo se fosse necessário. E o destacamento já estava pronto etc. E com aquela escassez de oficiais, faltava oficial. "Mas falta um oficial?" Aquela correria toda. Eu digo: "Falta um oficial? Eu estou aqui, eu vou." Era ajudante-de-ordens do almirante Burlamaqui, ele estava doente e eu não tinha que pedir licença a ele. Então o: "Você vai?" Eu digo: "Vou". "Mas para embarcar amanhã. Amanhã de manhã o navio vai, tem que sair etc." "Eu vou." "Tá, está confirmado. Pode botar o seu nome?" "Pode botar o meu nome." Eu não tinha que perguntar em casa, não. Eu cheguei, disse que ia; fui em casa, peguei um saco de marinheiro daquele... Os marinheiros usavam a roupa num saco...

I.F. - É .

A.A. - Eles não tinham armário. A vida do marinheiro era maca e saco, não é? Então o eles guardavam os uniformes todos deles... Eu peguei um saco de marinheiro e fui em casa e disse para minha mãe: "Vou viajar; mamã e, vou viajar." "Para onde que você vai, meu filho?" "Eu vou para ilha Bela assim, assim." Conte a história toda a ela. E botei a minha roupa, meus uniformes, fui para o Arsenal de Marinha, disse: "Estou pronto." "Então o, embarca a! no Belmonte." Fui para lá, passei a Revolução de São Paulo toda. Mas eu não precisei pedir licença a ninguém. Passei a revolução toda lá, e quando acabou a revolução, ainda nos... Não tinham recursos para nos pagar e nós ficamos lá mais um mês, [risos] em ilha Bela. A cidade estava abandonada, a cidadezinha. Porque, quando nós chegamos, parece que nós éramos bichos: a população da cidade fugiu [risos] vendo aquela tropa armada, aquele pessoal desembarcando, munição, não sei o quê. E o pessoal sumiu, não se via viva alma, a não ser o dono de um armazém com a mulher - ficou. E nós ocupamos aquele negócio todo. Tinha um negócio: "cadeia e foro." Então o, ali ficou o paiol para botar mantimentos que chegaram depois etc. Passamos fome 15 dias.[risos] Foi engraçadíssimo, porque chegamos lá... Alimento de boca não chegou. Então o, só tinha saco de farinha de trigo e nada mais. E sal, essas coisas assim. Mas não tinha carne, não tinha feijão, não tinha arroz, não tinha... Não tinha cozinheiro. Então o, sem ter o que comer. Por fim, bolaram um negócio: tinha ido uma maquininha de fazer macarrão.

I.F. - Ah!

A.A. - E tinha um marinheiro que chamavam de China, que entendia um pouco de cozinha. Bom. Mas nós tínhamos a farinha de trigo. Os ovos, então, foram pescados nas galinhas da ...

I.F. - Da vizinhança...[risos]

A.A. - Com o ovo e a farinha de trigo, o China fazia o macarrão. Fazia o macarrão, [risos] e eu me lembro, então, botavam um vergeure, um fio; então aquele macarrão saía mais... Pendurava aqui para deixar secar. Era aquilo que nós comíamos. E mais algumas galinhas lá, que os marinheiros pegavam para fazer um churrasco, uma coisa. Passamos uns 15 dias assim. At que chegou comida, chegou o negócio para nós podermos nos alimentar.

I.F. - E vocês faziam o quê durante esse período lá?

A.A. - Nós ficamos lá, e lá, então os hidroaviões pousavam e estacionavam. Veio o pessoal da aviação naval, estacionava lá com os aviões da Marinha, que podiam ir à São Paulo, se precisassem ir São Paulo etc.

I.F. - Foi um ponto de apoio, então, ali?

A.A. - Ponto de apoio. E tinha o destacamento de marinheiros para tomar conta daquilo etc. E nós, então, fazíamos a vigilância da ilha, aquela história toda, durante o movimento revolucionário. E eu participei do primeiro desembarque que se realizou no Brasil viva força.

[FINAL DA FITA 1-B]

A.A. - Porque havia a notícia - eu digo de brincadeira, porque foi um desembarque mirim, mini-desembarque... Eu estava servindo, eu e um colega meu, Valdeck Lisboa Vampré, éramos os oficiais que estavam lá

em ilha Bela, e havia uma notícia de que os movimentos dos navios eram dados por um destacamento revolucionário que estava lá numa zona que chamavam Perequê, antes de chegar em Santos. E nessa zona ficava um destacamento revolucionário que comunicava o movimento dos nossos navios que iam fazer o bloqueio de Santos. Então o veio com ordem de tirar aquele pessoal de lá. Então o, pegaram o destacamento que estava em ilha Bela, e eu e mais uns vinte e tantos marinheiros, eu e Vampré, embarcamos a bordo do destróier e fomos lá para frente de Perequê. Na frente do Perequê, o navio levava uma lancha, e então nós embarcamos numa lancha grandezinha -, o navio ficou ao largo. E nessa lancha nós, com todos os apetrechos bélicos, pistola, fuzil etc., fomos até perto da praia para desembarcar. Quando chegamos perto da praia... E nós já tínhamos caído n'água, porque não podia encostar a lancha porque encalhava etc., não havia esse serviço de desembarque de hoje, com LDVP nem nada. E então, como nós estávamos com água no meio do peito, o pessoal de terra começou a atirar, começou a atirar e eu então dei ordem aos marinheiros que colocassem uma parte mais para direita, porque tinha uma escoras lá adiante de tudo. E ficamos numa situação difícil, porque a minha pistola não funcionava mais; [risos] eu dei seis tiros, depois fui botar bala no pente, na coisa, botava, não saía

mais bala... um desespero a gente reagir sem recursos, uma situação difícil, desesperador, e o pessoal atirando de lá. A! eu combinei com o Vampré nós recuarmos, pegamos um escaler que estava aí e voltamos para o navio.

I.F. - Pegar o quê?

A.A. - Pegar um escaler que estava mais afastado. Pegamos o escaler e fomos para a lanchinha e voltamos para o ... Deixamos uma parte dos marinheiros lutando. A! dissemos que o negócio estava assim. Então o pedimos ao comandante do navio para varrer aquele negócio ali com

artilharia, para atirar maciçamente naquela parte onde nós tínhamos desembarcado e tínhamos sido rechaçados, meter a artilharia ali, com os canhões que o navio tinha - porque ele tinha dois canhões de 101, com granada de alto explosivo etc. - para varrer aquilo, porque um tiro de canhão espanta mesmo.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.F. - Pronto, pode continuar...

A.A. - Mas então pedimos a ele para varrer aquela parte com a artilharia. Ele bombardeou bem aquela zona, a! nós fomos. Quando nós fomos, o pessoal tinha debandado. A! nós desembarcamos etc., destruímos lá a estação de telegrafia que tinha ali, e voltamos. De modo que foi um desembarque viva força, não é? Trouxemos a guarnição e viemos embora.

2ª Entrevista: 13.03.1986

P.R. - Almirante, o senhor fazia parte do gabinete Guillobel no segundo governo Vargas?

A.A. - No governo Getúlio Vargas, no segundo governo, depois que ele foi eleito realmente presidente da República, em cinquenta e ...

P.R. - Exato, em 1950.

A.A. - Em 1950. Eu fui subchefe, primeiro, e, depois, fui chefe do gabinete, porque o chefe do gabinete foi promovido. Porque a chefia do gabinete era capitão-de-mar-e-guerra, pela lotação, e o chefe do gabinete foi promovido a oficial-general. Então o eu fui conduzido a chefe do gabinete numa situação muito especial, porque eu era capitão-de-fragata e assumi na função do posto acima, que era capitão-de-mar-e-guerra, e assumi a chefia do gabinete. Mas eu era subchefe, inicialmente; a função de subchefe era capitão-de-fragata. E até gozado: na minha vida militar, as oportunidades de servir no posto acima me caíam assim de colher; [risos] cansei de servir no posto acima.

I.F. Mas esse posto de chefe de gabinete um convite que fazem a uma pessoa de confiança, não é?

A.A. - É, um cargo de confiança.

I.F. - E exige também determinados postos?

A.A. - Exige. Porque há a lotação da função - nós chamamos de lotação. Está estabelecido que, para exercer aquele cargo de confiança, ele deve estar naquele posto. Agora a lei não impede que, interinamente, a gente exerça a função do posto acima. Então o nomeado interinamente. Eu fui o chefe do gabinete interino até ser promovido a capitão-de-mar-e-guerra.

I.F. - O ministro era o almirante Renato Guillobel. Foi ele que fez o convite para o chefe de gabinete...?

A.A. - Para o chefe, para todo o gabinete dele.

I.F. - Quem era o chefe do gabinete?

A.A. - O chefe do gabinete era o almirante Jorge do Passo Matoso Maia.

I.F. - AH, o Matoso Maia.

A.A. - Ele era capitão-de-mar-e-guerra.

I.F. - E o subchefe...? Foi Matoso Maia quem convidou o senhor, ou foi o próprio almirante Guillobel?

A.A. - Não. Foi o próprio... Todos os... Podia haver uma assessoria qualquer, mas todos os oficiais do gabinete - chefes, subchefes -, tudo isso da livre escolha do ministro. Agora, eu fui convidado realmente pelo almirante Guillobel para subchefe do gabinete, porque eu já servia com ele no Arsenal de Marinha e estivemos lá dois anos - eu servindo com ele. E ele gostou muito da minha atuação lá no Arsenal. A! também servi no posto acima: o diretor Militar ao qual estava subordinada a divisão militar foi mandado exercer função em Mato Grosso e então eu assumi interinamente. Eu, como fragata, assumi interinamente a função do diretor militar do Arsenal. O Arsenal tinha três departamentos: diretoria militar, diretoria de intendência e diretoria industrial. E eu assumi. E o almirante Guillobel tinha uma predileção tão grande por mim que eu fiquei interinamente lá muito tempo, até ele ser nomeado ministro. Porque o almirante Guillobel foi pedir ao ministro da Marinha, que era o almirante Sílvio de Noronha, que me mantivesse na função de diretor militar da Marinha, porque ele estava muito satisfeito comigo lá e ele não sabia qual ia ser o capitão-de-mar-e-guerra, se as coisas iam correr com tamanha ..., enfim, cooperação etc. De modo que eu também exerci função de posto acima, lá. Exerci até ele ser nomeado ministro. Quando ele foi nomeado ministro, então, me convidou para servir com ele, como subchefe do gabinete, porque a função do chefe era capitão-de-mar-e-guerra. Então o eu servi como subchefe do gabinete e, interinamente, depois, exerci a função de chefe.

I.F. - Agora, como subchefe, durante o trabalho, a sua ligação era direta com o chefe de gabinete ou com o Ministro?

A.A. - Era mais ou menos flexível. Havia assuntos em que o subchefe podia se entender diretamente com o ministro da Marinha. E outros, pela lei de subordinação, a gente tinha que resolver com o chefe do gabinete. Porque havia uma série de assuntos interinamente ligados ao ministro, que era mais simples a gente se aproximar do ministro e levar logo ao conhecimento dele. Agora, como subchefe eu preparava certos assuntos: certos assuntos vinham a mim e eu da! levava para o chefe do gabinete. O chefe do gabinete a! aprimorava lá as soluções etc., e depois levava para o ministro da Marinha.

I.F. - E o senhor já tinha tido contato anterior com o chefe do gabinete, ou o conheceu nessa ocasião?

A.A. - Com o chefe? Eu tinha tido um contato rápido, porque eu tinha vindo da Revolução de São Paulo. Não que eu tenha participado da revolução, mas tinha vindo de ilha Bela...

I.F. - Ilha Bela, o senhor nos contou.

A.A. - Porque eu fazia parte de um destacamento que foi para lá. Quando cheguei, depois, então, fui nomeado para servir num navio que estava fazendo serviço hidrográfico na ilha Grande e o almirante Matoso Maia era comandante do navio. Estive pouco tempo, porque, como eu já disse, eu estava sempre pronto para qualquer função. E eu estava servindo lá um mês ou dois, quando cheguei de uma das viagens de hidrografia dos acampamentos de Angra dos Reis. Eu cheguei no Clube Naval e o meu colega, fraterno colega, Amaral Peixoto, o Ernâni encontrou-se comigo e disse: "Ah, foi muito bom encontrar você, porque vai sair uma divisão naval em operação no rio Amazonas. Eu sou assistente do comandante da força-tarefa que vai para lá; você não quer ir também?" Eu digo: "Eu vou. Eu vou." "Mas o navio vai sair depois de amanhã ." Eu digo: "Eu vou, mas eu preciso falar primeiro com o meu comandante, porque eu quero dar uma satisfação a ele." "Ah, então você fala com o comandante."

O comandante era Ouro Preto, dessa família Ouro Preto. Aliás um ótimo oficial, um *gentleman* etc. Eu cheguei e contei a história a ele: "Olha, comandante, está havendo essa situação e eu preferia... Eu acho que uma situação mais operativa do que o levantamento, porque eu não tenho inclinação para essa parte hidrográfica etc. Estão eu preferia ir para essa que mais de combate, mais de ação" - porque nós íamos manter a neutralidade do Brasil lá na zona de Tabatinga. E ele disse: "Eu acho que você faz muito bem. Eu não me oponho, não. Muito obrigado pela consulta, etc., e você pode ir." Eu disse: "Ah, então está bem, muito obrigado." E eu fui, falei com Amaral. Então o, a diretoria do pessoal, que era o órgão que fazia a movimentação, me nomeou às pressas para embarcar no Rio Grande do Sul.

E a! fomos lá para cima, para o norte, para Belém do Pará, para depois ir para a zona conflagrada que era em beira com Tabatinga etc. Ficamos lá quatro ou cinco meses; passamos o carnaval muito divertido. Nós nunca chegamos a ir a Tabatinga. Duas vezes tivemos prontos para suspender, porque a coisa estava lá se complicando, houve ordem... Porque as autoridades, eu creio que o Ministério do Exterior etc., não queriam assim de chofre uma força-tarefa mais poderosa - porque já tinha um navio lá -, parecendo que o governo já estava querendo provocar uma intervenção etc. Nós ficamos ali sempre prontos para suspender, e duas vezes tivemos ordens de suspender. Quando já estávamos par suspender, veio a contra-ordem; ficamos outra vez lá parados, em Belém do Pará. Que, aliás, uma terra muito boa, gostei muito de lá. Pessoal esclarecido. uma diferença curiosa entre a mentalidade do paraense e a mentalidade que a gente sente dos outros estados mais ao sul - Pernambuco, Bahia...

I.F. - O Nordeste ali, não é?

A.A. - Eu acredito que tenha sido uma decorrência da época da borracha. Porque na época da borracha, aquelas famílias todas de grandes recursos... Porque todo mundo estava lá nadando em dinheiro com a época áurea da borracha; então, aquelas famílias não vinham ao Rio, não vinham aos lugares mais desenvolvidos do Brasil, eles pegavam os navios de Belém e iam direto para a Europa.

I.F. - E estudavam lá.

A.A. - E isso com muitos recursos. Então o, aquela gente toda ficou muito abastecida, não só de elementos de casa, tudo isso, como ficou mentalmente, vendo uma zona muito mais desenvolvida, com progresso, vamos dizer, intelectual e social, tudo isso, o adiantamento mais social, as convenções todas muito mais amplas... De modo que aquela turma ali ficou mais aberta, muito mais. interessante. Você sentia isso, o pessoal do sul era um temperamento assim

mais provinciano, mais recatado, mais retraído.

I.F. - É Porque o Maranhão acompanha mais o Norte, tipo Belém, não é? Eu acho que do Ceara para baixo que muda.

A.A. - É . E acompanha mais tipo norte, intelectualmente também, não é?

I.F. - É .

A.A. - Uma série de vultos da literatura, tudo isso, eles são... A aparência que a gente tem de mais ilustração, não é? O Maranhão uma terra de ... Parece que a Academia Brasileira de Letras que tem mais ações que os outros, não é? [risos]

I.F. - É . Qual a sua especialização na Marinha?

A.A. - A minha especialização na Marinha de máquinas e eletricidade.

I.F. - Ah, então acho que nós vamos entrar num assunto que o senhor pode nos contar bem. O senhor nos disse que seu pai era muito amigo do almirante Álvaro Alberto.

A.A. - Era.

I.F. - E que foi ele quem deu o enxoval para o senhor entrar na Marinha. A especialidade dele era mais química e explosivos, não é? Agora, nós queríamos conversar...

A.A. - E o meu pai também era, fez concurso para a escola Naval para ser professor também desse assunto.

I.F. - Sei. Agora, nós queríamos ver se o senhor podia nos contar hoje bastante coisa sobre o almirante Álvaro Alberto. Nos interessou muito isso.

A.A. - Bom, o almirante Álvaro Alberto era uma figura fora de série, não é?

I.F. - Exato.

A.A. - Era um homem altamente expansivo. Era um homem que a gente sentia que ele vibrava com o desenvolvimento de todos os conhecimentos profissionais etc. E era muito aberto para os alunos: ele contava anedotas, contava histórias, fazia espírito, e meio anarquizado - um sujeito de ciência, assim, mais desenvolvido. Por exemplo: ele não gostava de cumprir horário das aulas. Ele saía fora da hora. Porque, pelo regime militar, a hora de aula era de uma hora, mas ele avançava aquela hora, porque ele perdia a noção das coisas, começava a divagar e a elucidar uma porção de coisas etc., e então ele saía fora da aula. Mas nós tínhamos um diretor, que era o almirante Isaías, que era um exemplo. A nossa formação, pelo menos da nossa turma...

I.F. - Isaías de Noronha?

A.A. - Isaías de Noronha. uma figura. Ele tinha a preocupação dos direitos de cada um, ele preservava os direitos dos alunos. Era interessante porque...

I.F. - Ele era diretor da Escola Naval.

A.A. - Ele era o diretor da Escola Naval, era contra-almirante. Muito sério, muito... circunspecto etc. E ele estava em dia com todo o movimento da escola, movimento de aprendizado de alunos, ele tinha uma noção muito honesta do que custa um aluno ao país. A gente sentia que ele não queria que se perdesse monetariamente com um aluno mal instruído, mal preparado etc., porque realmente a contabilidade industrial de um aluno da Escola Naval, principalmente naquele tempo, não era brincadeira, pesa ao povo enormemente. Cada aluno, se contabilizar, saía por uma fortuna, e, hoje deve sair mais. E ele, então, era rigoroso com ele mesmo, com os alunos e com os professores. Então o, o almirante Álvaro Alberto, que era tenente na época...

I.F. - E foi seu professor também?

A.A. - Foi. Ele era o preparador, era o adjunto do meu pai, que era o catedrático.

I.F. - Quer dizer que o senhor foi aluno de seu pai também?

A.A. - Fui aluno do meu pai. Quem corrigia as nossas provas era o comandante Álvaro Alberto, porque meu pai se dava por suspeito. E então, Álvaro Alberto era muito extrovertido etc., e contava uma

porção de coisas. E sempre muito preocupado com toda essa parte química que se relacionava com explosivos. E ele lidava, mesmo, no gabinete, com essa parte toda. Tanto que até houve uma ocasião - eu não estava na escola -, houve até um acidente em que ele se feriu e os alunos se feriram também, porque ele foi fazer uma demonstração lá e houve uma explosão no gabinete. Era um entusiasmado. E ele era um fabricante de um explosivo de muito alcance, muito bom, que se chamava rupturita. Era um explosivo que não provocava... Ele tinha a capacidade de desagregar a textura molecular sem essa expansão grande. Mas numa das provas lá, houve uma coisa qualquer - eu não sei o que ele estava demonstrando -, houve uma explosão no gabinete e essa explosão feriu uns aspirantes ligeiramente. O mais ferido foi ele, que estava em cima. E ele era uma figura assim, todos nós gostávamos imensamente dele. Gostava de dizer palavrão; a Derci Gonçalves deve ter sido aluna dele. [risos] Então o essa era a figura do almirante Álvaro Alberto. E ambicionava muito, desejava muito sempre chegar a catedrático. Depois, meu pai pediu aposentadoria e deu o lugar a ele com muito prazer. Porque meu pai também era um homem estimado.

O meu pai, depois de ter deixado a Marinha, resolveu continuar na Marinha de uma forma qualquer. Então o, quando houve concurso para professor da Escola Naval para essa especialidade, ele se candidatou, se inscreveu no concurso. Fez o concurso e tirou o primeiro lugar. Mas havia um protegido. Havia essas escolas - sempre há essas proteções. Eu não sei se na Suíça também acontece isso, mas no Brasil acontecia e acontece. E, como o meu pai tinha tirado primeiro lugar, anularam o concurso. Meu pai disse: "Bom, quando houver concurso, eu volto outra vez." Dois anos depois houve concurso, ele se candidatou outra vez, tirou o primeiro lugar. Aí não havia mais jeito; o meu pai então foi admitido como professor da Escola Naval. E se dava muito com... era muito amigo do almirante Álvaro Alberto. E até houve uma coisa interessante: o meu pai era muito sonhador, cientificamente e, tempos depois, nós já saídos da Escola, colegas nossos conversando sobre as elucubrações que meu pai fazia, achava que fantasiava: "Nós achávamos que o seu pai era um sonhador, estava no mundo da lua, e tudo se realizou - o que ele profetizou." Porque meu pai era um entusiasmado pela desintegração atômica...

I.F. - Ah, isso que nós estávamos querendo saber bem.

A.A. - O meu pai era um entusiasmado pela desintegração atômica. At numa passagem, o almirante Álvaro Alberto disse: "Eu estou feliz porque seu pai ainda viu a realização da desintegração atômica." Havia, em química... Porque aquelas aparelhagens, aqueles laboratórios, aquelas coisas, o meu pai falava muito, com muito entusiasmo, nos bombardeiros dentro do que nós chamamos tubos de fluxos, em que havia uma passagem de corrente de um pólo para o outro etc. E aquilo eu não me lembro como era -, havia o que ele chamava desencadeamento, encadeamento em cadeia, ou coisa que o valha. E externava - ele, com meu pai, trocavam idéias. E o almirante Álvaro Alberto sabia do entusiasmo do papai por isso, não é? Então, ainda ficou satisfeito porque, quando houve a primeira explosão atômica - realização conhecida -, meu pai ainda estava vivo, e ele dizia que estava felicíssimo porque o meu pai ainda tinha tido oportunidade de ver a materialização do que ele, naquelas miniaturas imaginava - a capacidade daquilo. E assim uma série de outras coisas.

I.F. - Isso foi na década de 40.

A.A. - Foi na década de 30... Deixa eu ver... Não: vinte e tantos.

I.F. - Ah, vinte e poucos, ainda?

A.A. - Nós saímos da escola em 27.

I.F. - Ah, exatamente.

A.A. - Nós saímos guardas-marinhas em 27; nós entramos em 23.

I.F. - E seu pai e o almirante Álvaro Alberto acompanhavam esses estudos todos feitos na Alemanha, nos Estados Unidos?

A.A. - Acompanhavam, acompanhavam.

I.F. - Qual foi o impacto da bomba atômica nisso tudo?

A.A. - Nisso tudo? Bom. Primeiro, foi de perplexidade, não é? Eu já tinha saído da escola, porque a bomba atômica...

I.F. - Sim. Mas o senhor acompanhou o desenvolver desse conhecimento todo.

A.A. - Tinha acompanhado. Mas o primeiro foi de perplexidade diante da grandiosidade da magnitude daquilo, não é? Porque realmente... E a primeira foi de Hiroshima, depois veio a de Nagasaki. Mas, depois, conversando com o almirante Álvaro Alberto... Porque esses cientistas todos ficam apavorados, porque a procura, a pesquisa deles é, de uma forma geral, para o bem, não para o mal, não para a destruição...

I.F. - Exato. Uma coisa pacífica, não é?

A.A. - para composição. E eu, conversando com o almirante Álvaro Alberto, ele me dizia: "Eu fico apavorado, porque agora o que se esta cogitando a bomba de hidrogênio.

Essa, então, vale não sei quantas Hiroshimas." - bombas que foram a Hiroshima. E hoje já existe a bomba de hidrogênio.

I.F. - É.

A.A. - E a gente esta vendo que o jeito haver uma conscientização geral de nunca utilizarem isso, qualquer que seja o desespero de causa, não é? Porque nós não sabemos como que vai ficar o mundo com uma explosão atômica.

I.F. - Mas o que eu digo o seguinte: o almirante Álvaro Alberto já sabia que os estudos feitos, que o desenvolvimento nessa parte poderia acabar numa coisa tipo bomba atômica...?

A.A. - Ele tinha idéia disso...

I.F. - Não foi surpresa, então?

A.A. - ... porque ele conhecia o Fermi, conhecia aqueles batutas que trabalhavam na confecção da bomba atômica. Ele tomou parte em conferências, depois, exercendo um... Enfim, se exibindo como um grande conhecedor de tudo, tomou parte em conferências nos Estados Unidos etc., sobre o exame do que se estava passando. Porque todo mundo... Estourou-se a bomba atômica, mas todo mundo tem pavor disso, não é? uma perspectiva nada animadora.

Eu servi nos Estados Unidos, eu fui o chefe da delegação brasileira na Junta Interamericana, e fui membro, também, e tive a oportunidade de, na América, visitar uma grande parte daqueles centros de prospecção espacial - tudo aquilo - e as bases americanas. Eu tive a oportunidade de ver o seguinte: eu fui a uma base de aviação americana. Bom, dessa base, saía, diariamente, uma B52H, fortaleza voadora - chamavam -, levando oito bombas atômicas, guardadas por oito homens. Suspendia às 11 horas da manhã -, na que eu estava -, ia Europa, ia até além de Malta, aí voltava, abastecia-se na zona da Espanha, abastecia-se aereamente, e vinha pousar. Quando ela vinha pousar, já tinha levantado a outra. Eu vi chegar uma e vi chegar a outra. Não entrei na fortaleza voadora porque era *top secret* a gente não podia entrar, mas soube que a guarnição era de oito homens e levava oito bombas atômicas. Bom, saíam dos Estados Unidos, naquela época, 60 fortalezas voadoras diariamente.

I.F. - E se acontecesse um acidente nessa fortaleza voadora, caísse esse avião?

[FINAL DA FITA 2-A]

A.A. - Se caísse esse avião, eu não sei se eles tinham um dispositivo para desativar a bomba. Não sei, não conheço esse problema. Porque caiu uma e não aconteceu nada; caiu na costa da Espanha - não sei se lembra, se leu isso.

I.F. - Não, não me lembro.

P.R. - Foi recentemente, não é? Foi em época mais ou menos recente.

A.A. - Época mais ou menos recente. Caiu uma fortaleza voadora na costa da Europa e não houve acidente nenhum. Mas saíam 60 fortalezas voadoras. Elas iam até lá a zona da ilha de Malta, aquela zona por ali, e voltavam. E o plano era o seguinte: cada um tinha uma derrota⁶ - e tinha uma posição no espaço em relação à Rússia. Se funcionasse o telefone vermelho e houvesse a eclosão do movimento, cada fortaleza voadora dessa tinha um objetivo a tender na Rússia. Então, no momento em que explodisse a guerra - eu não sei o que a Rússia tinha também, mas o que eu soube era isso -, as 60 fortalezas voadoras tinham um objetivo militar a atingir, de acordo com a posição geográfica em que eles estavam no ar. A coisa era assim. Agora, já imaginou a despesa de uma nação para manter isso?!

Agora, cada fortaleza voadora, como funcionava? Funcionava da seguinte forma: cada fortaleza voadora tinha a sua base onde tinha várias equipes de guarnição prontas para manter os aviões - porque as equipes tinham que se substituir para descanso. Então, cada fortaleza tinha várias guarnições que eram rendidas diariamente de acordo com o plano de descanso desses oficiais, de forma que ficavam de prontidão durante 24 horas. Se houvesse um alarma, a fortaleza voadora que estivesse em terra e dos demais aviões, todos estavam prontos para subirem nos aviões e decolarem para não serem apanhados na pista, porque se lembravam de Pearl Harbour.

I.F. - Exato.

A.A. - Então, as guarnições viviam nas bases subterrâneas. Nas bases subterrâneas encontramos lá os oficiais perfeitamente equipados, ouvindo rádio, vendo televisão, lendo e conversando, tomando refresco etc., ali prontos para, no toque da sirene, irem para o avião que estava sempre pronto. Isso um estado de espírito no tempo de paz.

E eu vi situações interessantíssimas de mobilização americana. Porque eles nunca mais esqueceram Pearl Harbour. Teve uma ocasião em que um general me disse: "Não podemos esquecer Pearl Harbour. Foi porque eu servia na Junta Interamericana de Defesa e eu falava um pouco de espanhol, porque eu tinha sido adido naval na Espanha. Primeiro na Argentina e no Uruguai. Depois, aconteceu que eu fui ser adido naval na Espanha. E solteiro, de modo que o solteiro tem que falar mesmo fora, não é? Porque dizem que fala até no travesseiro de orelha, essa história toda, que muito melhor para a gente aprender o

idioma, não é? [risos] O negócio era o seguinte: eu, conversando com o general americano, que era diretor do Colégio Interamericano de Defesa... Eu não sei se sabem que um colégio que congrega vários oficiais de todas as nações aqui na América do Sul e dos Estados Unidos, exceto o Canadá e América Central. Nesse Colégio Interamericano de Defesa, eles preparam, fazem problemas com os alunos de várias nações e planos para programar a defesa continental. Então, um curso de oito meses e vários oficiais são convidados para cursar esse Colégio Interamericano de Defesa. E esse general - aliás, uma figura muito simpática, um homem de grande cultura -, eu perguntei para ele... Lá só se falava espanhol ou português, e, eu então disse: "Eu vim aqui para os Estados Unidos, queria falar inglês, no fim eu vou sair daqui falando espanhol outra vez." Porque nenhum americano queria falar inglês. E então, conversando com esse general, e ele falava um espanhol primoroso, eu disse: "Mas, general, o senhor fala um espanhol primoroso e aqui ninguém quer falar inglês que eu sei." Ele foi e disse: "Almirante, isso uma lição da última guerra; nós aprendemos muita coisa na última guerra. Olha, hoje, qualquer oficial que fala um idioma estrangeiro, isso conta ponto como merecimento. Então todos os oficiais querem falar um idioma

⁶ Derrota: termo náutico, rota de embarcação em viagem pelo mar.

estrangeiro. De modo que ninguém aqui se interessa em falar inglês, porque quer falar o português ou espanhol ou francês. - porque tinha o do Haiti também lá. Então ninguém queria falar, porque era merecimento. Porque ele disse das dificuldades enormes que eles tinham; ninguém falava outro idioma. E naquelas ocupações, naquele intercâmbio operacional com os outros aliados etc., ninguém falava a não ser inglês. Então eles disseram que eles aprenderam isso. E a lição de Pearl Harbour também ficou na cabeça deles, de não serem apanhados nunca de surpresa. Eles estão sempre preparados para a eventualidade de uma guerra.

Eu, quando comandava o transporte de tropas nosso - porque eu fui levar tropas do Exército lá para a faixa de Gaza -, eu achei interessante porque eu tive a oportunidade de ver: a 6ª Esquadra está sempre em p de guerra; ela ocupa o Mediterrâneo, e então os navios estão sempre operando. Fazem umas paradas nos portos para refrescar as guarnições etc., mas essa esquadra substituída. Essa força que eles têm lá, os navios são substituídos temporariamente para refrescar o pessoal, para ir para os Estados Unidos, e vêm outros navios. Mas ela está permanentemente lá. E eles estão sempre navegando, sempre vigiando o mediterrâneo. At eu comandava o Barroso Pereira que estava entrando em Gibraltar, que uma entrada interessantíssima, porque o movimento de Gibraltar violento... a gente olha para a tela do radar, só vê - aquele enxame de navios para passar o estreito de Gibraltar. - Todo mundo passa por ali. E eu já estava no Mediterrâneo e, noite, um oficial me disse - eu estava no passadiço e o meu oficial me disse: "Comandante, tem um alvo - a gente chama de alvo o objeto, não é? - tem um alvo na tela do radar." Fui ver etc. Eu disse: "Fica marcando" - para ver se estava no rumo de colisão, não é? "Fica na marcação." "O negócio, - disse ele, - está se aproximando, está se aproximando..." E depois já estava no alcance de... Já estava a um alcance visual, mas não se via o navio. E ele vinha rápido, vinha rápido pela plotagem da velocidade de movimento rotativo. Aí vinha, e ele disse: "Ele está navegando às escuras, não tem luz nenhuma, não tem luz de navegação, não tem nada." A gente só via o ponto na tela do radar, mas não via o navio; só via a marcação, mas não via nada. A horas tantas nós recebemos um sinal desse navio, pedindo meu indicativo, o indicativo do meu navio. "Comandante, esse alvo está pedindo indicação do navio." Eu disse: "Pergunta qual o dele." Ele foi, respondeu para o navio que era americano - não sabia o que era -, respondeu: "Qual o vosso?" Eles aí responderam: "*United States ship destróier*, não sei o que" E aí eu dei o meu indicativo. E eu estava navegando às claras, normalmente. Aí ele veio se aproximando, sempre às escuras, veio se aproximando, se aproximando, e nós plotando a posição dele etc. E eu no meu rumo etc. Quando chegou numa determinada distância, umas duas milhas, aí ele acendeu a luz: todas as luzes de marcha dele, as luzes normais do navio, normais do camarote, daquela coisa toda, acendeu aquele troço todo e passou no sentido contrário. Eu ia para dentro do Mediterrâneo, ele passou atravessado, assim, acendeu, deu o voto de boa viagem, eu respondi, agradeci, ele passou, e aí apagou as luzes outra vez e foi embora. Quer dizer, a fiscalização lá é...

Eles estão vigiando o Mediterrâneo permanentemente, porque hoje, atualmente, a Marinha russa está muito grande e a Rússia teve um grande almirante que até hoje ainda está trabalhando, está servindo na Marinha russa, o almirante Gorcheskov . Esse almirante Gorcheskov está há muitos anos liderando a conduta da Marinha russa. E ele então chegou conclusão, possivelmente concluiu que era necessário a Rússia se preparar militarmente na parte naval. E hoje, em decorrência disso, a Rússia já teve navios aeródromos. Primeiro, fez navios helicópteros etc., e começou a entrar pelo Mediterrâneo. Eles já têm navios no Mediterrâneo e hoje já têm até no Atlântico, submarinos etc. Mas isso foi elucubração desse almirante Gorcheskov, porque, até

então, parece que a mentalidade russa era mais terrestre, de aumentar o poderio terrestre, aéreo etc., mas a parte de navio, a parte eminentemente naval, eles não estavam se interessando. E ultimamente, de acordo, naturalmente, com a doutrina desse almirante Gorcheskov, ele começou a desenvolver o poderio naval. E eu li muito... Ele deu até umas entrevistas a uma revista americana, editada pelos oficiais de Marinha - se chama [*Prosigne*]⁷, - e o *Prosigne* então conseguiu algumas entrevistas do almirante Gorcheskov. Então ele relata as idéias dele etc. sobre a necessidade do desenvolvimento do poder marítimo para a Rússia. Isso foi mais uma frente que foi aberta do regime democrata etc. contra o regime comunista. Esse Gorcheskov uma figura, porque ele conseguiu impressionar lá a Rússia e aumentar o poderio naval da Rússia. Então, hoje, nas elucubrações que os americanos fazem etc., eles tem uma preocupação muito grande com a parte do domínio dos mares, porque eles sempre tiveram superioridade. O submarino atômico hoje uma coisa importantíssima.

I.F. - Pois é, falando em submarino atômico, vamos tentar voltar para o nosso amigo, o almirante Álvaro Alberto. O senhor está falando que desde vinte e poucos ele já pensava nessa questão de energia atômica, imaginava o poder dessa energia atômica e já sabia das riquezas que o Brasil tinha, dos recursos minerais?

A.A. - Dos recursos... Eu não sei. Eu não sei desses detalhes, eu não posso dizer se ele sabia que os elementos minerais para a obtenção da desintegração, era o... Como que se chama esse...

P.R. - Tório e Urânio.

A.A. - Urânio etc., isso eu não sei. Agora, que havia a preocupação e a idéia de se utilizar a desintegração atômica, já havia.

I.F. - Porque, com o passar dos tempo, e logo depois da Primeira Guerra, me parece, os Estados Unidos começaram a se preparar para desenvolver cada vez mais essa questão de energia nuclear, energia atômica.

A.A. - Isso eu não tenho idéia.

I.F. - E o almirante Álvaro Alberto, me parece, começou a perceber tudo isso. Então, de acordo com o que nós andamos estudando, parece que ele teve uma luta muito grande aqui no Brasil para os interesses brasileiros, principalmente durante o governo do Presidente Vargas.

A.A. - Não sei, eu não posso dizer. Em que sentido?

I.F. - Porque o que nós começamos a ver por aqui que, por exemplo, em 1947, logo depois da guerra, conseqüentemente, os Estados Unidos já começaram a montar uma comissão de energia atômica. E já sabiam que eles, Estados Unidos, eram pobres...

A.A. - Em urânio?

I.F. - Em minerais atômicos. E, de acordo com o que andei lendo, inclusive num depoimento do Renato Archer, já sabiam, em 47 que o Brasil era detentor de reservas de

⁷ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

areias monazíticas. E os Estados Unidos, então, começaram a se preocupar para manter o monopólio absoluto sobre todos os conhecimentos em relação energia atômica. Porque eles, detendo os conhecimentos, proibiam, impediam que os países ricos em minerais desenvolvessem. E parece que o almirante Álvaro Alberto entrou numa luta bastante grande em relação a isso. O senhor não...

A.A. - possível, eu não tenho...

I.F. - Não tem muita noção sobre isso, não é?

P.R. - Almirante, a Inês está se referindo compra dos reatores que foi feita...

I.F. - Isso já foi um pouquinho mais tarde.

P.R. - ... na Alemanha, em 1953, pelo almirante Álvaro Alberto.

A.A. - Sei.

P.R. - E, pelo que se tem conhecimento, quando os reatores deveriam embarcar para o Brasil, eles foram interditados pelas autoridades americanas.

I.F. - Eram três ultra-centrífugas.

A.A. - Ah! Se eu tenho idéia dessa luta de preservação e de impedimento do Brasil não poder participar desse assunto todo... Inclusive havia uma outra parte: que o Brasil tinha se negado a assinar um compromisso qualquer, formalizando um compromisso de não utilização da energia atômica, nisso ou naquilo; o Brasil quis ser completamente livre de qualquer coisa, embora o Brasil não tivesse preocupação agressiva, mas o Brasil não queria ficar - quando os outros países tinham certa liberdade -, não queria ficar em condição de exceção como outros países também. Então o Brasil não quis assinar esse compromisso.

P.R. - É. o Tratado de Não Proliferação.

A.A. - Proliferação.

P.R. - Exatamente. o nome do tratado.

A.A. - Lembra-se? O Brasil sempre se rebelou contra isso, e até hoje não...

P.R. - Perfeito.

A.A. - E então, resultou disso uma, digamos, restrição que os Estados Unidos passaram a fazer sobre o procedimento do Brasil, porque ele não sabia se rapidamente ou remotamente o Brasil poderia ser um produtor de bomba atômica ou não etc.

I.F. - É, porque pelo que eu andei lendo, estudando, parece que existem várias maneiras de enriquecimento de urânio. Os Estados Unidos tinham um sistema e a Alemanha usava através das ultra-centrífugas. Os Estados Unidos, percebendo a importância da energia atômica e sabendo que eles não tinham os minerais radiativos em quantidade

suficiente para garanti-los, conseguiram aquela... E a Alemanha, sob domínio americano, no pós-guerra... Eles conseguiram uma lei onde garantiram monopólio absoluto sobre o conhecimento e proibia então a Alemanha e os outros países de desenvolverem esse conhecimento, de mandarem técnicos. A sensação que eu tive também que o almirante Álvaro Alberto já tinha noção de tudo isso.

A.A. - possível. Com a leitura que ele tinha, a capacidade, ele devia ter... Ele estava por dentro.

I.F. - Exatamente. E era muito respeitado no meio científico.

A.A. - Sempre foi, é.

I.F. - O senhor concorda, não é? Era muito respeitado no meio científico.

A.A. - Concordo.

I.F. - E ele, então, fazendo parte de uma comissão, era a Comissão Internacional de Energia Atômica, ou coisa nesse gênero, ele foi para uma conferência e parece que os americanos debatiam a distribuição dos minerais, e ele então colocou, nessa conferência, que tudo bem, vamos melhorar essa questão da distribuição: vamos fazer uma compensação entre carvão, petróleo e os minerais radioativos. E os Estados Unidos aí deram para trás, porque eles não tinham interesse também em distribuir o petróleo. E o almirante Álvaro Alberto conseguiu também fazer com que uma lei, defendendo aqui os interesses brasileiros, dissesse que a exportação dos minerais radioativos brasileiros poderia ser feita de governo a governo, desde que fossem ouvidos os órgãos competentes, que seriam, nessa ocasião, o Conselho de Segurança Nacional e o CNPq, Conselho Nacional de Pesquisa, do qual ele foi presidente de 51 a 55.

A.A. - . Isso p do Renato Archer?

I.F. - É.

A.A. - Ele bem abalizado nisso.

I.F. - O senhor não acompanhou, então, isso?

A.A. - Eu não acompanhei bem, não. O Renato é...

I.F. - E houve umas questões muito sérias em relação exportação de areias monazíticas.

A.A. - O Renato uma figura muito inteligente, foi muito bom oficial, e ele deve ter acompanhado muito bem, e isso tem muita memória.

I.F. - Exato.

A.A. - Eu tenho uma grande consideração ao Renato como oficial, foi muito bom oficial.

I.F. - E o senhor esteve muito ligado ao Ministério. O que ele coloca - não sei se o

senhor vai concordar com isso ou não - que o governo do presidente Vargas era um governo de tendências nacionalistas.

A.A. - Era.

I.F. - Mas, por outro lado, tinha uma parte do setor econômico que era bastante ligada aos interesses americanos. Tipo João Neves da Fontoura...

A.A. - Bom, podia ser por influência do João Neves da Fontoura, do dr. Osvaldo Aranha... Agora, o presidente Vargas... Eu posso dizer: ele conversava às vezes comigo. Sabe, que pela escala, pela questão de disciplina, ele era o presidente da República e eu era um simples ajudante-de-ordens. E como nosso ensinamento naval, a gente nunca se dirige para o superior, eu sempre me mantive nessa... A gente sempre espera que o superior queira falar com a gente, a gente nunca procura falar com o superior. Se ele quer falar, muito bem, se ele não quer falar, a gente se fecha em copas e estamos conversados. Mas o presidente Vargas - ele só me chamava depois de filósofo, porque ele me achava... Depois eu conto a história. Mas o presidente Vargas, numa ocasião, conversando, havia já aquele movimento pró-aliados, achando que o Brasil devia se manifestar etc., se entregar diretamente aos americanos.

I.F. - Isso no primeiro governo Vargas.

A.A. - Primeiro governo Vargas. E ele comentando essa situação... Porque ele tinha notícias do movimento, da consciência normal nacional, havia essa tendência de simpatia pelos Estados Unidos etc., a preocupação, talvez, a insinuação de o Brasil assumir compromisso com os Estados Unidos etc. E então ele me disse: "A gente namora os Estados Unidos, mas não casa com ele. [risos]"

I.F. - Mas no segundo governo, parece que as pressões americanas, em relação ao governo Vargas, eram muito grandes. Eles tinham grande interesse em importar as areias monazíticas.

A.A. - Ah! Bom...

I.F. - Então parece que houve um choque entre os grupos nacionalistas e os setores mais ligados economia com tendências a ligações com os Estados Unidos.

A.A. - possível.

I.F. - E parece que o almirante Álvaro Alberto percebeu tudo isso. Daí ele ter colocado essa lei que controlava as exportações.

A.A. - É. possível.

I.F. - O senhor não acompanhou isso, não?

A.A. - Não, não acompanhei, não.

I.F. _ É. E parece que o presidente Vargas acabou sendo forçado a exportar as areias

monazíticas. E quando... Aí houve o choque entre o Brasil e os Estados Unidos, tudo isso.

A.A. - Pressões...

I.F. - Quando o almirante Álvaro Alberto percebeu que através dos Estados Unidos não vinha tecnologia em troca dos minerais, ele conseguiu autorização para mandar fazer três ultra-centrífugas na Alemanha. [pausa] O senhor também não acompanhou isso, não?

A.A. - Não, não acompanhei, não.

I.F. - E acabou que os Estados Unidos embargaram porque a Alemanha não podia, enfim, mandar as máquinas, porque ainda estava sob o poder americano essas ultra-centrífugas só operavam no Brasil, ficaram emparelhadas por aí e ninguém sabe onde elas andam.

A.A. - Sei.

I.F. - Quer dizer que isso, então, o senhor não acompanhou.

A.A. - Isso eu não acompanhei, não.

I.F. - Porque me parece que um problema bastante sério, isso.

A.A. - É.

I.F. - E inclusive o Renato Archer diz que, já naquela ocasião, o Almirante Álvaro Alberto etc. Alberto já era a favor do desenvolvimento dessa tecnologia pensando na fonte energética mesmo, porque ele via as hidroelétricas como um processo muito caro na parte de transmissão de energia elétrica, e que a energia atômica seria bem mais fácil.

A.A. - Bem mais em conta.

I.F. - E para a Marinha, essa questão de energia atômica, como que era vista?

A.A. - Como que era...?

I.F. - Já pensavam no desenvolvimento dos submarinos atômicos e tudo isso?

A.A. - Na minha época, não. Na época em que eu estava na Marinha ainda não se pensava na construção de submarinos atômicos.

I.F. - Isso um avanço na Marinha brutal, não é?

A.A. - Foi, mas caríssimo. Era caríssimo e, depois, nós temos... O nosso programa em face aos compromissos que nós temos assumidos, era eminentemente defensivo, de proteção de comboio, de ficar de vigilância da costa etc. Era um programa eminentemente de ocupação, dentro da pobreza de nossos recursos, porque o poder marítimo muito caro e muito demorado, porque cada unidade que agente perde não se

faz... Não se tira da prateleira, não tem linha de montagem, não tem nada, e a gente leva tempo para fazer um outro navio, não é? E o preço, porque, para nós, um elemento muito caro, não é? Hoje tem os elementos caríssimos; a aviação está ficando assim também. De modo que o nosso programa de segurança naval, era sempre um programa de cooperação, baseado também no tratado de assistência mútua, de não agressão etc... Mas nós pensando sempre num sistema de cooperação, deixando, podemos dizer, a parte do leão para os Estados Unidos, para as nações poderosas, pensando em termos de defesa do regime democrático... De modo que nós não tínhamos essa, digamos, preocupação com o submarino atômico e nos limitamos exclusivamente ao tipo de submarino convencional, que até hoje o que temos, não é?

Agora, já na época do Maximiano, que nós começamos a pensar na construção, na obtenção de um submarino atômico, mas isso ainda remoto, porque a construção naval cara, muito cara, técnica altamente elevada... Primeiro, a construção de submarino já a construção naval mais complicada, - mesmo o convencional. Porque se tratando de um navio que tem que enfrentar, além dos problemas navais de um navio de superfície, o problema de resistência do casco, para as profundidades que ele tem que vencer, e o problema de oxigenação, quando o submarino está submerso. Então, isso tudo já encarece. Agora, a propulsão atômica, então, ainda mais cara, tem que ter os reatores atômicos a bordo etc., que nós não... Nem sei se já podemos fazer.

I.F. Agora o senhor falou que o almirante Álvaro Alberto corrigia as provas suas e de seu irmão. Ele era muito rígido na correção das provas?

A.A. - Não, ele não podia ser rígido. Eu vou lhe dizer por quê. Porque nós todos tínhamos nos preparado para entrar para a Escola Naval fazendo o curso preparatório. Naquele tempo, para entrar para qualquer escola superior, nós tínhamos que fazer as provas de habilitação em física e química. Isso era feito num colégio, que era o Pedro II. A gente ia lá, se submetia às provas e passava. De modo que quando nós entrávamos para a Escola Naval, nós tínhamos aquilo - física e química - como uma espécie de bê-á-bá. Nós já íamos com muita base. Então, o ensino de física e química nós tirávamos de letra.

I.F. - Mas isso eram todos os alunos? ou só o senhor e o seu irmão?

A.A. - De modo geral, era isso, porque passavam pelos mesmos...

[FINAL DA FITA 2-B]

A.A. - ... exames, pelas mesmas provas. Então nós tirávamos aquilo tranquilamente. A gente estudava, os professores ensinavam; tinha a parte de explosivos, que era separada, mas era correlata em função de conhecimento anterior. De modo que a apreensão daquilo não era difícil. Física e química, para nós, não era difícil. Professores bons, de física, eram o almirante del Vecchio etc.

I.F. - Almirante...?

A.A. - Adolfo del Vecchio. Havia muito bons professores e muito acessíveis a nós. Então não havia essa preocupação; esse medo de reprovação não havia.

I.F. - E o relacionamento do almirante Álvaro Alberto com o Almirante Isaías de Noronha?

A.A. - Ah, era muito bom. Mas havia o seguinte: eu estava contando que o almirante Álvaro Alberto passava da hora, mas o almirante Isaías diariamente percorria as salas de aula e assistia às aulas. Bom, então, várias vezes, quando o almirante Álvaro Alberto estava dando aula, ele já tinha idéia, digamos assim, dos contraventores... [riso] Então, ele ficava assistindo aula e o almirante Álvaro Alberto se perdia nas divagações dele etc. Quando daqui a pouco, o almirante Isaías tirava o relógio do bolso [risos] e mostrava para ele, para ele

interromper a aula. Então ele interrompia a aula. Mas já tinham passado cinco minutos.

Porque o sistema de ensino lá era interessante. A cada hora de aula se seguia uma hora de estudo. Então, quando terminava a aula, dava a volta aula, nós éramos licenciados, saíamos da sala de aula, tínhamos um descanso de cinco minutos e, aí, entrávamos para as salas de estudo, ou para estudar a matéria que ia ser lecionada pelo professor na hora seguinte, ou para consolidar aquilo que tínhamos aprendido antes. E o almirante Isaías não queria que nós perdêssemos a hora de estudo, nem que o professor, numa aula só, esgotasse uma parte grande do programa, deixando o aluno depois em dificuldade de apresentar aqueles conhecimentos nas próximas provas. Então ele apertava mesmo os professores, assim como ele apertava os alunos. Éramos cem alunos; ele conhecia praticamente quase que a média que os alunos tinham. Quando ele encontrava um aluno saindo, de fora - porque ele estava sempre andando pela escola toda -, ele chamava a atenção: "Vai estudar!", não sei mais quê. Era de uma rigidez tremenda.

E com o almirante Álvaro Alberto... Inclusive o seguinte: houve um caso muito curioso com o meu colega Amaral Peixoto, o Ernâni. O Ernâni esteve doente e perdeu uma prova. Pelo regulamento, mediante os atestados, ele tinha direito a fazer a prova, embora os outros já houvessem feito a prova escrita - porque tinha prova semanal oral e tinha prova escrita mensal. E o almirante Álvaro Alberto não queria dar a prova para o Amaral e isso ia prejudicar o Amaral porque ele ia ficar sem nota, não é? E o Amaral foi se queixar lá ao meu pai, que era o chefe do departamento. E o meu pai levou ao conhecimento do almirante Isaías a situação que estava sendo criada. E o almirante Isaías mandou fazer a prova. E o Amaral fez a prova. O Amaral fez a prova e teve o grau que merecia etc. Mas há uma passagem muito cômica também com o Amaral e o almirante Álvaro Alberto. Uma ocasião, ele estava fazendo uma prova oral e o almirante Álvaro Alberto perguntou uma combinação do iodo com o fósforo; o que dava. Uma reação química aí que dava... Aí o Amaral não sabia. Ele bolou lá um troço e disse para ele: "Ah, comandante, d o iodetofosfórico." Disse ele assim: "Fosfórico está o senhor! [risos] O senhor assim vai ao pau, hem?" Isso nós não esquecemos; sempre mexemos com o Amaral com esse negócio do iodetofosfórico que ele bolou lá para se safar da aula.

I.F. - Agora, eu soube também através da entrevista do Renato Archer, que na década de 40 houve uma campanha muito grande contra o almirante Álvaro Alberto, porque tinha um aluno, chamado Natan, que foi reprovado na Escola Naval duas vezes.

A.A. - Dentro da Escola?

I.F. - Dentro da Escola. E a segunda reprovação foi feita através do almirante Álvaro Alberto.

A.A. - Mas na mesma matéria?

I.F. - Na mesma matéria. Consequentemente, ele foi expulso.

A.A. - Era. Duas reprovações, era eliminado.

I.F. - Então, parece que houve uma campanha, já na década de 40, onde diziam que o almirante Álvaro Alberto era simpatizante dos alemães e tinha forçado a expulsão desse Natan pelo fato de ser judeu. O senhor pode não ter acompanhado isso, mas existia essa possibilidade?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.A. - Eu não acho, eu não creio. Conhecendo como eu conhecia o almirante Álvaro Alberto, eu não creio que descesse a uma coisa dessas. Possivelmente, o juízo que eu faço, que o aluno naturalmente não tinha os conhecimentos necessários e foi reprovado duas vezes, o que o senhor achava difícil, na Escola Naval, pelo menos no nosso tempo.

I.F. - É, porque o senhor acabou de dizer isso, que era difícil.

A.A. - É, no nosso tempo. Ou o aluno não queria continuar e, então, arranhou ser reprovado, ser eliminado... Porque, não sei se sabem, na Escola Naval, antigamente, pelo regulamento, o aluno não podia deixar a Escola Naval, sob pena de ter que indenizar o que chamávamos a fazenda nacional. Agora, por eliminação, por reprovação, ele deixava naturalmente. Agora, deixar voluntariamente, dizer "eu não quero continuar" e não aparecer mais, era obrigado a indenizar, contabilizavam a despesa que ele tinha custado, porque ele estava quebrando um compromisso. De forma que eu não acho possível isso. Agora, esse argumento de que porque era judeu... O almirante Álvaro Alberto deve conhecer mais do que eu etc..., pelo número de cérebros judeus, judaicos... Estão por aí: está aí o Einstein, está aí uma série de figuras...

I.F. - Exato. Eu também acho isso muito estranho.

A.A. - ... de uma projeção admirável, todos eles judeus.

I.F. - No meio científico brutal.

A.A. - Então, até hoje nós estamos nos servindo dos conhecimentos deles. Então eu não acredito que ele descesse, pelo padrão que eu tenho do almirante Álvaro Alberto, que ele descesse de uma mesquinha dessas. O aluno naturalmente não tinha condições ou não queria continuar na Escola.

I.F. - Não queria continuar. Quer dizer que utilizavam então isso de forçarem uma reprovação para poder sair.

A.A. - Podia haver... Eu tive um colega que não quis continuar na Marinha e fez isso. José Milliet Filho. Ele não quis continuar. No segundo ano, ele resolveu não continuar, porque ele tinha atuações econômicas fora: o pai era um corretor de imóveis, uma coisa

qualquer, e achou que a Marinha não proporcionaria a ele os recursos econômicos que ele achava que o filho devia ter. Porque a Marinha, realmente... A carreira militar não é uma carreira para rico, não é?

I.F. - Exato.

A.A. - Pode entrar rico, mas não enriquece. Não enriquece ninguém. [risos]

I.F. - Não fica rico lá.

A.A. - Então, esse meu colega deixou-se reprovar, e foi eliminado da Escola. Mas não porque ele fosse Milliet, descendente de francesas, ou lá que fosse.

I.F. - E como era a Marinha em relação a essa questão de racismo e judeus, essas coisas? Porque tem uma fama de que não aceitava muito não, não é?

A.A. - Eu nunca senti porque ou nem sei se no meu tempo tinha judeu. Eu não sei se tem algum oficial no meu tempo, algum colega que fosse judeu. Não sei se porque não interessava também aos pertencentes ao credo - porque não uma carreira que desse recursos. Agora, eu sei de um oficial que chegou a capitão-de-mar-e-guerra; esse eu sei que era judeu - do corpo de fuzileiros navais: [Eisenbaum]⁸. Mas eu acho que ele nunca se sentiu perseguido por isso. E Eisenbaum cursou a Escola etc. um nome assim que me vem cabeça. Eu tive um imediato que era judeu. Não me lembro o nome dele agora. Mas também nunca vi nenhuma restrição vida dele na carreira naval.

I.F. - Não uma carreira procurada pelos judeus, então.

A.A. - Não uma carreira que desperte interesse aos que tem a formação do credo judaico etc. Não sei, não.

I.F. - Eu também achei uma coisa meio estranha, essa questão que o Renato Acher comenta disso. Eu digo: a não ser que houvessem pessoas dentro da Marinha e da Escola Naval que quisessem difamar o almirante Álvaro Alberto. Agora, por que queriam difama-lo, eu também não entendi.

A.A. - E nem vejo forma.

I.F. - Porque ele era sempre muito respeitado, não é?

A.A. - Quem?

I.F. - Álvaro Alberto.

A.A. - Sempre. Muito conceituado e respeitado. E depois, eu não sei, pelo próprio regulamento da Escola, caberia a esse aluno que se sentia prejudicado com a reprovação, pedir uma revisão de prova. Porque não tinha só o almirante Álvaro Alberto. Tinha o chefe do departamento para examinar a prova e o diretor da Escola. Então ele via se a prova merecia o grau ou não.

⁸ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

I.F. - Agora, o senhor conheceu a família do almirante Álvaro Alberto, ou só ele?

A.A. - Não. Só ele.

I.F. - Porque eu soube também que ele tinha uma irmã muito inteligente, muito preparada, chamada Armada Álvaro Alberto; foi educadora.

A.A. - É, ouvi falar. Eu creio que estava até na missa do centenário dele. E até que o Renato Archer participou d providência da homenagem a ele; foi aqui na igreja de Santa Lúcia. Eu fui apresentado a essa moça aí. Eu nem sabia que ele tinha filha...

I.F. - Não, irmã.

A.A. - Irmã. Eu nem sabia que ele tinha irmã.

I.F. - E diz que foi uma educadora famosa, fez uma transformação nos métodos de ensino no Brasil e, pelo que li, era já um pouco feminista...

A.A. - Devia ser Mota e Silva, não é? Porque ele era Álvaro Alberto da Mota e Silva.

I.F. É. Exatamente. O nome dela era Armada Álvaro Alberto da Mota e Silva. E me pareceu, também, que já era assim uma... Defendendo os interesses feministas. Porque em 1955, ela exerceu a presidência da União Feminina do Brasil, que era um movimento filiado ANL, e parece que foi presa, teve que responder processo por causa disso.

A.A. - Quem?

I.F. - A irmã, Álvaro Alberto.

A.A. - Ah, isso eu não soube, não tive notícia disso.

I.F. - Em 35. Era uma associação ligada ANL - União Feminina do Brasil.

A.A. - Não sei. Acho que em 35 eu nem estava no Rio, eu estava viajando por aí.

I.F. - As suas ligações eram mesmo pessoais, e como professor.

A.A. - Como professor, e com o filho dele.

I.F. - Ah, com o filho já foi companheiro; o tal que morreu em Recife.

A.A. - O filho dele que era capitão, que morreu, que era Álvaro Alberto também.

I.F. - Foi um acidente horrível, não é? O senhor falou que ele apareceu doente e ninguém soube como.

A.A. - Foi. Ninguém sabe direito como ele contraiu a doença.

I.F. - Agora, o senhor me conta uma coisa: Por que o senhor não fez Colégio Militar?

Porque entrava automaticamente...

A.A. - Eu não fiz Colégio Militar... Entrava, podia entrar... Não, não entrava automaticamente.

I.F. - Ah, não? Tinha prova também?

A.A. - Porque eu tenho colegas de turma que vieram do Colégio Militar. Tinha que fazer prova. Hoje parece que transferido, mas antigamente acho que não era.

I.F. - Tinha que fazer prova de qualquer maneira.

A.A. - Eu tenho colegas oriundos do Colégio Militar: Augusto Lopes da Cruz, José Santos Saldanha da Gama, tem o Zilmar Campos de Araripe Macedo, que filho de um general Araripe, que foi ministro da Marinha, também etc.⁹ Todos oriundos do Colégio Militar. O Fernandes, pernambucano, também, que nós chamávamos de coronel, porque... Era uma turma abaixo da minha, e ele chegou lá para fazer os exames, para se apresentar, uma coisa qualquer e chegou com o uniforme do Colégio Militar. E ele era muito bem situado no Colégio, era coronel do Colégio Militar. Ele chegou lá fardado de aluno do Colégio Militar, com aquele uniforme muito bonito do Colégio Militar, aqueles galões - havia um uniforme que chamavam AC, vinha por aqui acima etc. E aí até me lembro de um colega: "Ih! Olha aí, mas nós vamos ter que obedecer a um coronel!?" Ele chegou lá fardado. Foi logo uma brincadeira tremenda com ele. Mas Fernandes. Augusto Alves Dias Fernandes. Um oficial de grande valor, etc., mas era engraçado porque nós, no começo da vida de escola, chamávamos de coronel. Porque ele chegou lá fardadinho de coronel. Mas os alunos faziam exame na Escola.

I.F. - E o senhor não foi para o Colégio Militar por que? O senhor tinha direito, seu pai sendo oficial.

A.A. - Meu pai tinha direito, mas nós morávamos em Santa Teresa e o Colégio Militar era lá na Tijuca. Então era muito complicado o transporte etc., - para ir ao Colégio Militar, ir e voltar.- De modo que nós nunca pensamos em ir para o Colégio Militar.

I.F. - O senhor estudou no Ateneu Bôscoli e na escola de Humanidades. E como era o ensino nesses colégios?

A.A. - O ensino, eu achava muito bom. Todos os dois diretores... Porque eu não sei se hoje existe isso, porque eles se preocupavam mais com os pais dos alunos, acho, do que com o que eles iam receber.

Porque a preocupação deles era do rendimento dos alunos. Eles, quando repreendia um aluno, eu vi várias vezes: "O senhor está roubando seu pai!" O professor Ateneu Bôscoli era um grande professor de português, avô desse de novela... Como o nome dele? Jardel Filho.

I.F. - Ah, Jardel Filho.

A.A. - avô dele. Esse professor José Ventura Bôscoli, quando o aluno... Ele empregava umas

⁹ Zilmar Campos de Araripe Macedo, ministro da Marinha de 1965 a 1967, era filho do coronel José Araripe Macedo e irmão de Joelmir Araripe Macedo, ministro da Aeronáutica de 1971 a 1979.

palavras curiosas: quando o aluno era vadio, ele chamava de madraço: "O senhor um madraço, está roubando o dinheiro de seu pai! Eu estou recebendo dinheiro de seu pai e o senhor não estuda!" E por aí ia. Fazia questão que os alunos estudassem. Tinha aqueles alunos como filhos etc. O outro colégio que eu fui depois - porque nós éramos muitos e o meu pai estava em dificuldades, e o colégio... No Ateneu Bôscoli nós éramos semi-internos e tinha despesas de alimentação, esse colégio era mais caro e nós passamos para essa Escola de Humanidades. O nosso diretor, que era o professor Alceu Portela Ferreira Alves, tem dois filhos no Exército. Isso também apertava os alunos tremendamente, era um homem cuidadosíssimo, pronto a ajudar os alunos no que eles precisassem etc. Eu tive... nós tivemos muita sorte com os dois colégios.

I.F. - Agora, não eram colégios religiosos.

A.A. - Não, não

I.F. - Sua família tinha religião?

A.A. - Minha mãe era. A nossa religião era católica. engraçado como nos Estados Unidos eles dão importância religião. Aliás, a Constituição americana curiosa porque começa assim: "Nós somos um povo religioso: *we are a religious people*. Achei gozado aquilo. Eu fui hospitalizado lá no Navio Hospital, em Bethesda. pertinho de Washington. E eu passei vinte e tantos, 27 dias lá, estive para morrer, não sabia o que era...

I.F. - Fica doente no estrangeiro horrível, não é?

A.A. - Eu não achei, não, porque eu estava meio entregue às baratas [risos] e eu baixei... Mas quando eu cheguei, a primeira coisa que me perguntaram - bom, o nome, eles já tinham -, perguntaram: "Religião?" eu disse: "Católica." Na porta do meu quarto tinha: "Fulano de tal, *admiral...*, religião: católica." Em todos os quartos tinha: "Religião..." Dão uma importância... No dia seguinte em que eu fiquei baixado no hospital, veio um padre católico para me dar assistência religiosa, que era brasileiro. Foram desencavar um padre brasileiro para me dar assistência religiosa. Todos os dias, de manhã cedo, estava lá o padre. No fim de uma semana, o padre me disse que ele não podia continuar a me prestar assistência religiosa, mas que vinha um padre filipino que falava espanhol. Então, aí até eu ter alta, esse padre filipino me acompanhou lá no hospital. Todos os dias. Comunguei todos os dias. Todos os dias em que eu estive baixado no hospital, ele vinha, às cinco horas da manhã, às seis horas da manhã...

I.F. - E o senhor já tinha formação religiosa, ou foi medo de morrer? [risos]

A.A. - Não. Não tinha medo de morrer, não. Eu tinha pena de morrer, eu achava que eu estava muito moço para morrer. Mas medo, assim, não tinha.

I.F. - Mas essa religião, assim, naquela ocasião, porque o senhor já vinha com essa formação, ou foi...?

A.A. - Não, não. Eu só fiz uma comunhão, foi a primeira. A minha mãe era eminentemente católica, mas eu era uma espécie de católico como todo mundo diz aqui que democrata, não é?

I.F. - É.

A.A. - Eu sei que todo mundo democrata, mas eu acho que o Brasil um país com poucos democratas. Ou, por outra, uma democracia com pouco democrata. A gente vê logo numa reunião de condomínio, não é?

I.F. - É. [risos]

A.A. - Mas eu... E, depois, eu acho que nunca mais comunguei.

I.F. - Por isso que eu estou perguntando. O senhor comungou tanto por causa do padre ou porque estava com medo de morrer?

A.A. - Não. Era mais uma consideração ao padre. Ele vinha, me preparava o espírito, me deu extrema-unção.

I.F. - O que o senhor teve lá?

A.A. - Eu tive lá uma hemorragia, eu só evacuava sangue vivo e baixei no hospital lá. Cheguei no [inaudível], como eles chamam, tem um médico sempre assistente para receber e encaminhar. Aí, quando eu relatei a minha situação, ele foi e me disse: "Bom, o senhor não vai poder ir para casa mais. Agora, o senhor não vai se alarmar, mas o senhor já sai daqui de cadeira de rodas."

I.F. - Isso hábito de lá, não é?

A.A. - É. Hábito de lá. Então, já me botou numa cadeira de rodas, já fui encaminhado lá, mandaram reservar o quarto para mim, eu já fui lá para um quarto. Aí veio o médico para me examinar, tudo isso, e começou a tirar sangue, a fazer uma porção de coisas para chegar a conclusão do que eu tinha. E comecei logo a fazer transfusão de sangue. Fiz quatro dias transfusão de sangue. E eles fazendo exames. Pouco remédio. Davam um negócio que eu não sei o que era, uma pastilhazinha, não sei se era um troço para eu dormir, uma coisa qualquer. No fim de quatro dias cessou a hemorragia. Mas fiz oitenta e tantas radiografias, me viraram do lado do avesso. E eu fiquei em observação lá, 29 ou 30 dias. Quando chegou no último dia, eles me deram alta. Então curioso aquilo lá: quando eu saí, eu pedi o boletim lá da minha situação, então vem o histórico todo etc., como eu tinha chegado etc. "Causa da hemorragia: desconhecida. Hipótese: como o paciente portador de divertículo, acreditamos que tenha sido o divertículo infectado que tenha produzido essa hemorragia e cessado depois, não sei mais o quê." Eu trouxe isso até para o Brasil, para depois entregar a meus médicos aí, para me examinarem. Então, foi a primeira vez que eu ouvi falar em divertículo. E eu sei que os tenho, então mantenho dietas etc., um certo cuidado, para evitar um...

I.F. - Isso foi em 62, quando o senhor estava lá?

A.A. - Isso foi em cinquenta e... sessenta... Em 62.

I.F. - É. Em 62 o senhor estava lá como delegado da Marinha na Junta Interamericana de Defesa.

A.A. - É. Mas foi quando eu estive que eu tive esse troço. Mas achei admirável lá. lá os oficiais-generais fazem exame de saúde anualmente. Eu, depois disso, ainda fiz exame de saúde etc. e tal. Todo ano, todos os oficiais-generais são examinados.

I.F. - Agora, falando em doença, o que o senhor pode nos contar da gripe espanhola? Porque parece que pegou uns oficiais de Marinha durante a guerra...

A.A. - É, mas eu não era oficial de Marinha naquela época. Eu era...

I.F. - Não, mas o senhor deve ter acompanhado.

A.A. - É. Eu acompanhei pelo seguinte: eu era menino, devia ter uns dez anos, não me recordo agora qual era a idade, e presenciei todo aquele horror. Nós morávamos em Santa Teresa e eu me lembro de ver passarem caminhões carregando cadáveres, porque não havia nem jeito de ser...

I.F. - Isso foi em 1918, não é? Quer dizer, o senhor tinha 13 anos. Criança ainda.

A.A. - Foi em 1918; 13 anos. E eu me lembro... Eu saía com o meu primo, saía então para procurar coisas para a casa, para trazer, porque minhas irmãs e minha mãe pegaram também a doença. Meu pai, não. E o meu pai tinha uma teoria: quando começou a doença a grassar, ele achou que aquilo era uma intoxicação proveniente dos gases asfixiantes usados na Europa, porque o sintoma era dor de garganta, um negócio dolorido etc. Era um sintoma semelhante ao do uso do cloro nos gases asfixiantes que matavam os soldados pela respiração.

I.F. - E que foi muito usado na Primeira Guerra.

A.A. - Foi usado exaustão. Os alemães usaram que não tinha mais tamanho. Então, o meu pai achava que aquela nuvem, aquela massa, vamos dizer, infectada pelo gás asfixiante, foi correndo o mundo, foi dando a volta ao mundo. Ele achava isso. Então, ele achava que um dos elementos importantes era a gente beber água fervida. E aí começamos a beber água fervida. Eu não me contaminei, meu primo não se contaminou, ele... Minha mãe ainda pegou a coisa, mas já em dose...

I.F. - Mais suave.

A.A. - Mais suave etc. Os meus primos, filhos de um tio meu, que o meu pai disse: "Toma água, bebe água fervida etc", nenhum caso na casa deles teve. De modo que ele estava convencido de que aquilo tinha sido uma onda remanescente dos gases asfixiantes que tinham corrido a Europa e tinham chegado. Porque eles foram pela África. Essa moléstia foi indo pela África, passou pela América do Sul, foi embora e depois desapareceu, nunca mais voltou. E essa era a suposição que o meu pai fazia. E eu então saía para comprar coisinhas para trazer para casa etc., e meu primo, que estava morando conosco, também saía comigo. Mas o negócio era pavoroso. E havia umas coisas curiosas: o pessoal baixava hospital e davam... Chamavam chá da meia noite; os pacientes tomavam o chá e aquilo acelerava a morte do camarada, para não estar mais ocupando lugar no... Isso era o que contavam - eu digo: era a voz da população. Mas foi uma coisa trágica mesmo. Colégios fecharam, os colégios fecharam todos...

I.F. - Foi um horror, não é?

A.A. - É. Ficaram sem funcionar. Não funcionava nada, praticamente. Agora, o Rio de Janeiro era uma cidade relativamente de população pequena, de modo que a crise, vamos dizer assim, a crise decorrente então não foi de grandes efeitos, como poderia ser hoje numa cidade como o

Rio de Janeiro.

I.F. - E' E a Marinha sofreu muito com isso.

A.A. - Ah, sofreu. A Marinha estava operando lá, já estava em Dacar, aí foi uma *débâcle* naquele tempo.

I.F. - Morreram muitos oficiais lá, da gripe, não é?

A.A. - Oficiais, marinheiros. Morreu muita gente lá, foi mais violento, justamente na zona mais perto do *front*. A Marinha perdeu muita gente ali.

I.F. - E a sua prova para a Escola Naval foi em 1925?

A.A. - Vinte e três, é.

I.F. - Era muito puxada a prova?

A.A. - Bom, eu não achei, sabe? Embora eu não fosse o primeiro colocado etc., mas não achei, não. Eu fiz a prova como achava que devia fazer etc., me lembro até que tinha uma questão de geometria que eu fiz duas ou três vezes, porque eu achei tão fácil a solução, que eu dizia: "Esse troço deve estar errado!" Eu me lembro perfeitamente: fiz outra vez, fiz outra vez... E o raciocínio meu só levava para aquilo. Então deixei assim mesmo, não ? Mas não achei difícil, não.

P.R. - O senhor, quando estava na Escola de Humanidades...

[FINAL DA FITA 3-A]

P.R. - ... na Escola de Humanidades, ou então no Colégio Bôscoli, o senhor já pensava em ingressar na Marinha?

A.A. - Já. Desde garoto.

P.R. - influência paterna, ou houve alguma outra situação?

A.A. - É, influência do meu pai, que era oficial de Marinha, de meus tios, das histórias que meu pai contava da Marinha, do entusiasmo que ele tinha... Aquilo me preparou psicologicamente para entrar para a Marinha. E eu não me arrependi, não; acho que ele tinha razão, porque eu acho uma carreira maravilhosa. Se tivesse que começar de novo, eu ia para a Marinha. Mas foi isso. Influência do meu pai etc, porque ele era um entusiasmado pela Marinha.

P.R. - As histórias que ele contava a respeito da Marinha deviam se mais ou menos relacionadas com a Revolta da Armada?

A.A. - Contava, contava. Contava as passagens dele, das viagens que ele tinha feito, coisas da vida de Marinha, tudo isso, não é?

P.R. - E episódios da Revolta da Armada, em 92?

A.A. - Episódios da Revolta da Armada. Mas tudo isso me levou, e a meus irmãos... Então nós queríamos entrar para a Marinha. Não fizemos outra coisa.

I.F. - O curso da Escola Naval era de quatro anos?

A.A. - No nosso tempo era. Antes, a Escola Naval teve curso de três anos, mas quando nós entramos já tinham estabelecido em quatro anos e era necessário. Era muita matéria para três anos; era muito pouco tempo.

I.F. - Porque eu fiquei aqui com uma dúvida: quando nós entrevistamos o almirante Maximiano, não ficou bem claro na entrevista... Ele fala que eram quatro anos, mas ao mesmo tempo ele disse que também existia um ano prévio...

A.A. - Curso prévio? Chamavam de curso prévio.

I.F. - O que isso?

A.A. - Não havia... Acho que não havia Colégio Naval, qualquer coisa assim; então, havia um curso prévio, que eu não sei como era feito, mas eu tenho idéia desse nome de curso prévio.

I.F. - O senhor não pegou isso?

A.A. - Não peguei, não . O que havia o ...

I.F. - Porque diz que eram quatro anos de Escola Naval e mais um ano de prévio. E eu aí fiquei na dúvida se eram quatro ou eram cinco.

A.A. - Era um curso, talvez, de preparação matemática, para habilitar melhor o aluno para enfrentar o curso.

I.F. - Ah, então, terminada essa parte que hoje em dia seria o segundo grau...

A.A. - O científico, não sei quê...

I.F. - De científico coisa assim, e fazia então um ano...

A.A. - Então havia uma parte de enfatizar os conhecimentos matemáticos, por causa do rigor do concurso.

I.F. - Mas não deveria se obrigatório, então, esse curso.

A.A. - Eu acho que não, acredito que não. Porque, depois, o Colégio Naval já tinha sido feito. Eu não sei se foi feito... Talvez tivesse sido feito depois, justamente para evitar o número de reprovações dos candidatos. Porque se apresentava uma porção de candidatos e uma porção de gente não era aprovada, uma porção de gente era reprovada, em massa. Então, se chegou conclusão que o curso que prepara ..., que o candidato estaria pronto a prestar exame, não era suficiente, precisaria de um regime suplementar de preparo para poder enfrentar o concurso. Porque chamavam de concurso porque o número de vagas limitado; um número de candidatos

muito grande. Então entram os de maior grau de aprovação.

I.F. - Agora, esse período de 22, 24, foi rico em acontecimentos políticos no país.

A.A. - De 22, 24? Foi, riquíssimo.

I.F. - Como era isso lá na Escola Naval, na sua vida em família?

A.A. - Bom, na Escola Naval tem passagens muito interessantes. Nós entramos em 23, havia um movimento militar... JÁ havia uma idéia muito grande no meio militar de modificar esse sistema eleitoral de voto de cabresto, de não sei quê... Aquele negócio de bico de pena, chamavam de bico de pena, não sei se a senhora ouviu falar nisso?

I.F. - É.

A.A. - Então, isso também tocou muito alunos da Escola Naval, muitos alunos da Escola Naval eram influenciados por esse movimento. JÁ tinha havido movimento antes, em 22 etc. Eu ainda era candidato Escola Naval. E alguns alunos, o Ernâni Amaral, por exemplo, já estava influenciado pelo irmão...

I.F. - O Augusto.

A.A. - .. que era o Augusto, que já era guarda-marinha, já tinha saído da Escola etc. E tinha outros. Eu nunca fui contra, quer dizer, nunca quis fazer a revolução porque lembrava o meu pai. Meu pai se estrepou todo com o negócio da revolução e eu queria fazer carreira na Marinha. Não: esse negócio era uma confusão, depois da revolução perdia, a gente entrava pelo cano, era posto para fora etc. Mas tinha colegas lá, quer dizer, que eu sabia que eram favoráveis ao... Nós sempre nos respeitávamos muito no regime das idéias, não é? Um deles era o Amaral Peixoto, o Ernâni; o outro era o Atila Soares, o outro era meu colega, que morreu muito cedo, o [Stélio Guaraná]¹⁰ Tinha uns quantos, e houve uma passagem muito curiosa. Em 24, nós estávamos no segundo ano, houve o levante do couraçado São Paulo, que estava... Ia haver um levante geral da Marinha, do Exército etc, mas o negócio gorou. Mas o Amaral, o Ernâni, o Stênio Guaraná, mais não sei quem, Atila Soares, não sei quantos, já estavam sabedores do movimento. Então, eles tinham combinado de ir para o São Paulo onde estava Augusto Amaral Peixoto. No dia em que eclodiu o movimento, o Ernâni e os outros foram para a Praça XV para pegar a lancha - em vez de irem para bordo, foram para a Praça XV para pegar uma lancha para ir para o São Paulo para participar do movimento. Mas, com a precipitação...

I.F. - Em vez de ir para bordo, ou em vez de ir para a Escola Naval?

A.A. - Para ir para bordo. Eles resolveram não ir para a Escola Naval, fugir da Escola Naval, não me lembro que dia era... Fugiram da Escola Naval. E foram para a Praça XV para esperar uma lancha que estava combinado de vir buscá-los. Mas, com a precipitação do acontecimento, houve uma série de dificuldades. O almirante Alexandrino, na época, estava no Ministério, soube do movimento, pegou a lancha e desembarcou a bordo do Minas. Desembarcando a bordo do Minas, abafou o movimento que estaria para se levantar, e ficou o São Paulo sozinho. E eles disseram: "Agora temos que voltar para a Escola." E vieram para a Escola. Bom, vieram para a Escola na moita e o movimento estourou: o São Paulo foi para o Uruguai, a torpedeira Goiás, que estava atracada na... Enquanto estava atracada no cais, servia de instrução para nós,

¹⁰ Não foi possível conferir a grafia do nome.

uma [inaudível] na torpedeira Goiás; a torpedeira Goiás topou a revolução, saiu, comandada lá não sei por quem, por um suboficial, uma coisa qualquer, e também ficou no rojão, acabou sendo aprisionado etc. Mas, aí vem uma passagem interessante; serenados os ânimos aqui, daquele movimento, o almirante Alexandrino, que era o ministro da Marinha, mandou saber do almirante Isaías, que era o nosso diretor, para apurar e abrir inquérito, para procurar os aspirantes que tinham estado no movimento. O almirante Isaías respondeu que ele era o diretor da Escola, que ele era responsável pelo corpo de alunos, que não tinha havido nada e ele não ia fazer inquérito nenhum. Esse era o homem que nós tínhamos, que botava a gente no bailéu e tudo mais...

I.F. - Botava onde?

A.A. - Botava a gente na prisão, chamava de bailéu.

I.F. - Bailéu?

A.A. - É. O Amaral, mesmo, pegou dez dias de prisão rigorosa. [risos] Mas esse era o homem que nós tínhamos como diretor. Ele zelava pelos alunos, ele tinha o aluno quase como um filho dele, ele não queria que o aluno fosse vagabundo, queria que o aluno estudasse, mas ele protegia os alunos com unhas e dentes. Ele chegou... E o almirante Alexandrino não disse mais nada e ficou tudo como estava, não houve inquérito, não houve eliminação de aluno, não houve nada. Mas só para ter uma idéia, digamos assim, do que era esse almirante como homem.

P.R. - Quem comandava a revolta era o almirante Protógenes Guimarães, não é?

A.A. - Quem... Devia se quem comandou. O revoltoso mor era - ele nem era almirante, era capitão-de-mar-e-guerra - Protógenes Guimarães.

I.F. - Era ele e o Hercolino Cascardo, não é?

A.A. - O Hercolino Cascardo foi quem comandou o São Paulo levando o navio para o Uruguai. Ele ia levantar o São Paulo, porque o comandante não estava a bordo. O navio se sublevou antes que a oficialidade chegasse a bordo, entendeu? E tinha uns oficiais suspeitos, que foram presos logo. O navio se sublevou e o comandante não chegou a bordo e o Hercolino Cascardo que era capitão-tenente, era o mais antigo dos revolucionários, foi quem assumiu o comando em São Paulo. E aí, quando o negócio fracassou, eles só tiveram uma alternativa: ir embora e pedir asilo no Uruguai. E foram embora. O navio estava preparado para a revolução, para tudo; estava abastecido. De modo que o navio foi sem precisar mais nada, e até entregarem o navio lá no Uruguai. E lá ficaram seis anos no exílio.

P.R. - O almirante Rademaker nos disse que havia vários alunos da Escola Naval que sabiam...

A.A. - Quem?

P.R. - O almirante Rademaker. Ele nos contou que havia vários alunos da Escola Naval que não participavam do movimento, mas sabiam dos nomes daqueles que participaram. E não houve denúncia?

A.A. - É, nós sabíamos. Não, ninguém denunciava; era antiético, isso. A gente sabia. Eu fui prejudicado. Fui prejudicado por... Os meus amigos todos eram revolucionários. Eu não... Eles

sabiam que eu não era, mas ninguém tinha coragem de chegar a delatar um colega. Eu não sei, um sentido muito de preservação, sentido de caráter etc. Ninguém dizia nada, não. E havia coisas curiosas. Havia os suspeitos, houve oficiais que foram presos etc., naqueles movimentos preventivos, antes, depois etc., e havia umas coisas curiosas. Por exemplo: estava um oficial embarcado num navio que era tido como revolucionário... Devia ser da oposição, não é?

I.F. - É. [risos]

A.A. - Bom, então esse navio mandado seguir para uma boa comissão, uma comissão estrangeira. No dia da saída do navio apareceu uma lanchinha com uns oficiais para substituir aqueles que eram tidos como revolucionários; não mereceriam prêmio. Então desembarcavam aqueles que estavam lá e que eram malvistas. Isso também acontecia. Mas ninguém denunciava ninguém. Nunca soube de um...

I.F. - Devia ser muito fácil conspirar, porque se eles sabiam que seus companheiros não iam denunciar, eles deviam tentar mudar a mentalidade dos companheiros.

A.A. - Não, não, nunca fui...

I.F. - Não vinham conversar com o senhor para tentar mudar suas idéias e trazê-lo para o movimento?

A.A. - Não, não. Eu nunca fui assim sondado para ver se mudava o meu ponto de vista, não.

I.F. - Mas devia ser bem mais fácil conspirar, já que havia essa união entre os companheiros.

A.A. - Bom, não havia o cuidado da delação, não havia. Podia haver defeito de um mais indiscreto deixar transpirar aí fora, ou então, um elemento alheio corporação, denunciar, essa coisa. Mas normalmente, entre nós, não havia isso, não. Nunca senti isso.

P.R. - Mas esse comportamento da não delação, que existia naquela época, modificou um pouco depois de 1964, não foi?

A.A. - Eu acho que modificou. Eu acho que modificou. Porque o negócio meio complicado, aí, eu acredito que tenha sido o SNI. O SNI foi, digamos, sugerido por mim. A origem do SNI... Não sei se depois houve uma outra idéia original para criar o... Mas eu sugeri a criação do serviço. Eu era ministro com o dr. Tancredo, e eu, numa reunião do Conselho de Ministros, levei uma porção de documentos que comprovavam a ação de propaganda revolucionária etc., do embaixador cubano. Isso me fornecido através do serviço de informações da Marinha, que era o chamado Cenimar¹¹. Eu fui, pedi a palavra, expus a situação e acusei o embaixador cubano da propaganda que ele estava fazendo contaminando a corrente da opinião pública brasileira para conspirar, para fazer um movimento revolucionário. E aí eu disse: "Eu lamento que eu, como ministro da Marinha, tenha que estar prestando essas informações aqui ao Conselho de Ministros, porque eu acho que a formação da Marinha, a formação militar, não para ter a existência de um Cenimar; nós temos o que chamamos de segunda seção, que a seção de informações, mas que um serviço de informação sobre o inimigo. O que nós chamamos de inimigo o inimigo exterior, informação daqueles que querem vir de fora, que querem combater ao nosso país etc. o serviço de inteligência. o *Intelligence*, dos americanos. Esse o serviço de informações que a Marinha deve ter, não esse Cenimar. Me repugna. E disse: "Eu acho que o

¹¹ O nome oficial era Centro de Informações da Marinha.

governo precisa ter o seu serviço de informações, porque os Estados Unidos têm e nós devemos ter; já li sobre isso etc., e esse serviço de informações fica ligado..." - não me recordo se era Ministério da Justiça ou Ministério do Interior, não sei -, "e, aqui, esse serviço de informações, que eu acho necessário ter, e nós extinguiríamos isso"...

I.F. - De apoio ao governo mesmo, não é?

A.A. - "Ficaria entregue ali ao nosso ministro da Justiça - que era o Alfredo Nasser -; ao ministro da Justiça, o dr. Nasser, que caberia ter um serviço de informações. Nós daríamos os elementos todos e ele formaria o seu serviço nacional de informações. Isso que eu acho que devia ser. Eu, por mim, nós pediríamos a retirada do embaixador de Cuba, por estar comprometendo a situação, porque não cabe a ele fazer o que está fazendo. "E isso deve estar gravado. Não sei se ainda tem as fitas lá porque essas reuniões eram gravadas de forma secreta. Eram gravações secretas. Mas eu sugeri isso e até quem devia ficar.

Mas nós, no Brasil, ainda, infelizmente, pensamos tudo em termos de revolução, não em termos de guerra. Então nós pensamos o seguinte: se o serviço de informações ficar entregue ao ministro da Justiça, o ministro da Justiça amanhã pode conspirar contra o presidente da república. A gente pensa logo assim, não é? E o presidente da República fica comendo na mão do ministro, não sei o quê, esses troços todos, se houver um movimento... Sempre pensamos em termos de revolução, nunca pensamos em termos de guerra. E, então, por isso fizeram esse serviço que eu considero completamente errado. ridículo, o SNI estar ligado ao presidente da República. Acho ridículo o chefe do Serviço Nacional de Informações acompanhar o presidente da República. uma espécie de serviço secreto, que a gente sabe que está o "secreto" acompanhando o presidente da República. Ministro... O Serviço de Informações não tem nada que ser ministro. Tem que ser um chefe de um serviço de informações ligado ao Ministério da Justiça. Agora, fica o chefe do Gabinete Militar, o chefe do Serviço de Informações... Pois se eu tenho o chefe do Gabinete Militar para informar ao presidente da República o que está acontecendo, o que deve haver uma ligação grande do Serviço de Informações com o seu chefe de Gabinete Militar. Isso que a cadeia de comando. O chefe do SNI, não deve ninguém saber quase quem é. Porque nos Estados Unidos o *Intelligence Service*... Eu servi nos Estados Unidos, nunca vi a cara do chefe de serviço de informações do Estado Maior da Armada; nunca vi. A gente sabe que existe, mas não vê. Agora, aqui a primeira figura que aparece o chefe do SNI acompanhando o presidente da República. Para dizer no ouvido o negócio? Acho isso extremamente ridículo. Numa época de computador, de tudo isso, chefe do Serviço de Informações deve ficar metido no seu gabinete, vendo os informes, dissecando aquilo tudo, mas não tem... Deve ser ligado a um ministro, não ao presidente da República. De modo que eu acho isso [inaudível] subdesenvolvido, porque nós continuamos pensando em termos de revolução, nós não pensamos em guerra.

Aliás, isso que eu estou dizendo aqui, tive ocasião de dizer ao dr. João Goulart quando ele era presidente da República. Eu virei-me para ele numa ocasião, ele estava em dificuldades... Eu não pedi para ser ministro, acho que nenhum oficial pede para ser ministro. E eu estava conversando com ele, discutindo com ele, eu queria fazer umas nomeações e ele estava lá buzinando por alguém que contrariava aquilo; eu disse: "Presidente, enquanto eu for ministro, eu não venho trazer problemas para o senhor. Eu estou trazendo as soluções. O dia em que eu tiver que trazer problemas para o meu presidente, eu não sou mais ministro. Eu estou trazendo as soluções. Agora, eu vou lhe dizer uma coisa: mais fácil de ser ministro da Marinha nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França, que têm uma esquadra que não tem mais tamanho, do que aqui no Brasil, que tem 80 navios ou 90 navios." Ele foi, virou-se: "Por quê?" Eu disse: "Porque nesses países, quando o ministro da Marinha leva os atos ao presidente da República, ele leva pensando na guerra. Aqui, quando eu estou trazendo esses atos... Porque a minha

obrigação pensar na guerra, eu não sei se vai haver guerra amanhã, se vai haver depois, mas eu tenho que preparar a Marinha para a guerra. Eu estou trazendo os atos pensando na guerra. Aqui ficam pensando se o almirante fulano não gosta do senhor ou não gosta de mim ou se o fulano de tal não gosta disso ou não gosta daquilo..." Ele foi e disse: "Sim. O senhor tem razão. Me dê os decretos." E assinou os decretos todos e nunca mais teimou comigo. [inaudível] Ele ficou convencido de que eu só pensava na guerra. [risos] E como ministro, sempre pensei só na guerra; não queria saber. Eu nomeava oficial porque ele tinha valor, achava que ele tinha valor. Eu nomeei o Bierrenbach, tinha vindo lá do... Trabalhava com o Carlos Lacerda e fazia oposição ao...

I.F. - Jango.

A.A. - ... ao João Goulart. O Bierrenbach foi chamado, eu tive que chamar todos os oficiais que estavam fora etc., e veio o Bierrenbach que era capitão-de-corveta ou capitão-de-fragata, que era sota lá do Carlos Lacerda, era unha e carne com Carlos Lacerda. E tive que chamar. Chamei todos, veio o Bierrenbach. O Bierrenbach veio se apresentar a mim, eu disse: "Olha, eu mandei lhe chamar e vou lhe nomear para comandar o *Sínius*. Quer dizer, estava dando o melhor comando que podia dar. Em vez de receber como um inimigo, eu estava dando... Porque ele era um oficial de grande valor; esse que ministro do...

I.F. - Sei, sei quem é.

A.A. - Bierrenbach. Eu digo: "Você vai ser nomeado para o *Sírius* ou para o *Canopus*." Eram os dois melhores navios hidrográficos e ele era hidrógrafo. Depois ele veio, encontrou-se comigo, disse: "Almirante, eu estava sendo tão gozado pelos meus companheiros com o que eu viesse sofrer aqui, ser tripudiado pelo senhor aqui... O senhor me dê um comando, um grande comando." E ele comandou com grande eficiência etc. Esse que era o meu pensamento. Eu era alheio, completamente, simpatia ou antipatia, eu não persegui ninguém. Nomeava pelo que eu achava que ia servir aos problemas da Marinha. Isso um caso. De vez em quando o Bierrenbach se lembra disso: que eu dei um comando de um navio, o melhor navio hidrográfico que tinha na Marinha, e ele ia empregar os seus serviços assim. Isso o que eu fazia com o presidente João Goulart. Eu disse: "Eu penso na guerra. Agora, eu não trago problema para o senhor. O dia em que eu tiver que trazer problema, eu não sou mais ministro. Eu trago soluções." Foi assim.

P.R. - E durante o período do senhor como ministro, o senhor teve problemas disciplinares muito graves?

A.A. - Não, não. Eu tive tristes... Eu tive problemas disciplinares tristes, porque eu tive que prender um colega amigo meu, o Sílvio Heck, não sei se conhecem.

P.R. - Conheço muito.

A.A. - Foi ministro da Marinha. Eu prendi o Sílvio Heck duas vezes! Prendi o Sílvio Heck duas vezes porque eu queria manter a disciplina e o Heck, era eminentemente contra o governo do qual eu era ministro. E houve um aniversário e combinaram um jogo de fazer oposição através da publicidade da imprensa, no aniversário do Sílvio Heck. Houve um jantar lá, uma cerimônia na casa dele, e aí houve uma troca de discursos: o Heck falando, reprovando a ação do governo, isso, aquilo, etc., criticando o governo; o outro almirante que saudou também, criticou o governo. Isso tudo veio a público; veio a público e eu então mandei chamar o Sílvio para vir minha presença, se ele confirmava aquilo que tinha passado. Ele disse: "Ah! Eu confirmo."

"Então, você está preso por dez dias no Corpo de Fuzileiros Navais." E lá foi ele, louco de raiva. Foi preso para o Corpo de Fuzileiros estudava com ele. Estudei na casa dele quando ele estava fazendo o curso da Escola de Guerra Naval. E jantei na casa dele, tudo isso. Aí mandei o Sílvio já para o Corpo de Fuzileiros Navais. Ele ficou uma bala comigo. Frisei dez dias de prisão rigorosa. Aí houve um fato curioso porque...

I.F. - Vou lá um minutinho e já volto; vai conversando com o Plínio.

A.A. - ... porque ele reclamou que a prisão dele não era aquedada condição dele de vice-almirante. Então eu mandei ver se realmente a coisa estava regular. Não: ele estava no camarote, ele tinha uma ante-sala, tinha banheiro, tinha tudo que era do imediato do [inaudível], que tinha cedido às instalações para ele. Então eu mandei dizer a ele que ele estava sendo preso no mesmo lugar que ele tinha mandado prender dois almirantes-de-esquadra, que eram o Pedro Paulo Araújo Suzano e o José Luís da Silva Junior -, foram presos por ele por causa daquele movimento de "toma posse Jango, não toma". Ele considerou suspeitos e mandou prender no Corpo de Fuzileiros Navais e eles foram presos nas mesmas condições. "Mas a sua prisão a mesma que você impôs aos nossos colegas almirantes-de-esquadra, fulano e fulano." E ele ficou lá preso os dez dias.

Depois houve uma outra situação também em que ele se insurgiu, e eu aí mandei prender... Porque ele estava na reserva e a prisão de oficiais na reserva só quem dê a punição o ministro da Marinha. Os outros casos não: se o oficial vice-almirante, por exemplo, a quem ele está subordinado que cabe dar a prisão. Foi isso que aconteceu com a crise do Lott; foi isso. Então, outra vez também mandei prender. Mas a outra vez foi curiosa porque ele criou dificuldade, porque ele disse que não ia para a prisão. Aí, o emissário que tinha ido levar a notícia da prisão disse que ele não queria comparecer, não ia ser preso porque ele estava doente, estava assim, estava assado, não podia, não aceitava a prisão, não sei mais quê. Eu, então, sabia que ele era muito vaidoso, eu fiz um expediente para ele, dizendo o seguinte: "Havendo Vossa Excelência incidido no dispositivo do artigo tal do regulamento disciplinar da Armada, não sei mais o quê, e atendendo ao seu precário estado de saúde, determino que a punição seja cumprida em casa." Ele ficou uma bala comigo. Então me escreveu um bilhete que eu guardo até hoje: "Senhor ministro, não estou doente, estou de boa saúde. Posso cumprir a prisão onde Vossa Excelência determinar etc."

I.F. - Retorna ao local da gravação e o entrevistado passa a resumir-lhe o assunto sobre o qual estava descrevendo.

A.A. - Eu estava contando o caso que aconteceu com o meu colega Heck, que era muito vaidoso. Ele era um pouco vaidoso. Gosto muito dele. E então eu perdi-o porque ele tinha...

[FINAL DA FITA 3-B]

A.A. - E então, eu prendi, porque ele tinha feito umas declarações aí criticando o governo etc., então mandei prender. E ele disse que não vinha preso. Então veio o oficial, o oficial-general disse: "Ele disse que está doente, que está com uma doença, não sei mais o que e tal."

Inventou uma desculpa para não ser preso. Porque eu sou contra prisão em casa, as prisões a gente cumpre na cadeia mesmo. [risos] E então, ele dizendo que estava doente, eu digo: "Bom, se eu mandar, forçar etc., vão dizer que eu sou um desumano, que estou prendendo um homem doente etc." Então resolvi mexer com ele. Eu gosto muito de ironia, eu aprecio muito a ironia,

acho um negocio formidável. Acho o Voltaire um filósofo maravilhoso pelas ironias dele. Então, eu cheguei e fiz um expediente para ele: "Havendo Vossa Excelência incidido no artigo tal do regulamento superior da armada não sei quê, resolvo aplicar a punição de dez dias de prisão rigorosa; 2) atendendo ao precário estado de saúde de Vossa Excelência - precário estado -, deve a prisão ser cumprida em casa."

I.F. - Ficou furioso...

A.A. - Escreveu um bilhete: "Senhor ministro, não estou doente, cumpro a prisão em qualquer lugar, não sei mais o quê." Mas ele ficou em casa. E depois acabou a revolução - ele ficou zangado comigo -, mas um dia eu estava numa missa de um colega nosso que tinha morrido numa explosão na caldeira do Barroso e eu estava na Candelária, tinha chegado, estava ali na entrada da igreja. Estou lá e o Heck está lá do outro lado. Daqui a pouco vem o Heck para mim, deu dois passos, e veio; veio de mão estendida: "Como vai Nolasco?" Me abraçou, quase que chorou. Me abraçou e depois me deu razão e continuamos amigos.

Mas o negócio é... Pois a vida tem que ser assim. Eu só via o serviço, eu via o serviço... Ou eu era ministro e tinha que zelar pela honorabilidade do governo, ou então não era. Agora, não podia deixar estarem destruindo, criticando o governo e não tomar providência de ordem militar. Então, por isso que eu digo: triste. Eu estava falando da pergunta do caso de ordem disciplinar, não é? Tive esse caso. E tive outro caso com o Cândido Aragão também. O Cândido Aragão era um almirante, fuzileiro naval, e que era unha e carne com o Brizola. E um dia lá tinha que haver uma reunião qualquer, o Aragão esteve lá no Ministério e eu disse: "Aragão, não se meta em política, não quero Marinha metida em política, cuidado com esses movimentos políticos aí etc. Quando foi no dia seguinte o Aragão vai para o tal negócio do Brizola, pede a palavra e faz discurso político, não sei mais o quê, exaltando a figura do Brizola e mais não sei o que etc. Não era um caso de prisão minha porque eu era o ministro; ele estava subordinado ao comandante geral do Corpo de Fuzileiros. E então eu vi aquilo, um oficial me informou, trouxe a notícia do jornal, e eu telefonei para o comandante geral do Corpo de Fuzileiros e disse a ele: "O, Bustamonte, você já teve notícia das declarações do almirante Aragão?" "Não, não.." Pois então leia." E disse a ele: "Olha, você vê se caso de prisão, hem?" Ele foi e depois me telefonou, disse: "Olha, eu já vi..." Eu disse: Você ouve o Aragão - porque todo mundo tem que ser ouvido -, você ouve o Aragão e vê o que tem que fazer." Ele depois me telefonou e disse: "Olha eu já falei com o Aragão, realmente li, e ele confirmou tudo etc. e eu vou prender ele por cinco dias." Eu disse: "Aragão pouco. Não cinco dias, não. Almirante tem que dar exemplo. O que o marinheiro vai ver... A gente prende o marinheiro com prisão rigorosa e depois dê para o oficial, assim, porque almirante, dê uma prisão dessa? Não, Aragão..." "Então vou prender por dez dias." "É, dez dias de prisão rigorosa está bem - era o máximo que podia dar -, dez dias de prisão rigorosa. E, olha, a bordo do navio; não em casa, nem aí, não. a bordo do navio." Então o Aragão foi preso por dez dias a bordo do Custódio de Melo. Comeu os dez dias de prisão rigorosa lá. E não chiou, e ficou preso mesmo. E como ele era unha e carne com o Brizola e ele parece que tinha lá relações com o presidente da República, com o Jango Goulart, eu então comuniquei a ele o caso desagradável que eu tinha tido de prisão, como comuniquei do Heck também. "Olha, presidente, tive um caso chato de disciplina, tive que prender um oficial-general, assim, assim..." Ele disse: "Ah, está bem, está bem." E tem um outro caso também... Qual era o que eu ia contar?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.A. - Casos de indisciplina assim, mais sérios que ...

P.R. - Mais graves...

A.A. - ... que me preocuparam mais, foram esses aí.

I.F. - Agora, almirante, essa questão... Na carreira militar, todo oficial sabe que tem uma hierarquia, que tem que ter determinadas obediências e que se não obedecer, ele vai preso. Então, nesses casos, como o senhor contou, quer dizer, já uma provocação, sabendo que vai ser preso? Como o caso do Sílvio Heck, do almirante Aragão; quando eles fazem determinadas declarações, eles sabem perfeitamente que...

A.A. - Ah, foi o que eu disse ao Heck.

I.F. - Quer dizer, então uma coisa provocada mesmo, sabendo do risco da prisão.

A.A. - Sabendo do risco. Não tem porque que se insurgir. Eu mandei dizer: "Diz ao Heck que o dia em que eu fizer isso, eu vou esperar a prisão." Eu vi oficiais se insurgirem com as preterições, oficiais-generais. Bom, eu era vice-almirante e o marechal Castelo Branco me preteriu na promoção para almirante-de-esquadra. Aliás, eu já esperava, mas eu estava continuando na Marinha porque elemento para ser promovido, eu tinha, mas eu nunca pedi e nem ia pedir isso. E, então, eu, quando fui preterido, podia chegar pela imprensa, dizer que tinha sido um absurdo, como que prendem um ministro da Marinha, não havia razão... Podia me insurgir e soltar uma série de desaforos, não é? Podia, mas não devia. Comi a prisão, pedi a minha transferência para a reserva na mesma hora. O ajudante-de-ordens bateu a porta da diretoria de pessoal, já com meu pedido de transferência para a reserva, e fui para a reserva tranqüilamente. Agora, se o cidadão chega e começa a se insurgir, ele pode ser preso, como houve os casos dos meus colegas, do Rademaker, do Melo Batista, com problema da aviação embarcada. Eles se insurgiram contra o ato do presidente da República. Não tinha por que chiar, não é? Tinha que ser preso mesmo, o presidente da República tinha que prender. A gente já sabe que vai ser preso, não é?

I.F. - As vezes, essas declarações, quando eles já sabem que correm o risco de prisão, não podem ser propositalmente para desencadear um movimento maior?

A.A. - Pode. Pode ser, pode ser.

I.F. - Porque estou me lembrando, agora mesmo, de um movimento sério por que o Brasil passou, no 11 de novembro de 55, que começou exatamente com o discurso do coronel Mamede...

A.A. - Mamede, é.

I.F. - ... no enterro do general Canrobert. Ele sabia que corria o risco de uma prisão e isso desencadeou um movimento bastante sério.

A.A. - Foi.

I.F. - Esse caso do Sílvio Heck, o senhor acha que ele pretendia uma coisa dessa e não teve força...?

A.A. - Bom. Eu, quando resolvi prender o meu colega e amigo Sílvio Heck, eu tive assessores que me disseram: "Almirante, o senhor vai dar cartaz a Sílvio Heck, vai dar projeções..." Eu disse: "Eu não quero saber se vai dar cartaz, eu quero saber que o meu cartaz dentro da Marinha, eu não posso tolerar uma coisa dessa. Quando os nossos subordinados, os sargentos, suboficiais, estão vendo que um oficial-general chega e diz essas coisas e não acontece nada com ele, nós temos que dar o exemplo aos nossos subordinados. Eu prendo, haja o que houver; não quero saber o que vai acontecer depois. Aqui não vou fazer política nisso, eu acho que nesse caso nós temos que ser agressivos; e... paciência." Se tivesse havido qualquer coisa, paciência, eu estava lá para reagir.

I.F. - Eu sou civil, mas, num caso desse, por exemplo, o senhor, como ministro da Marinha, deveria saber as forças que o senhor tinha, os apoios que o senhor tinha. Quer dizer, um ministro da Marinha mal informado, num caso como este da prisão do Sílvio Heck, poderia desencadear um movimento muito sério. Se ele tivesse, vamos dizer assim, mais força do que o senhor, mais apoio do que o senhor.

A.A. - Podia. Podia. Nós teríamos que chegar ao choque, não é? Tinha que haver o confronto.

I.F. - Que foi o que aconteceu mais tarde, não é?

A.A. - Eu digo o seguinte: eu sabia que 70% da Marinha não topava o presidente João Goulart, mas fui levado a ter que assumir o Ministério da Marinha, - porque eu não pedi, eu fui praticamente intimado a assumir o Ministério da Marinha. Agora, eu procurei inspirar confiança nos meus comandantes e nos oficiais-generais etc., que eu era pela lei, que eu não ia perseguir ninguém que pensava contra ou a favor etc. Eu botei todo o corpo de oficiais-generais recebendo o presidente João Goulart a bordo do Minas. E gente que não topava - podia desfeitear o presidente da República... Todos os oficiais-generais estavam aqui no Rio de Janeiro, o presidente João Goulart foi com a senhora e os filhos numa cerimônia do hasteamento da bandeira brasileira, oferecida pelas senhoras de Minas Gerais. Foi ele com a senhora, o filho e a filhinha. Foram eles, e todo o corpo de oficiais-generais que estava no Rio de Janeiro compareceu, e ele cumprimentou um a um. E não houve nada. Agora, eu tinha procurado inspirar confiança; uma pretensão, digamos assim, mas eu consegui, eu fiz isso. Eu podia ficar temeroso de que podia um caso, como houve aí do Brizola estender a mão a um almirante e não...

I.F. - Não respondeu.

A.A. - Mas eu desafiei e eu tenho a impressão que eu merecia o conceito dos meus colegas.

I.F. - Porque, num caso como este, do presidente João Goulart, que assumiu a Presidência sem ter muito apoio das Forças Armadas...

A.A. - Não tinha.

I.F. - A escolha dos ministros Militares e uma coisa muito séria...

A.A. - É, é. No Brasil.

I.F. - Normalmente é, num caso como este, no Brasil... A mesma coisa do presidente Juscelino,

que também não tinha apoio integral das Forças Armadas, quer dizer, um problema muito sério isso. A sua escolha foi através dele mesmo ou o senhor foi indicado por companheiros seus?

A.A. - Como?

I.F. - Para ministro. A sua escolha para Ministro da Marinha?

A.A. - Eu fui indicado pelo... Porque houve um governo de conciliação, então eu fui indicado, possivelmente, pelo PSD. Através da influência do Ernâni Amaral, que me conhecia etc. Agora, eu tinha dito que eu não queria, porque estava aquele período de agitação, eu estava no Estado-Maior e o Amaral me telefonou: "Como que está a Marinha?" "Está assim, nós estamos com uma tropa lá em Santa Catarina pronta para impedir o avanço da força do Brizola, comandada pelo general..."

P.R./I.F. - Machado Lopes.

A.A. - Machado Lopes etc. "Está lá, mas eu vejo com apreensão essa situação; eu estou contendo." Eu digo: "Mas era o chefe do Estado-Maior - porque eu estava evitando que houvesse qualquer coisa lá no Sul, que a Marinha se pronunciasse, que assumisse uma posição mais ostensiva contra a tropa de Machado Lopes. "Está assim. E nós estamos resolvendo o problema da organização do ministério e ..." - aí já tinha passado tudo, já tinha serenado, o Jango já tinha sido aceito para assumir o governo...

I.F. - já tinham resolvido o parlamentarismo como...

A.A. - O regime parlamentarista, e o Amaral me perguntou: "E o ministro da Marinha?" Eu disse: "Amaral, ministro da Marinha... Não se pode pensar em termos de administração nessa conjuntura, tem que se pensar em um ministro qualquer, qualquer oficial-general está em condições de ser ministro nessa conjuntura, porque não se pode estar pensando em administração. Desde que não seja - dei o nome de quatro que eu não desejo dizer -, desde que não seja fulano, fulano, fulano"

"Ah, está bem." Passa o dia, ele telefona outra vez: "E para ministro?" Eu disse: "Amaral, eu já disse: qualquer um." Ele insistiu... Na terceira vez, eu disse: "Amaral, já disse: qualquer um desses pode ser ministro, mas você quer um nome? Você sugere o nome do almirante Araripe Macedo." Zilmar Campos de Araripe Macedo. Dei o nome dele; foi ministro, depois, do Castelo. "Você dá o nome do Zilmar Campos de Araripe Macedo." Ele disse assim: "E você?" "Eu não quero, Amaral, eu não quero ser ministro, não quero assumir o Ministério nessa conjuntura - sabia da situação da Marinha, - de jeito nenhum eu quero." Passou. Ele não disse mais nada. Quando chega no dia da designação dos ministros, eu recebo um telefonema do Estado-Maior, era o tal do Renato Archer. Porque o Amaral chegou para o Renato e disse a ele que telefonasse para mim para dizer para eu pegar o primeiro avião para vir assumir o Ministério, porque ele pensou: "Se eu telefonar e disser a ele, ele não vem." Então disse ao Renato, que está aí para testemunhar isso: "Ah, comandante Amaral, o deputado Amaral mandou eu dizer ao senhor para o senhor pegar o primeiro avião para vir assumir o Ministério." Diante disso, eu disse: "Ah, muito bem, eu vou pegar o avião." E foi assim que eu fui parar no Ministério.

I.F. - E o seu relacionamento com o dr. Tancredo, como era?

A.A. - Como?

I.F. - já conhecia o dr. Tancredo?

A.A. - Eu conhecia vagamente. Foi ótimo conviver com ele. Achei uma criatura formidável. Era um homem de uma capacidade de apreensão das coisas... Depois, eu achei que ele gostava muito da Marinha, sabe? Ele tinha sido candidato Marinha, não sei se sabe disso.

I.F. - Ele disse que ele sempre teve muita vontade...

A.A. - Ele fez concurso, mas houve o seguinte: ele fez concurso, parece que não obteve a classificação, mas depois houve vaga e ele teve, mas ele já tinha saído para outra, quando ele voltou...

I.F. - já tinham completado. Eu li no livro, nesse depoimento que saiu agora.

A.A. - Ah, é!? Mas ele então me contou essa situação dele. E ele me tratava com muita deferência, muito cordato, sempre, e depois... Ele era uma criatura interessante, porque ele tinha uma capacidade de apreensão de variáveis, assim, interessante. Ele estava aí na cabeceira e vinha um auxiliar, falava qualquer coisa para ele - estava um ministro falando, expondo uma coisa qualquer. O ministro da Marinha, pela antigüidade, senta logo perto do presidente. E estava o ministro falando, e ele ali dando atenção e coisa, aparentemente desatento ao que o ministro estava falando. A primeira vez, assim eu pensei: "Mas que bolo, fulano está falando e ele não está prestando atenção." Ele despachava aquilo, quando acabava o ministro de falar, ele dizia: "O ministro fulano acabou de dizer isso assim." Fazia o resumo da ópera e botava em debate para ver as ligações que tinha havido e traduzia em miúdos tudo o que o ministro tinha dito. Isso eu vi ele fazer várias vezes.

I.F. - O senhor despachava diretamente com o primeiro-ministro Tancredo Neves?

A.A. - Diretamente com o primeiro-ministro. Despachava tudo, esse caso que eu contei do Serviço de Informações, tudo. Ele era o primeiro-ministro, eu despachava tudo com ele. O presidente da República apenas assinava os atos quando já iam assinados por ele etc., para ele assinar, porque o... É um parlamentarismo muito gozado, muito curioso, porque o presidente da República governava e reinava também, não é? Porque aquilo me parece que foi feito para derrubar o parlamentarismo. [risos] Eu tenho a impressão que - sem querer fazer nenhuma referência - um ponto, uma imaginação minha: eu acho que aquele parlamentarismo foi feito para satisfazer o Juscelino. Porque o Juscelino não queria o parlamentarismo, o Juscelino queria se candidatar a presidente da República.

I.F. - A presidência novamente.

A.A. - Então, foi forjado aquele parlamentarismo em que o presidente da República também tinha condição decisória, não é? um parlamentarismo, digamos assim, verde-amarelo, não é? [risos] O ato, sem a assinatura do presidente da República, não valia. Então, a situação do dr. Tancredo era curiosa porque ele tinha que ser um elemento de... Ele servia assim de pára-choque para não haver discordância da assinatura dele com a do presidente da República, mas sempre as coisas conjugavam; nunca houve, pelo menos na minha pasta, nunca houve dissensão. Eu também procurei acertar as coisas quando não estavam muito ao gosto do dr. João Goulart, mas consegui sempre que a coisa viesse ao sabor do que eu desejava. Então eu digo o seguinte: o que tem de errado na Marinha no meu tempo, eu sou responsável, a culpa

minha, porque o presidente da República e o dr. Tancredo sempre me deram ampla liberdade; eu sempre tive completa autoridade, autonomia para resolver os meus problemas. Eu sou responsável. O que tem de besteira lá, eu sou o responsável. Eu não vou dizer que foi isso, que foi o presidente da República... Eu tive um caso curioso com o presidente da República: o caso da aviação embarcada.

I.F. - Essa famosa aviação embarcada. Deu muito pano pra manga!

A.A. - É. Isso história que não está na História. Eu tinha esgotado o assunto com o ministro da Aeronáutica, através do dr. Tancredo, o negócio, para ver se chegava-se a um acordo com a aviação embarcada. O Clóvis Travassos, mais ou menos, na linguagem popular, fritando bolinho. Eu cheguei conclusão de que eu tinha que decidir. Então, um belo dia, eu cheguei para o presidente da República e disse: "Olha, dr. João Goulart, eu tenho essa troca de correspondência com o ministro Travassos que o senhor pode folhear - eu mostrei dados - e o senhor está vendo que nós não conseguimos resolver esse problema. Como a Aeronáutica está querendo, não quer resolver o problema. E eu decidi que... E já mandei comprar os aviões T-28 para aviação naval, para fazer a aviação naval, e eu acho que eu tenho autoridade para mandar fazer a compra, porque eu tenho recursos etc. Mas amanhã pode haver um desentendimento qualquer e eu não desejo que o senhor amanhã, se houver crise, o senhor diga: mas o meu ministro comprou os aviões e não me disse nada." De modo que eu estou comunicando ao senhor que eu mandei comprar os aviões, porque a Marinha precisa dos aviões; o nosso navio está numa situação desmoralizante e eu não tenho condições de continuar no Ministério nessas circunstâncias." Ele foi e disse: "O senhor tem razão." Depois ele virou-se assim e disse: "Mas vai dar um bolo..." Eu disse: "Se der um bolo, presidente, até vai ser bom para mim, porque eu vou dizer ao ministro Travassos umas coisas que eu preciso dizer." E disse a ele: "Mas, quando der o bolo, eu não vou dizer que comprei os aviões porque o senhor autorizou, eu comprei os aviões porque achei que devia comprar, achei que o ministro tem autoridade de comprar, mas não vou dizer: "Ah, eu comprei porque o presidente da República autorizou." Ele foi dizendo assim: "Muito obrigado." [risos] Mas essa uma situação muito interessante porque eu disse a ele. E ele imaginou que ia dar bolo, mas não deu bolo, não, deu bolo depois.

I.F. - Depois deu muito!

8iA. - Pela... Um pouco de precipitação dos nossos colegas de Marinha. Ele não devia estar desafiando a FAB, fazendo os aviões, os T-28 - que eu comprei -, chegaram aqui voando, vindo de bordo do Minas etc.

I.F. - Provocação mesmo, não é?

A.A. - Que causou o pedido de demissão do Wanderley e deu aquela crise toda. Porque aquilo a gente tem que ir devagarzinho, ir levando para o fato consumado, mas não fazer estardalhaço, não precisava. Eu já tinha feito o exame de várias áreas de Marinha... Porque os nossos aviões não podiam pousar nas pistas da Aeronáutica, mas a Marinha tem terreno aí pelo Brasil todo. E então eu já tinha feito o exame de lugares, para ver onde era possível fazer pistas de pouso. Para os nossos tipos de aviões era simples; era só preparar as pistas de pouso e nós continuaríamos usando as nossas pistas de pouso - e já tínhamos São Pedro da Aldeia - até chegar a acomodação, e a FAB pensar mais em termos de guerra, não em termos de política interna. Mas nós começamos a querer fazer logo estardalhaço. Espantamos a caça, não é?

I.F. - É. Bom, eu acho que isso vai ser conversa muito importante, essa do porta-avião e nós

vamos ter que deixar para uma outra entrevista, porque tem muita coisa para contar.

A.A. - Tem. É.

I.F. - Eu ia pedir para encerar com o senhor...

A.A. - Eu acho que quem vai contar a senhora. [risos]

[FINAL DA FITA 4-A]

3^a Entrevista: 19.03.1986

I.F. - Almirante, nós estivemos pensando na nossa entrevista da semana passada e lembramos que o senhor nos disse que o Brasil uma democracia sem democratas.

A.A. - Com poucos democratas. Essa a impressão que eu tenho. Como um país católico com poucos católicos, não é? Todo mundo diz que católico.

I.F. - Exato. E nós queremos conversar um pouquinho sobre isso: por quê que o senhor pensa assim?

A.A. - Eu penso assim porque eu não vejo espírito democrático nos homens que estão na testa da direção do país de um modo geral. A gente vê o Congresso, sai briga, sai bofetão, sai tiro, sai tudo, porque uns não querem respeitar a vontade dos outros, e de um modo geral não se respeita a vontade da maioria. Quando uma maioria, tem os dissidentes que começam a arranjar daqui e dali para derrubar a maioria. Não se respeita a maioria, não temos a mentalidade democrática de dialogar; nós temos a mentalidade da discussão, de partir para a violência, isso o que vejo aqui, em jornais etc. A gente vai a uma reunião de condomínio, sai coisa do arco da velha; a gente vê gente bem vestida dentro da garagem, matando o outro por causa de lugar de carro, quando aquilo... Não se tem respeito ao condomínio, convenção. Não há.

I.F. - Agora, por que o senhor acha que assim, o brasileiro?

A.A. - Eu acho que por causa da formação inicial da infância. Eu penso assim porque eu estive nos Estados Unidos...

I.F. - Isso o que eu digo. Nós estávamos conversando - não é, Plínio? - o senhor teve uma experiência de morar nos Estados Unidos; brasileiro; trabalhou muito tempo na Argentina e no Uruguai; trabalhou na Espanha na época do autoritarismo do...

A.A. - Do *El Caudillo por la gracia de Dios*.

I.F. - Exato. Então nós achamos que seria muito interessante, que o senhor tinha muito a nos dizer sobre isso, inclusive comparar a América Latina com os Estados Unidos e a questão da democracia nesses dois países.

A.A. - Bom. Eu acho um pouco difícil comparar coisas heterogêneas. Porque a América Latina de origem latina, como o nome diz, e o outro saxão.

I.F. - É. E o senhor acha que isso tem influência?

A.A. - Eu acho que tem influência por causa da formação, digamos, da parte inicial, da parte da colonização. Quando os Estados Unidos foram colonizados, eu acho que o padrão intelectual etc., da Inglaterra, já estava superior península. Nós tínhamos a questão dos descobrimentos, aqueles homens de vulto que se lançaram ao mar, em parte por causa das dificuldades que eles tinham de caminhar para leste - então eles resolveram caminhar para oeste, vieram para o desconhecido, não é? Mas ficou nisso. E os outros lá desenvolveram a sua cultura associados com os outros países da Europa. Então, a colonização do Canadá, dos Estados Unidos, foi muito mais elevada. A formação foi mais elevada que a nossa; a nossa foi muito pobre. Eu não faço injustiça com os portugueses, porque acho que eles tiveram um valor muito grande e uma das razões por que eu admiro muito Portugal foi manter a unidade territorial.

I.F. - Que impressionante, não é?

A.A. - Não é? E conseguir manter a...

I.F. - Um país do tamanho do nosso, falando inclusive a mesma língua.

A.A. - Como os portugueses caminharam do leste para o oeste, quase que foram parar no Pacífico. Eles tinham uma tenacidade, tinham uma série de qualidades, mas não tinham o desenvolvimento disciplinar etc., que os Estados Unidos herdaram. Então, a criança começa a se formar sem aquela preparação. Tornam-se adultas mais ou menos despreparadas, digo conceituação democrática. Então, lá, o pessoal democrático, nos Estados Unidos. A lei, para eles... Não quer dizer que não haja contraventores. Mas eles têm um respeito lei muito grande - eu senti isso -, eles respeitam muito a lei, respeitam muito o direito dos outros, porque já quando criança, já nos colégios... Começa que o colégio praticamente em tempo integral: o menino vai de manhã e volta de tarde. Então o tempo de domínio, digamos assim, do professorado, que muito bom... O menino, mesmo que tenha uma formação em casa fraca, o menino apreende muito aquilo.

I.F. - Sim, mas aí vamos pensar uma coisa: os países comunistas não são democráticos...?

A.A. - Não.

I.F. - As crianças também passam na escola o dia todo.

A.A. - Não sei como o ensino lá. Deve ser, não é?

I.F. - É. Quer dizer que o senhor tanto acha que a democracia como a não-democracia, a gente aprende.

A.A. - Como?

I.F. - A gente aprende, as pessoas aprendem.

A.A. - Aprende, acho que aprende.

I.F. - Quer dizer que, então, transmitido tanto pela família, como pela escola, tanto um extremo como o outro?

A.A. - Acho que principalmente pela escola. Porque pega a época de aprendizagem dos jovens a maior faixa do tempo, não é? Porque a criança tem que dormir, tem que acordar etc., e eles pegam a faixa de aprendizagem, de instrução...

I.F. - Quer dizer, então, que o senhor acha que através da convivência, o povo tanto pode tender para a democracia quanto para um autoritarismo arraigado?

A.A. - Acredito. Acredito que possa ser. Agora, uma ... A senhora estava falando no comunismo. Eu acho que o que caracteriza mais o comunismo, essa mentalidade comunista da Rússia, a impermeabilidade da Rússia, porque eles tornam a Rússia impermeável. Eles temem a contaminação, digamos assim, eles acham que o russo que democrata etc. - o russo que está lá - pode ser contaminado por nós, que pertencemos a países de formação capitalista, democrata etc. Eles são mais o menos estanques. E a senhora vê o seguinte: eles, quando mandam um elemento cultural, uma coisa qualquer, eles prendem a família, para evitar que o indivíduo, mentalmente, se corrompa e queira ficar, porque aí ele tem medo do sacrifício da família. A senhora dirá: "Bom, mas aquele... Nureyev etc., ele ficou." São exceções que confirmam mais a consciência da gente. De fato, Nureyev uma maravilha, como bailarino. Agora já tem um outro que está dançando com ele etc. São homens superdotados nessa parte artística. Aliás, a Rússia sempre teve...

I.F. - Sempre, sempre. Essa parte cultural toda... Balet, música.

A.A. - Sempre teve.

I.F. - Aí eu estive pensando, e conversando com o Plínio, também, outra coisa que eu queria perguntar ao senhor; o senhor acha que o brasileiro já viveu, realmente, uma verdadeira democracia?

A.A. - Eu acho que não. Eu acho que não. O brasileiro viveu uma democracia o voto de cabresto e depois passou para um regime praticamente ditatorial, da era do presidente Vargas - que eu prezo muito etc. -, mas havia democracia, havia uma ditadura - poderão dizer branda, uma ditadura permeável, qualquer coisa assim -, mas era um regime ditatorial. Depois nós tivemos a passagem para o regime democrata depois -, mas era um negócio meio abagunçado, meio..., não é?

I.F. - É.

A.A. - Meio desarticulado: só falando em democracia etc., mas sem a consciência democrática. Porque democracia não se faz por decreto, democracia um estado de espírito, um estado de espírito: " democrata." - o decreto não diz "O Brasil uma democracia, uma federação democrata..." -, isso não adianta. O que preciso substância, não a forma; eu acho que a substância que precisa ter a formação democrática. De modo que por isso que eu acho: nós nunca tivemos ainda. Estamos caminhando para isso, mas a passos lentos. Mas, também, a Inglaterra não se tornou uma democracia em um século, não é? [risos]

I.F. - É.

A.A. - Nós que estamos nascendo. O Brasil tem quantos anos...?

I.F. - Agora, eu fico pensando sobre isso: quer dizer, nós tivemos - como o senhor falou -, primeiro, uma democracia que não era democracia, que era com voto a bico de pena. depois, tivemos o presidente Vargas, que, em 37, fez o Estado Novo. Aí, em 45, teve a tão falada redemocratização, com o governo Dutra, que só vivia armado com o livrinho, a Constituição, não sei o quê... Tivemos o período do JK, e entrou o Jânio...

A.A. - Entrou o Jânio Quadros que era... A mentalidade dele eu considero muito pouco democrática.

I.F. - Isso que eu queria saber do senhor.

A.A. - Porque, até hoje, eu entendo assim. Que ele tivesse renunciado... Ele quis dar o golpe. essa a minha impressão. Ele quis deixar as Forças Armadas no que a gente chama de perplexidade, diante daquela situação da renúncia dele, e os militares, que sempre estão acostumados a orientar a nação, ficariam sem saber: "Mas, e agora? Agora o dilúvio?" mas os militares, creio eu, os ministros militares que estavam na direção das Forças Armadas, já tinham a sensação do fracasso do Jânio Quadros como um condutor do país. O Jânio Quadros devia ter parado como um governador do estado de São Paulo. Cada um de nós tem um ponto de, digamos, livre ordenada máxima, não é? A ordenada máxima, para mim, do Jânio Quadros, era o governador do estado. Até ali ele tinha conhecimentos [éticos]¹² que bastavam. Mas, depois, para pegar este arquipélago... - porque o Brasil uma espécie de um arquipélago. Então, aí veio o desentendimento, ele sentindo o negócio, como o de Carlos Lacerda etc., contra as providências dele, as atitudes meio antidemocráticas: a condecoração daquele...

I.F. - Che Guevara.

A.A. - Che Guevara, aquelas coisas todas... Ele confundiu tudo. E aí, ele, então - que já tinha a prática de renunciar dar resultado [risos] -, disse: "Agora eu renuncio e vou para Cumbica esperar para voltar como o Radamés da Aída, 'ritorna...torna'"[risos] Mas aí ficou em Cumbica, porque o Moura Andrade disse: "Bom, ele renunciou, então eu vou ver na escala de sucessão quem é, e pronto." E aí o Jânio ficou... ficou no espaço.

I.F. - Porque parece que o relacionamento dele com a Câmara não foi nada bom, não é?

A.A. - Nada bom. Nada.

I.F. - Agora, o senhor que teve bastante contato com o presidente Vargas - talvez até bastante intimidade, porque ajudante-de-ordens tinha bastante intimidade, conhecia bem - e, no segundo governo Vargas, eleito pelo povo - uma democracia -, o senhor também participou do Ministério.

A.A. - Participei como ...

I.F. - Subsecretário, não é? É como secretário do ministro da Marinha.

A.A. - Como chefe-de-gabinete e subchefe...

I.F. - Mas também tinha contato.

¹² Expressão mais aproximada do que foi possível ouvir.

A.A. - Tinha.

I.F. - Como o senhor pode comparar o Getúlio do Estado Novo e o Getúlio do segundo governo?

A.A. - Eu tenho a sensação de que quando ele foi eleito para assumir, ele sentiu - aliás, ele disse para o ... Na ocasião, o almirante Guillobel me disse: "O dr. Getúlio me disse que acha que ele vai ser o último a governar com essa Constituição." Ele sentia que a Constituição não era de molde a que evitasse uma série de balbúrdias, de, digamos assim, medidas anárquicas etc.; achava que a Constituição era muito liberal para o padrão educacional e de conscientização da nossa gente. De forma que ele estava sentindo que ele não podia, não tinha recursos, com a Constituição, para tomar certas providências que a nação pedia; achava a Constituição fraca.

Agora, eu... Houve uma situação muito curiosa. É o seguinte, uma ocasião eu peguei - já talvez uns oito meses antes dele deixar o governo, - eu peguei a lancha e fui para Niterói onde estava o Amaral, o Ernâni era o governador do estado. Eu peguei a lancha e fui para Niterói e fui falar com ela, manifestar a minha inquietação e eu disse a ela: "Alzira, a situação está difícil, o presidente está ficando numa situação insustentável, ele atacado por todos os lados, e ninguém defende o presidente no Congresso nem nada." Porque era uma democracia que estava funcionando, tem líder do governo, tem esse sistema todo. Eu disse: "Eu acho que a situação está muito séria, o presidente Vargas assim não vai..., não tem condições de se manter no governo." E disse a ela ainda: "Olha Alzira, eu tenho a impressão o seguinte: eu estou dizendo as coisas numa posição de...Você aqui, no estado etc., e, lá no palácio, a situação de vocês, como dizia o outro: "Eu estou na gafeira, - disse a ela -, eu estou na gafeira e vocês estão no camarote. Agora, eu estou vendo a situação política, e não vejo as medidas acauteladoras para que possam ser tomadas de parte do palácio etc." Ela foi e me disse: "Tu pensas que o palácio do Catete de hoje aquele do nosso tempo?" - Porque no tempo em que eu era ajudante-de-ordens, aquilo era uma família, e todos se entendiam, não havia rivalidade, não havia... E um negócio muito homogêneo. E eu disse: "Eu não sei, porque estou no Ministério da Marinha." Quer dizer, ela achava que o palácio do Catete, a ação dos elementos que estavam no palácio do Catete, não acompanhavam, não assessoravam bem

o presidente. Eu tenho a sensação seguinte: no Catete a que ela se referia, os homens que estavam lá dentro, não estavam para servir o presidente, estavam para se servir do presidente; no nosso tempo era o contrário, nós estávamos lá para servir o presidente e não para nos servir dele.

Eu, quando fui nomeado ajudante-de-ordens, que eu fui convidado para ser ajudante de ordens, eu pedi para... Eu queria conversar com meu pai e disse a ele que eu tinha sido convidado para ser ajudante-de-ordens etc., e meu pai disse: "Olha, meu filho, uma posição de muito relevo, muito bonita, de muita projeção etc. Agora, um lugar de muita responsabilidade, embora a função de ajudante-de-ordens pareça insignificante. Você entra muito bem - nesses lugares políticos todos, a gente entre sempre muito bem -, mas você tem que pensar sempre como você vai sair: saída que a gente vê o que aconteceu. Para entrar, todo mundo entra muito bem, bate palma, discurso etc., Agora, você vai servir... Você vai ter responsabilidade na segurança do presidente da República; você tenha vergonha de sobreviver a um atentado ao seu chefe. Porque eu não compreendo que um ajudante-de-ordens não esteja pronto para ficar na frente do seu chefe para protegê-lo." - Ele se lembrava do caso do Bittencourt.

I.F. - O acidente em Petrópolis, não é?

A.A. - ... que morreu defendendo o Prudente de Moraes etc. E ele via as coisas com muito realismo. Então ele chamava a atenção; a gente precisava pensar em como vai sair, porque o

bonito sair bem, sair-se bem. Eu, graças a Deus, saí da abundância de ordem muito bem. E esta preocupação, que eu tinha dele, que ele tinha me recomendado, foi curioso quando o presidente Vargas se acidentou no 1' de maio...

I.F. - Na estrada para Petrópolis, não é?

A.A. - Não, Não. Foi posterior.

I.F. - Ah! Que ele fraturou a perna...

A.A. - Que ele vinha de Petrópolis, fraturou... Na avenida Beira Mar... E eu me lembrando sempre desse a problema, que o meu pai tinha recomendado: quando eu estava com o presidente, eu estava olhando para tudo, estava com o revólver na cintura... Eu me lembro do seguinte: nós estávamos em Petrópolis e ele descia para o 1' de maio. Eu estava em Petrópolis e o general Pinto estava doente. Ele tinha que ir aquela solenidade no estádio do Vasco e eu estava em Petrópolis e, de noite, eu resolvi vir para o Rio. Eu vim para o Rio pelo seguinte: porque o carro que ia levar o presidente Vargas para o estádio do Vasco ia com o ministro do Trabalho e ele, no banco de trás, e, na frente normalmente, iria o general Pinto e um ajudante-de-ordens - naquele carro, numa época em que o Cadillac.[inaudível] E então, eu digo: "Bom, vai o presidente, vai o ministro do Trabalho, vai o ajudante-de-ordens, ficar na frente do ministro do Trabalho, e o lugar o presidente vai ficar vazio para dar comodidade a ele." Eu não estava de serviço, era um feriado, eu fui para o palácio para esperar, para ir no carro também. Porque eu digo: "Bom, vamos os dois na frente, o banquinho da frente, o presidente vai atrás, como o ministro do Trabalho: então, nós dois na frente, os dois ajudantes-de-ordens, nós estamos em condição de... Se alguém vier para o estribo para atacar o presidente, nós estamos na frente, qualquer coisa." Eu fui para lá para isso!

E aconteceu o seguinte: foi curioso porque não tinha ninguém no palácio, estava só a dona Darci, a guarda do palácio etc., e houve o acidente. Houve o acidente e eu estava com o Marcondes Filho, que era o ministro do Trabalho, esperando a chegada dele na parte administrativa do palácio. Daqui a pouco eu vejo o carro da segurança passar pela frente, pelo palácio Guanabara, entrar e ir para os fundos, para o jardim de inverno. Eu estranhei. Eu estranhei e saí correndo para ver o que havia. Quando eu cheguei no jardim de inverno, eles já estavam trazendo o presidente desacordado, com a perna fraturada, aquela história. E quem teve que tomar conta de tudo fui eu, porque o outro ajudante-de-ordens estava ferido também. [risos] Olha que coincidência, não é? São coisas de, não sei, inspiração. E aí eu que tive que tomar todas as providências para prestar socorro ao presidente. Eu cheguei para dona Darci e... Tinha procurado chamar os dois médicos dele, que eram os que assistiam a ele e não encontrava. E o Amaral e a Alzira fora. Aí, eu virei para a dona Darci e disse: "Dona Darci - a dona Darci desesperada -, não encontro os dois médicos. O presidente continua desacordado." Ela foi e me disse: "Chama qualquer médico." Eu disse: "Então vou chamar o meu cunhado." que era o meu cunhado que tinha posto de distinção, não é? E telefonei, e meu cunhado estava almoçando.

I.F. - Como era o nome do seu cunhado?

A.A. - Professor Guerreiro de Farias, era urologista. Eu disse: "Guerreiro, vem correndo para cá porque o presidente sofreu um acidente. "Ele morava ali perto do palácio; veio, e aí começamos a examinar o presidente, - ele tomou a pressão, as coisas que o médico faz -, e aí, o presidente sempre se queixando da perna, mexia etc., dizia pouca coisa, mas gemendo muito. Ele foi e me pediu um travesseiro e botamos o travesseiro... - porque o presidente não foi para o quarto dele, ficou numa salazinha de espera, num divã que tinha lá. Trouxemos o presidente, pusemos um

travesseiro sob o presidente e ele começou a ver as pernas do presidente. "Qual a perna que ele teve o acidente?"

- porque ele já tinha tido o acidente de Petrópolis. Aí eu não me lembrava, perguntei dona Darci, ela disse: "Foi a perna direita." Ou a esquerda, não me lembro. Ele foi e disse: Você olha aqui: ele está com a perna que não teve o acidente... "Estava um palmo quase mais curta que a outra. Ele disse: "Ele está com uma perna mais curta que a outra. Ele ou tem uma fratura ou um destroncamento violento de perna. "E, depois, começou a se recobrar, mas gemendo sempre. Aí chegam os médicos dele. Chegam os médicos para tratar dele, para atender, o meu cunhado foi embora e disse: "Olha - disse para o Jesuíno [inaudível] para mim, ele está com uma fratura." Eles examinaram o presidente, acharam que o presidente não tinha fratura. Não tinha fratura nenhuma, fizeram radiografia lá etc., acharam que não tinha fratura. E o presidente gemendo, gemendo. Aí chega o Amaral com a Alzira. E o tempo passando. E o presidente sofrendo, já no quarto dele, de dores horríveis etc. Aí o Amaral me disse: "Eu vou chamar o Mário Jorge..."

I.F. - Famoso.

A.A. - "... porque, se o Lutero estivesse aqui - o Lutero estava na Alemanha -, se o Lutero estivesse aqui, quem ele ia chamar era o Mário Jorge". Chamou o Mário Jorge e o Mário Jorge veio. (Quando houve esse problema com o dr. Tancredo eu me lembrei muito desse fato: a ciúmada dos médicos). O Mário Jorge chegou, foi lá dentro tratar do presidente, daqui a pouco voltou e disse para o Amaral: "Olha, eu vou me embora." "Mas o que...?" "Vou embora, não posso tratar do presidente assim: eles não querem me deixar sequer examinar o presidente..." Aí o Amaral foi lá dentro e disse que o Mário Jorge ia ser o responsável pelo presidente. Aí o Mário Jorge achou inclusive que estava tudo errado: que o presidente devia ter realmente uma fratura, mandou buscar a aparelhagem de Raio X dele, fez as radiografias todas; aí tratou do presidente como ele devia ser tratado. Então vinham aqueles boletins assinados pelos outros dois médicos, e o Mário Jorge, responsável, que deixou o presidente com a perna perfeita, exatamente perfeita. Mas eu me lembrei muito do dr. Tancredo nesse lance dos médicos que começaram a ficar com receio que o outro sobressaia, que o outro apareça aqui, dali, dacolá, e dá aquele negócio, e o doente não pode esperar, a doença vai tomando conta, não é? Fiquei com muita pena do dr. Tancredo; gostava muito dele.

I.F. - É Agora, o senhor tocou num ponto que eu me lembrei de uma conversa que nós tivemos com o brigadeiro Nero Moura...

A.A. - Ah, Nero.

I.F. - Porque o brigadeiro Nero Moura foi íntimo da família...

A.A. - Era copa e cozinha.

I.F. - ... piloto no primeiro governo e depois foi ministro no segundo governo.

A.A. - Foi ministro.

I.F. - E ele nos disse que foi uma diferença brutal que ele sentiu entre o primeiro governo e o segundo na questão do isolamento do presidente Getúlio no segundo governo.

A.A. - Então vem confirmar o que eu disse.

I.F. - Inclusive almoços, jantares de que ele participava, a família toda reunida, no primeiro;

disse que no segundo governo era um isolamento total.

A.A. - Total.

I.F. - Mas, isso por quê? Havia pessoas que o isolavam, era ele que estava mais velho, o que era?

A.A. - Eu acho que eram os auxiliares que o isolavam. muito fácil a gente criticar depois das coisas passadas, não é? Mas eu acho que era um conjunto completamente diferente, muito pouco preocupado em servir ao presidente, muita preocupação de se servir dele. E para isso se isola o presidente, se isola o chefe. Porque o chefe não pode se aborrecer, porque vai aborrecer o chefe, porque vai fazer, não sei quê... E o presidente dizia: "Quem vai para a chuva para se molhar." Então o chefe tem que se aborrecer mesmo, o chefe tem que se aborrecer, ele tem que saber das coisas.

I.F. - É, porque o poder já tende a isolar as pessoas.

A.A. - já tende a isolar.

I.F. - Porque naturalmente o poder, com uma série de responsabilidades, tem, vamos dizer assim, uma mordomia que faz parte do cargo. Então, o presidente, o ministro, ele não vai ao supermercado, não anda de ônibus, não está no contato do dia-a-dia com as dificuldades. Se não tiver uma assessoria que o coloque a par dos acontecimentos...

A.A. - Ele fica de fora, fica por fora.

I.F. - ... filtrando as notícias.

A.A. - O presidente, no tempo em que eu era ajudante-de-ordens, saía p e dava a volta na Paissandú, depois pegava o carro etc. E o presidente, no discurso dele, quando foi eleito, ele disse: "O povo subir comigo as escadas do Catete." Não tinha mais uma ligação com o povo. Para não se aborrecer, para não se preocupar. Até porque queriam proteger... Aparentemente protegendo a figura do presidente, mas o presidente, presidente não pode ser isolado. E ele estava isolado. E daí a expressão da Alzira, talvez: "Tu pensas que o Catete hoje o do nosso tempo?" Ela sentia... E me disse o seguinte mais: "Eu não posso abandonar o meu marido aqui no palácio, em Niterói; meu marido, o Ernâni o governador do estado, eu tenho que estar ao lado dele, eu não posso ir para lá." - porque ela ajudava muito o pai, etc. mas ela sentia não poder ir. Ela ficou preocupada com o que eu disse e, dois dias depois, o Sarmanho, que era irmão de dona Darci -, que estava trabalhando no Catete, preparando uma organização para a formação, parece, do Banco Econômico... O telefone bateu lá para o Ministério e o Sarmanho queria falar comigo. Eu atendi o telefone: "Que é?" "Ele foi e me disse. "Olha aqui, a Alzira me contou umas coisas, eu sei, porque estava muito preocupada etc. Eu queria falar contigo." Eu digo: "Quando você quiser, Sarmanho." "Ah, então pode ser hoje ou pode ser amanhã?" Eu estava atrapalhado lá com um monte de serviço, digo: "Então, amanhã às duas horas." Fui lá.

[FINAL DA FITA 4-B]

A.A. - Fui lá, comecei a conversar com ele, e ele, como a gente diz, esvaziou o saco. Tudo o que eu achava que estava fora de... "Se precisa fazer isso." Mas - no dizer do Sarmanho: "Mas não faz." Precisa se feito isso. "Mas não feito." Enfim, ficou mais ou menos... O Sarmanho ficou talvez com a idéia de que teria que tomar algumas providências. Mas eu sei que eu não vi as providências serem tomadas. Uma delas, que eu criticava muito, era o seguinte: o presidente era atacado na Câmara, no Congresso, e o líder não defendia a figura do presidente. Então para que ter esse líder? Tinha uma série de coisas que precisavam ser feitas, eram do chefe do gabinete civil. "Mas, quem que tem que fazer isso, Sarmanho?" "o Lourival Fontes." "Mas não faz, Sarmanho!" Por aí ia, uma porção de deficiências. Eu lhe contei como podia, e no fim redundou naquela situação. Porque eu, se tivesse naquela circunstância, no palácio do Catete, eu nunca deixaria aquela "República do Galeão" penetrar no palácio, mesmo que o presidente tivesse dado ordem. Agora, o general chefe do... do coisa, deixou aquela turma toda se instalar no palácio do Catete e deixar o presidente numa posição a mais vexatória possível. Ou é, ou não é. Mas abrir o palácio, isso já não mais democracia. Abrir o palácio para fazer devassa de todo o jeito, procurar as coisas que podiam comprometer... Todos nós temos coisas que nos comprometem de uma forma, ou levam a uma interpretação que precisa ser explicada etc., não é? Quer dizer, há acusação, depois vêm as explicações. Isso tudo foi feito no palácio do Catete, com aquela "República do Galeão." porque o chefe-do-gabinete deixou que todo aquele pessoal se instalasse vontade dentro do palácio. E acabou o presidente dando aquele tiro no coração.

P.R. - Agora, a que o senhor atribui a violência dessa companha contra o presidente no segundo governo?

A.A. - No segundo governo, a oposição sabia fazer oposição. A oposição, quando quer fazer oposição... As causas, os motivos, as coisas, eu não me lembro, não sei quais são, mas havia acusações muito grandes a ele. E tinha que ter alguém que defendesse. Certo? O almirante Guillobel foi acusado por um deputado, não é? E foi lá se defender. Mas ele não precisava de alguém que fosse defender. Não era o caso do presidente; o presidente nem sabia direito, às vezes, as acusações que estavam pesando sobre ele. Porque o Congresso era omissivo, porque o chefe-do-gabinete civil também, na minha opinião, era omissivo, não tomava as providências para esclarecer a opinião pública etc. A opinião pública tem que ser informada, não acha?

P.R. - Certo. Mas o senhor não acha que essa oposição tinha algum objetivo fora dos quadros democráticos? Porque o atual governo também tem oposição...

A.A. - Eu acho que não era fora dos quadros democráticos, era oposição de partido, era mais da parte da UDN, porque a UDN era intransigente. O PSD era muito mais permeável. E a UDN, eu tenho a impressão, que não se conformava em não conseguir sair da oposição para a situação; então, era implacável. Já estava frustrada com a volta do presidente Vargas, com a eleição praticamente majoritária etc., não se conformava. Eu acho natural que a oposição faça oposição. Agora, oposição sistemática; não aquela do Borges de Medeiros, - nem apoio incondicional, nem oposição sistemática. O Borges de Medeiros era engraçadíssimo, não é?

P.R. - Porque o presidente Tancredo Neves, quando governador de Minas, há um ano e meio atrás, nos concedeu a entrevista, aqui pelo CPDOC, da qual eu participei, e ele disse então o seguinte: que no governo não existia, contra o presidente Getúlio Vargas, uma oposição democrática, existia uma oposição subversiva. Isso ele disse textualmente.

A.A. - É. Eu não senti... Eu digo: eu não senti a subversão, sentia a vontade da derrubada do presidente dentro - ou pelo *impeachment*, ou por uma forma qualquer. Eu não sentia que a UDN

quisesse dar um golpe militar, não senti.

P.R. - O senhor não sentia isso, não?

A.A. - Eu não senti isso.

P.R. - Dentro da Marinha, a UDN não tinha articulações políticas?

A.A. - Eu não apreendi.

P.R. - Não?

A.A. - Pelo menos na Marinha. O exército mais permeável a essas coisas porque vive em terra etc. Nós temos uma vida bem diferente da força terrestre, não é? Nós somos meio, digamos assim, globais, nós vemos mais o país, não vemos as doenças, a coqueluche, a gripe, a catapora. O exército vê, porque ele está ali, está no quartel, em todos os lugares do Brasil. Nós estamos beira-mar, plantados, não é? [risos] De modo que não temos...

P.R. - A gente sabe que a Marinha menos sensível ao proselitismo político, não isso?

A.A. - É, em todos os países, mais ou menos, se dá isso. Não uma condição ou um defeito ou uma forma de apreciação das coisas de nós, marinheiros brasileiros; isso de uma forma geral, pela nossa forma de vida. De modo que nós não somos permeáveis a essas perturbações menores, não. A única perturbação que eu creio que comoveu mais a Marinha foi a passagem da Monarquia para a República. Porque eu tenho a impressão que o sentimento naval não era hostil ao imperador. Já no Exército, a gente sentia, pelo que eu leio, porque eu não participei - sentia que o Exército já havia, vamos dizer assim, a permeabilidade da necessidade da transposição para o regime republicano. Porque eu acho que o imperador era um democrata, não é? A Inglaterra até hoje uma democracia e uma monarquia. Então... Mas o Exército vibrava mais com essa forma, e não com a substância; a substância existia, democrática, mas ele queria a forma, a forma da substituição dos condutores da orquestra, não é?

P.R. - Porque a impressão que se tem, nessa fase do segundo governo, que a UDN, que era o principal partido de oposição, ela se escudava muito no prestígio do principal líder militar dela, que era o brigadeiro Eduardo Gomes. Me parece que tinha um prestígio muito grande.

A.A. - Juarez.

P.R. - Juarez Távora.

A.A. - Juarez Távora, Eduardo Gomes. Eles eram militares, mas não me parece que eles pensassem, que a UDN pensasse, através dos militares virar a mesa. Não tenho essa... Não tenho elementos que me convençam de que o partido quisesse derrubar o governo. Agora, já no outro movimento, de novembro, aí havia. Aí havia a preocupação de impedir a posse do Juscelino, aí havia.

I.F. - 11 de novembro.

A.A. - 11 de novembro. Os ministros militares queriam. Aí eu senti.

P.R. - No 11 de novembro o senhor estava onde?

A.A. - No 11 de novembro eu tinha chegado da Espanha. Mas quando eu fui para a Espanha, que fui me despedir do presidente, eu me despedi dele, ele, ele me felicitou, desejou muitas felicidades na função, e perguntou, como que eu ia, como eu estava. Eu disse: "Eu vou preocupado, presidente." Eu disse: "Eu vou preocupado." Porque tinha havido a questão do salário mínimo, aquelas coisas...

I.F. - É, foi no começo de 54, é.

A.A. - ... que afetam muito. Como a abolição da escravidão - a gente sente muitas vezes que a abolição da escravidão foi um dos elementos que perturbaram muito estabilidade do governo etc. Eu estava preocupado. E, no fim, redundou no suicídio dele. E no 11 de novembro, havia... A gente sentia mais a conspiração. Isso aí eu senti. Senti a ação dos ministros, o trabalho todo para tirar a pedra que estava atrapalhando, que era o marechal Lott... Sabe o que ele queria.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.F. - Pronto.

A.A. - O marechal Lott queria manter a estabilidade, que se desse posse ao eleito, não é? E o ministro da Marinha, o Amorim do Vale, e o da Aeronáutica, acho que não queriam. Decididamente não... E quem atrapalhava era o marechal Lott e que redundou naquela situação... Aí eu já estava no Rio. Aí eu participei muito de perto daquilo, porque o almirante Amorim... Eu era meio suspeito e eu estava no Estado-Maior, até era capitão-de-mar-e-guerra e o almirante Amorim no começo não ia muito comigo...

I.F. - Quer dizer, no 11 de novembro o senhor já estava no Rio?

A.A. - Eu já tinha chegado no Rio um mês antes. Estava no Estado-Maior. E, quando estourou o movimento, eu ia para o Ministério e, quando cheguei perto do Arsenal, eu pensei: "Bom, eu vou chegar aqui e vou ser preso. Eu não sei se eu vou ser preso ou se eu vou reagir. Então, não vou." Voltei. Voltei, fui procurar o Augusto do Amaral Peixoto que morava lá na avenida Rui Barbosa. Ainda peguei um colega meu que também ia para o ...: "Ué? Você está voltando?" Eu digo: "Eu estou." "Mas você não vai para a Marinha?" Eu digo: "Não, não vou. Não vou porque eu acho que vou ser preso, eu não sei, eu sou capaz de reagir... Eu pensei duas vezes: eu não vou; eu não quero me deixar prender etc." E virei-me para ele e disse: "Eu acho que você também capaz de ser preso."

I.F. - Quem era ele?

A.A. - Era o Rui Guilhon Pereira de Melo, meu colega de turma. Ele virou-se e disse: "Então eu também não vou, eu vou com você." Então me deu o braço e fomos embora. "Para onde que você vai?" Eu digo: "Eu vou procurar o Augusto do Amaral Peixoto para ver o que ele sabe. Porque ele vivia metido na política etc. Aí fomos para a casa dele - ele morava ali na avenida Rui Barbosa -, para saber a quantas andava. Eu disse: "Olha Augusto, eu não fui para a Marinha não, porque eu não estava para ser preso, eu acho que eu ia reagir, não ia me deixar prender."

Ele disse: "Ah, você fez muito bem etc. Mas eu estou agora querendo fazer uma ligação com a Escola de Guerra Naval." E quem servia na Escola, o diretor, era o Valdemar Mota, irmão do general Mota, até que, foi chefe do EMFA...

P.R. - Osvaldo de Araújo Mota.

A.A. - Osvaldo de Araújo Mota. Tem um filho oficial de Marinha etc. E o Valdemar Mota, que também era pela posse do Juscelino, estava lá na Escola de Guerra Naval, então disse: "A coisa está assim, também. Isso aqui está meio a cego, ninguém se entende, está uma confusão..." Até que a horas tantas, nós soubemos, no meio daquela confusão, que o Tamandaré tinha saído com o Carlos Luz...

I.F. - Pena Boto, não é?

A.A. - Carlos Lacerda, Pena Boto etc., e tinha tentado ... Tinha ido para Santos. Depois, soubemos que o Ministério tinha sido abandonado pelo ministro da Marinha, tinha assim deixado o Ministério com o gabinete e tinha ido para bordo do Barroso. Então, estavam abandonando as posições: era a queda do regime. Aí esperamos mais um pouco e, com essa situação, acabou sendo declarada a ausência do presidente. Porque o Carlos Luz foi embora, o Café Filho estava doente. Então chamaram o dr. Nereu Ramos. Aí, quando houve essa situação, que o dr. Nereu Ramos ia assumir, aí eu, com o Augusto e o Guilhon, nos tocamos para o palácio. O palácio estava vazio, não tinha ninguém - entramos. Eu conhecia o palácio do Catete como gente grande, fui para lá e ficamos esperando o desenrolar dos acontecimentos. Quando chegou, parece duas horas, duas e meia, chegou o Nereu Ramos, j acompanhado dos ministros. O ministro era o almirante Alves Câmara. Eu estava paisana, no segundo andar, ali na sala - que era o salão de recepção etc - e aí então o almirante Câmara me viu, me segurou pelo braço e disse: "O que que você está fazendo aqui?" Eu digo: "Eu estou aqui porque eu não ia para a Marinha para ser preso." "Ah, está bem." Aí então vem o Nereu Ramos assumir. Nereu Ramos assumiu, eu estava lá num canto conversando com o marechal Denis, de quem eu gostava muito, - quando era ajudante-de-ordens, ele conversava muito comigo, porque ele era comandante do batalhão de guarda. Ele ia para lá, ver como estava a guarda lá, e depois vinha conversar sobre a guerra comigo.

E então, a horas tantas há uma situação difícil, veio a notícia de que o presidente Café Filho tinha deixado o hospital e vinha para assumir. Vinha para assumir e comunicaram ao dr. Nereu Ramos que o dr. Café vinha para assumir. Ele disse: "Se ele chegar aqui para assumir, eu passo o governo a ele." O marechal Denis ouviu, tomou conhecimento da coisa, me diz. "Então o Café não vem." E desceu. Foi lá para a frente do palácio e deu ordem lá tropa dele para protegerem o palácio e não deixar o Café Filho chegar. Aí o Café Filho chegou e não conseguiu entrar no palácio. Não podia entrar no palácio, foi para a casa dele. Aí ele disse: "Agora eu vou mandar cercar a casa dele."

I.F. - O general Denis que disse?

A.A. - O general Denis. Chegou, cercou a casa do presidente Café Filho, ele ficou preso lá uma porção de dias, não podia sair. A coisa foi assim. Mas o curioso foi o seguinte: numa circunstância qualquer, eu estava agora na Espanha e estava conversando com o nosso embaixador e ele disse: "O senhor sabe que eu fazia parte da guarnição quando o general Denis chegou e disse para nós.." - ele era tenente, uma coisa qualquer... oficial da reserva, do CPOR. "E recebemos ordem para..., e eu vi o general Denis dar essa ordem que o senhor está dizendo." [risos]

I.F. - Quem esse?

A.A. - Eu não me lembro direito agora. Ele até o embaixador...

I.F. - É o embaixador na Espanha.

A.A. - É . Não me lembro agora do nome dele.

I.F. - Mas me conta uma coisa: o presidente Café Filho ficou doente mesmo...?

A.A. - Eu não sei. Se não ficou doente, acho pior o julgamento que eu possa fazer dele.

I.F. - Porque há quem diga que aquilo foi forjado, não é?

A.A. - É . Dizem, dizem isso. Acredito que ele tivesse tido uma indisposição qualquer. Agora, ele foi ficando. Ele não quis assumir a responsabilidade, talvez não quis assumir a paternidade da...

P.R. - Renúncia do Lott.

I.F. - Retirada do Lott.

A.A. - Retirada do Lott. Então deixou o negócio entregue ao...

P.R. - Carlos Luz.

A.A. - Carlos Luz. E o Carlos Luz feriu os brios do Exército, porque ele deixou o marechal Lott esperando duas horas!

I.F. - E irradiando a notícia, não é?

A.A. - Eu não me lembro.

I.F. - Diz Renato Archer que a rádio noticiava que o general Lott estava esperando para ser recebido pelo presidente...

A.A. - Deixa um ministro, que ainda o era - porque ele ainda não tinha tido conhecimento... Os atos não tinham sido publicados, nem nada -, deixa duas horas esperando sem dar satisfação. Aquilo uma coisa de... Eu considero uma molecagem, fazer aquilo com um oficial-general, com um ministro, com uma pessoa respeitável. Eu considero o marechal Lott uma pessoa altamente respeitável.

I.F. - Qual o perfil que o senhor pode nos fazer do marechal Lott?

A.A. - Um militar 100%. Uma negação da política. Completamente impermeável política. Agora, um cidadão, um oficial com uma cultura profissional invejável etc., vamos dizer assim, autocrítica... Ele se julgava e se punia, mentalmente. Tenho uma admiração muito grande por ele.

I.F. - Eu fiz uma entrevista com ele. Ficou muito interessante, até. Agora, eu também tive essa impressão: muito responsável, muito cômico do seu papel como militar, mas realmente nunca entendi como ele se envolveu com política.

A.A. - Ah, foi envolvido. Ele não tinha... Era uma negação... Ele não respirava nada, não tinha um poro que respirasse política. E as circunstâncias do Brasil levaram-no a aceitar aquelas posições.

P.R. - O que o senhor acha da presença do militar na política brasileira? O senhor acha que isso uma fatalidade histórica nossa?

A.A. - Tem sido pela... Eu culpo os políticos. Eu disse: "Eu acho que nós temos poucos democratas aqui." Porque os militares não teriam nunca feito intervenção, de modo geral, se os próprios políticos se julgassem. Porque a deposição de um presidente não precisa se efetuar, basta que o Congresso decreta o *impeachment*. Nos Estados Unidos não houve revolução e o Como? O presidente dos Estados Unidos...?

I.F. - Nixon.

A.A. - O Nixon. O Nixon saiu com a própria reprovação do partido dele. Ele era republicano, se não me engano.

P.R. - Era.

A.A. - Mas o Nixon foi posto para fora. Então, aqui, não se pode decretar o *impeachment* do presidente da República? O defeito não nosso só, sul-americano. Na Argentina, como que se mantém aquela Isabelita? Os políticos sabiam que a Isabelita não era coisa que pudesse governar. As mulheres podem governar; taí a primeira-ministra da Inglaterra etc.

I.F. - Thatcher.

A.A. - Mas a coisa [Isabelita] não podia nem de um negócio de escola de dança, quanto mais para dirigir uma nação como a Argentina. A Argentina uma nação! E deixam aquela Isabelita governando, fazendo besteira de todo o jeito e o Congresso não tem coragem... Precisa vir o general e botar a Isabelita para fora! Quer dizer, os políticos têm uma grande responsabilidade nisso, na minha opinião. Para isso eles têm a imunidade, têm recursos para se unir e dizer: "Ele não pode governar." Mas parece que eles pensam primeiro na sobrevivência do Congresso, eles acham que o Congresso vai acabar, que o partido vai perder etc., e não botam o presidente que não se contém. O João Goulart, por exemplo, quando o Congresso achou que ele não podia mais governar, não podia ter sido decretado o *impeachment* dele? Podia. Mas não, foi preciso haver um movimento, vira e mexe, os militares tomarem conta etc., para... Depois, então os políticos querem voltar a governar. Eu acho que os políticos têm uma responsabilidade muito grande, muito grande nisso. Então, a gente aponta assim, escolhe: um, dois, três, dez, 15 políticos que realmente merecem esse nome, mas o resto, são politiquinhos. São homens que vão para lá para se servir... Não para servir política, para se servir da política. Porque política uma coisa muito séria: eles não têm espírito público, de um modo geral. Esse o julgamento que eu faço. Porque se houvesse, se o Congresso Nacional tivesse respeitabilidade... Um Congresso em que saem bofetões, em que há pianola, tocam piano, em que votam pelos outros, isso é... Isso uma desmoralização. E as providências são tomadas assim em banho-maria, com uma condescendência grande; o rigor tem que ser muito grande com eles. Eu prendi almirante, não

fui ver se eu estava prendendo um oficial-general. Eu não ia chegar: "Não, não vou prender porque um almirante. Eu prendo, com mais razão do que prendo um grumete. Assim os políticos, eles têm que ser rigorosos com eles mesmos. Mas não: aqui o político fica inviolável. uma figura de... Parecem uns superdeuses e cada vez eles pensam mais desta forma.

Eu acho que os políticos têm uma responsabilidade muito grande nesses movimentos, na intromissão dos militares. Os militares chegam em desespero de causa. Isso me faz lembrar: quando nós renunciámos, o Conselho de Ministros do dr. Tancredo renunciou, eu fui em casa do Amaral, ali na Praia do Flamengo, estava conversando com ele e estava o Balbino, que tinha sido governador de Minas...

I.F./P.R. - Bahia.

A.A. - ... e trabalhou com o João Goulart também.

P.R. - Era consultor geral da República.

A.A. - E estava aquela crise para a composição, a organização do gabinete, que ainda era parlamentarista. Então estava aquela confusão toda: o San Tiago Dantas não tinha sido aceito, tudo isso. E eu disse: "Olha Amaral, a coisa está se complicando, isto vai acabar ainda num movimento militar." O Balbino estava lá. E eu disse a ele: "Amaral, agora, quando os militares tomarem conta disso, não entregam mais." - porque os militares tomavam conta, entregavam... "Não vão entregar mais o governo." Fui profético, porque levou esse tempo todo. [riso]

I.F. - Exato.

A.A. - Mas eu disse a ele: "Amaral, a coisa está caminhando para os militares tomarem conta. Agora, quando tomarem conta, não deixam mais." Não sei se eles se lembram disso, mas eu me lembro perfeitamente que eu ainda adverti da situação. Os políticos ficam naquela discussão, naquela demonstração de anarquia e depois, então, os militares tomam conta e o pessoal fica contra os militares. Eu sei que o militar não foi feito para governar; o militar pode saber fazer revolução, mas, depois? Depois vem a parte administrativa; como é? O sujeito não tem relacionamento com uma porção de coisa, ninguém... O político, a parte política uma forma de vida que eles [os políticos] adotam e conhecem os meandros de tudo isso; da política, não da politicagem. Mas os políticos... uma área de especialização, digamos assim, Militar, no fim, fracassa, como fracassou a Argentina, como fracassou aqui. Na Argentina, em parte, porque a coisa [inaudível] na Argentina. Na minha opinião, o elemento mais desfavorável que os militares tiveram foi a manutenção da CGT, não é? Porque era um poder mais alto que o governo. A CGT hora que quiser - que queria - pára o país. Com um telefonema, paralisa o país. Então, o governo ficava em situação de inferioridade. Eu disse a um almirante na Argentina isso; antes de cair a Isabelita, - houve um *cocktail* na casa de [inaudível] -, eu disse a um almirante argentino: "Olha, enquanto a CGT estiver aqui, os militares não resolvem esse problema, porque a CGT mais forte que o governo militar." E quando eles então fizeram aquele movimento da deposição de Isabelita, eles fecharam a CGT.

E aqui, o general Denis, quando fez movimento de 64, a primeira coisa que ele fez foi dar em cima de todo chefe de sindicato, de tudo aquilo, para eles... Porque a ação do sindicato curiosa: tem o presidente do sindicato e o sindicato tem uma massa de manobra que o depósito bancário etc., que é a manobra... Então, se prende o chefe sindical e se bloqueia a conta bancária, eles ficam sem elementos de subsistência, de manutenção de um movimento, não é? Então a primeira coisa que tem que fazer isso: prender o chefe sindical, no meu ponto de vista - eu digo pelo que eu tenho visto. Prende o chefe sindical e bloqueia a conta, porque aí fecha o sindicato

e o pessoal fica sem margem de ação. E o general Denis fez isso, quando em 64. Porque ele, conversando comigo sobre o movimento, quando os ministros não queriam que o João Goulart assumisse, ele, conversando comigo sobre essa situação, disse: "Nós cometemos um erro, porque quando nós achamos que o João Goulart não devia assumir, nos devíamos ter exercido ação em cima dos sindicatos. Mas nós ficamos com os sindicatos soltos, de modo que se nos tomássemos uma posição qualquer, como nos vimos, qualquer posição que nós fôssemos tomar - digamos, virar a mesa etc -, o movimento sindical estava todo mobilizado e paralisava o país todo." Então ele aprendeu a lição. Quando chegou no movimento de 64, a primeira coisa que ele fez foi dominar todo o movimento sindical. Então os sindicatos não se manifestaram. Um homem que tinha o respaldo da opinião operária etc., não apareceu, não aparece nem um sindicato até para protestar, fazer aquele...Não houve greve, não houve nada, e o João Goulart foi melancolicamente para o Uruguai.

I.F. - É .

A.A. - Porque o João Goulart não contava com o apoio nenhum da massa operária.

I.F. É . Agora, voltando ao nosso tema sobre a democracia. O senhor nos disse que vem muito de formação, de educação.

A.A. - É .

I.F. - O presidente Getúlio foi um discípulo de Borges de Medeiros. Falam que os gaúchos têm tendências...

[FINAL DA FITA 5-A]

I.F. - ... têm tendências a caudilho, quer dizer, tem toda uma formação, bem diferente de uma formação democrata. Ele assumiu o governo, teve a fase do Estado Novo, foi deposto, e voltou em 51. O senhor acha que essa marca do caudilho continuou nele, ou ele mudou completamente porque tinha interesse em conviver com os partidos, com a Câmara, e não conseguiu?

A.A. - Eu acho que ele tinha mudado já, eu acho que ele já tinha mudado. Ele tinha chegado conclusão de que não havia mais razão de ser daquela forma.

I.F. - Mas ele sabia mudar, ele conseguiu mudar?

A.A. - Como?

I.F. - Porque a formação dele foi uma; de repente, ele teve que conviver com partidos, com Câmara, com uma democracia...

A.A. - Sim. Com a organismo todo democrata.

I.F. - Quando tinha tido uma formação completamente diferente. Essa mudança, o senhor acha que ele conseguiu, ou foi muito difícil para ele?

A.A. - Ah, não sei, porque não convivi mais diretamente com ele. Porque eu estava no

Ministério da Marinha, eu estava ligado mais na minha parte, estritamente, e eu pouco fui ao Catete depois dessa época. Eu ia lá, fui lá acompanhar o almirante Guillobel, umas duas ou três vezes etc., e não tive... só fui lá falar com o Sarmanho e uma outra vez para falar com o Lúcio Meira para defender um problema de assistência social, que eu achava que a Marinha precisava melhorar o sistema de abastecimento, de assistência social, com fornecimento de eletrodomésticos etc. E o Lúcio Meira era subchefe do gabinete e eu queria conversar com ele para ver se conseguia a licença de importação de um certo material. Foram as duas vezes que eu fui ao palácio do Catete; nunca mais... Não fui muito.

I.F. - Porque deve ter sido difícil essa mudança. E há quem diga que o presidente Vargas fez muita força para não voltar ao autoritarismo, para continuar convivendo com os partidos e... Mas acabou no que acabou.

A.A. - É. Acabou no que acabou. Mas ele não tentou, no governo democrata dele nunca tentou subverter as coisas.

I.F. - Exato.

A.A. - Ele acabou perfeitamente o regime. Agora, ele achava que era uma Constituição que tornava ingovernável o Brasil. E achava que ele ia ser o último presidente com aquela Constituição. Ele achava a Constituição muito fraca, muito liberal para nossa mentalidade.

I.F. - Agora, eu estava pensando sobre isso. A massa da população brasileira uma população jovem. Então a massa da população brasileira tem uma experiência muito curta de democracia.

A.A. - Tem.

I.F. - Porque teve o período do Estado Novo, e, depois, tivemos esse período do pós-60, que também não foi uma democracia. Como o senhor consegue ver agora essa redemocratização e o povo brasileiro convivendo com isso?

A.A. - Como?

I.F. - Porque a grande massa da população brasileira foi criada convivendo com o regime não democrata. Agora, com a Nova República, está havendo uma redemocratização do país, essa coisa toda. Se não tem essa formação, como que o senhor vê essa mudança?

A.A. - Como eu vejo? Eu acho que... Eu vejo bem.

I.F. - Mas acha que fácil para o brasileiro que não conviveu com isso, que não sabe conviver com isso?

A.A. - Se fácil? Eu acho que... Não vejo grande dificuldade, não, nisso. A questão de exemplo. uma questão da população sentir que o regime está realmente sendo de agrado deles pela forma pura em que for sendo adotado. Como nós estamos vendo agora com esse pacote, essa coisa toda. A população ainda não sentiu perfeitamente, mas está sentindo que nós podemos ser felizes dentro de um regime democrata, quer dizer, nós podemos resolver todos os nossos problemas com o regime democrata. Agora, preciso sinceridade, preciso que os nossos homens de governo, os nossos condutores da política etc., sejam sinceramente democratas e não queiram se servir da democracia para se manter, conservar e conquistar posições. É, porque

muito diferente o sujeito ser democrata para se servir ou para servir. A democracia uma coisa que acho que a gente que tem que servir a ela, embora a democracia seja o governo do povo, para o povo, pelo povo etc. Mas isso se obtém com uma conscientização democrática que a gente está... Não pode prejudicar a democracia. Para não prejudicar a democracia, tem que vir pelo exemplo. Eu sou militar etc., mas eu tive uma orientação de chefes meus que foram verdadeiros exemplos, eles exemplificaram com a disciplina própria, tive o almirante Isaías, tive vários chefes aí que eram verdadeiros modelos, verdadeiros exemplos de chefia, de dedicação sua profissão, de não se servir da profissão... Porque força militar não para servir gente. A gente evidentemente, tem que ter remuneração...

I.F. - Lógico.

A.A. - Mas não uma carreira em que a gente entre para se servir dela. A gente entra numa carreira militar para servir a ela. A gente tem que fazer sacrifício, não pode ser o negócio de se servir da função, do posto etc. Não pode, tem que ser uma carreira de ideal. A Marinha, o Exército, não podem, não chamam a gente para vir: "Olha, eu vou dar isso para você, eu vou dar aquilo para você." Não, não dá. A Marinha dá uma remuneração que o país pode dar, e a gente tem que dar o que pode, dá até a vida se for preciso, não é?

I.F. - E a formação do militar? tendência, democracia, ou não?

A.A. - Eu acho que é.

I.F. - É ?

A.A. - Eu acho que é.

P.R. - Eu noto, por exemplo, em todo o golpe de estado desfechado contra o regime democrático, seja no Brasil, seja na América Latina, seja em qualquer parte do mundo, ele dado sob a justificativa de que existe um perigo comunista que as instituições democráticas, pela sua fragilidade, não podem conter, e que esse perigo só pode ser contido através de um golpe de força. Então, nós vamos nos transferir aqui para o caso brasileiro, por exemplo: hoje existem no Brasil dois partidos comunistas, j estão em plena legalidade; houve uma eleição recentemente; nós sabemos do estado de pauperismo em que vive a população brasileira, um estado de pauperismo, evidentemente, que bastante sensível, vamos dizer, às pregações mais revolucionárias, mais radicais, vamos dizer assim. As eleições se realizaram e eleitoralmente esses dois partidos não apresentaram nada. Eles tiveram liberdade para ir televisão, para ir aos jornais, para fazer comício em praça pública, ninguém impediu. Então, como isso visto pelo senhor, como militar?

A.A. - Como...

P.R. - uma realidade brasileira, inteiramente diferente, inclusive, dos outros países latino-americanos.

A.A. - Bom, o que a gente vê o seguinte: que os movimentos militares não têm sido feitos, vamos dizer, não têm sido organizados para mudar o regime democrático, têm sido feitos sempre sob o fundamento de manutenção do regime democrata, porque os governos chegam e passam novamente ao regime democrata, passam aos civis, passam tudo. Mesmo esse movimento de 64, a preocupação dos militares, pelo que nós vimos nesses 20 anos, mais ou

menos, era da substituição dos governantes etc., para chegar a uma democracia plena, mas nunca nenhum deles quis se manter no governo e determinar fechar o Congresso e caminhar para um regime eminentemente ditatorial. Todos eles: o presidente Café... o presidente...

I.F. - Castelo.

A.A. - Castelo Branco procurou manter Congresso etc., sempre querendo manter viva a idéia de que o idealismo era chegar democracia, apenas o que não havia era a infra-estrutura para se exercer a democracia. Tanto agora culminou o presidente Figueiredo dizendo: "Vou fazer a democracia." Com todos os defeitos que ele possa ter tido, ele continuou e chegou eleição de um presidente da República - de uma forma indireta, porque a própria Constituição proclamava a eleição indireta que... Eu sou pela eleição indireta.

I.F. - Indireta?

A.A. - Indireta. Eu prefiro a eleição indireta; acho que democrata. Porque eu acho que mais fácil evitar a... a... vamos dizer, a subversão ideológica na hora da escolha do chefe. Eles mesmos se conhecem e sabem escolher os melhores. Eu sou pela eleição indireta por isso; menos custosa, mais barata...

I.F. - Desde que os representantes sejam escolhidos como representantes mesmo do povo, não é?

A.A. - É uma coisa natural etc...

I.F. - Depende do colégio eleitoral, não é?

A.A. - Depende do colégio eleitoral. Eu acho que não há, não há anti-democracia, não anti-democrata a eleição indireta; ela pode ser exercida, porque são os representantes do povo, os eleitores, que escolhidos, tanto, que vão escolher aquele que... São duas etapas. Como há clubes aí em que o Conselho Diretor que escolhe o presidente etc. e por aí vai. Não vejo mal nisso. Agora, os militares, eles sempre procuraram, sempre procuraram, repor outra vez o regime, o regime democrata. Nunca disseram que a democracia não servia para o Brasil. Nunca vi os chefes dos movimentos dizerem: "O Brasil não pode ser uma democracia, tem que ser uma ditadura férrea etc." Não sei se o senhor... se o senhor sente o que eu quero dizer.

P.R. - Certo. Perfeito.

A.A. - Não é, não é... Os militares não fazem os movimentos. Eles podem invocar o comunismo, invocar... Porque o comunismo um movimento... que eles estão querendo derrubar a democracia e, quando os militares se voltam contra o comunismo justamente com receio de que se implante uma ditadura comunista, porque aí vai ser um problema para se retirar, porque o poderio russo tremendo e a política russa, eu considero uma política muito bem calcada, muito bem feita, porque eles fazem os movimentos todos com a matéria prima do local. Eles têm a tutela, mas indireta, praticamente não tem havido a intervenção direta, não é?

P.R. - Certo.

A.A. - Eles agem no... no subjetivo, eles agem no subjetivo da população. E então nós temos que tomar cuidado com essa coisa, porque os que querem a democracia têm que tomar cuidado,

porque nós sabemos da existência do partido comunista, sabemos que o que eles querem a formação de um governo comunista. Então, nós não podemos topar um programa que quer derrubar nossos anseios de liberdade. Então nós temos que ver: não há os partidos integralistas ou fascistas, não existem, mas se eles existissem, também nós teríamos que procurar considerar aquilo como inimigos número 1, número 2 da democracia. Porque a democracia regime de substituição, de sucessão normal pela vontade popular, não é?

I.F. - Agora, o senhor falou nessa organização da Rússia e eu aí me lembrei: como que o senhor explica o problema de 35, que foi aquele fracasso?

A.A. - De quê?

I.F. - Da Intentona de 35, que tinha todo o apoio da Rússia e foi aquele fracasso?

A.A. - Eu acho que não tinha todo o apoio da Rússia, não. Eu acho que a Rússia tinha o apoio... há um princípio de guerra que diz que a gente nunca subestima o adversário; se tinha o apoio, a Rússia subestimou. Subestimou e a reação foi diferente daquela que a gente podia imaginar.

I.F. - O senhor leu esse livro agora da Olga?

A.A. - Ainda não.

I.F. - É interessante o livro e eu fiquei muito impressionada, porque, realmente, a impressão que dá que mandaram para cá a fina flor e realmente foi um fracasso. Você leu o livro, Plínio?

P.R. - Não, não li.

I.F. - Foi um fracasso.

A.A. - Mas olha, é... há princípios de guerra que até hoje estão tão vivos. Subestimar o adversário uma tristeza, sabe? Eu até estava comentando esse programa do Sarney, esse pacote aí, Ele tem um plano, não é? Ele traçou um plano; então, ele examina militarmente a exequibilidade do plano. Então, a gente vê que o plano exequível quanto aos meios, mas há uma porção de variáveis independentes, então a gente tem que fazer o exame corrente da situação. Agora, a gente não pode fazer exame de situação subestimando o adversário. Quando subestima o adversário fracasso completo, aconteceu nas Falkland e acontece muito...

I.F. - Exato.

A.A. - Em muitas outras situações, não é? Nós não podemos subestimar o adversário. E, no caso da Rússia, naturalmente, acharam que era republicazinha lá da América do Sul e tal, aquele Brasilzinho, chega ali com um movimento de um batalhão e bota tudo aquilo em baixo. E vem a surpresa, não é?

P.R. - O senhor falou nessa questão do pacote também, um exemplo que ajuda a nossa linha de pensamento, porque, nos países que tiveram altos índices de inflação, eles resolveram o seu processo de deflação através de regimes duros, de regimes ditatoriais. Por exemplo, a inflação era alta na União Soviética em 1917 e o Lenine resolveu o problema através de medidas duras, inclusive medidas policiais. O Hitler, na Alemanha, fez a mesma coisa, aplicando os mesmos remédios; o Mussoline na Itália, em 1922, pela mesma forma; o Fidel Castro, em Cuba, em

1960, 61, aplicou os mesmos processos. O único país, que eu me lembro até agora, que realizou, que está realizando, um processo de deflação em que todos os segmentos da sociedade têm que contribuir com a sua cota de sacrifício, sem violar o regime democrático, foi agora, o pacote do Sarney. Eu não conheço outro exemplo, porque o senhor verifica o seguinte: o plano Austral na Argentina um pouco diferente do nosso, porque lá foi feito através de um acordo entre as partes interessadas, entre os vários setores da sociedade; e um acordo, ele tem a sua vigência enquanto alguma das partes não toma a iniciativa de denunciar esse acordo - no momento em que uma das partes se desliga do acordo, o acordo deixa de existir. Ao passo que aqui no Brasil, pelo que eu estou verificando, o seguinte: ele não foi através de um acordo, ele foi feito como uma decisão política do governo. Eu queria que o senhor...

A.A. - Uma decisão que chegou a ser posta em ação depois - pelo que eu li, - depois de um exame de situação muito demorado; levou meses... O planejamento levou um certo número de meses para eles chegarem e verem a oportunidade de desencadear a ofensiva. Chegou nessa conjuntura e eles lançaram um plano. Mas foi, parece, um plano muito bem elaborado, tinham examinado os prós e os contras, toda essa questão de exequibilidade, de meios de que dispunham, as reservas estratégicas que eles tinham que ter de mantimento, tudo isso, e puseram. Agora, tem que haver surpresas, não é? Porque vai haver, vai haver surpresas, porque, com o exame corrente de situação, eles vão tendo que atacar aqui e ali, com os meios que eles devem ter para isso, não é? Mas não de se esperar que isso tudo vê num mar de rosas completo; ser uma surpresa, ser um negócio maravilhoso, mas vai causar desgostos e preocupações. Mas o governo está aí para isso, não é?

P.R. - Exatamente. Mas o que acontece o seguinte: ao contrário dos outros países, por exemplo...

A.A. - Ah! Bom.

P.R. - ... aqui no Brasil, as medidas do governo estão tendo amplo apoio popular. Por exemplo, no último Ibope que fez aí uma verificação das tendências da opinião pública, o Sarney conquistou 83% de popularidade - quer dizer, um fato inédito na história do Brasil.

A.A. - Bom. Eu creio que uma das coisas importantes a conscientização das massas, não é? criar a psicose da coisa; e os meios de divulgação, jornais, televisão, esses meios todos eles favoráveis, então houve uma conscientização muito grande, foi isso que tocou o subjetivo da massa, que o importante. como nos movimentos: qual o objetivo da guerra revolucionária? o subjetivo, não é? [risos] isso.

P.R. - Exatamente. [riso]

A.A. - Então, conseguiram. Com seu desenvolvimento, eles atingiram o subjetivo da massa: todo mundo está convencido que tem que fiscalizar. Agora, preciso o governo manter esse fogo sagrado, alimentando etc e tomando cuidado para o elemento, vamos dizer, da subversão, que às vezes se infiltra para agredir - fingindo, como quem está defendendo... Agredir e começar a prejudicar os elementos produtores, as indústrias, as empresas etc., sob argumento de que está defendendo a economia, porque viu que faltavam dez centavos, aumentou dez centavos, então empastelam uma organização ou então tocam fogo. Isso que preciso cuidar para conter essa minoria que se infiltra também e inflama as multidões, não é?

P.R. - É, exatamente. Porque existe uma tese, por exemplo, que muito comum quando se diz

que o sistema comunista penetra, em geral, naquelas sociedades onde a diversidade de renda muito violenta, onde a desigualdade social muito grande. Ora, nós sabemos perfeitamente que aqui no Brasil a renda bastante concentrada. Existe uma massa realmente de brasileiros que está bastante...

A.A. - Paupérrima.

P.R. - Paupérrima e bastante marginalizada, não isto?

A.A. - É .

P.R. - Então, apesar de tudo isso, a gente não sente... A pergunta que eu fiz ao senhor anteriormente o seguinte: a gente não sente o êxito da pregação comunista no Brasil. Ela sempre encontra dificuldades. A um teste eleitoral, por exemplo, o partido comunista - agora tem dois aí - não realiza nada em matéria de resultados eleitorais.

A.A. - Bom, esses elementos não realizam; agora, eu não sei o que o governo russo tem na cabeça, ele não sente a oportunidade, porque tudo isso preciso sentir a oportunidade. Um dos elementos interessantes, eu acho, para a pregação comunista, o processo inflacionário, não é? O processo inflacionário uma das grandes armas do comunismo, porque o processo inflacionário faz a miséria cada vez maior da grande parte da população, e isso gera o desespero, então o sujeito tem que se pegar em qualquer coisa, não é?

I.F. - É lógico.

A.A. - Ele quer, ele sente que a forma comunista a salvação deles, o sujeito se apega àquilo. Agora, o processo inflacionário, por exemplo: nós estamos tentando debelar, o povo, a população, pelo que eu vejo, está convencido que o governo está para o bem; a sensação que eu tenho, pelo que eu vejo, que a população está convencida de que o governo está querendo proteger, não está querendo se servir da população, o governo não está querendo se servir da população. A gente tem que acreditar um pouco na honestidade das coisas, embora nós tenhamos atravessado umas crises muito... muito pobres nesse sentido de honestidade, porque a gente aqui acha que a desonestidade só negócio de tirar dinheiro do bolso, a honestidade moral etc., não se leva em conta, não verdade? [riso]

I.F. - É.

A.A. - O português um idioma muito complicado porque tem essas palavras que [inaudível], elas têm uma significação que muito ampla, preciso ver. como coragem: a coragem não só a física, às vezes a coragem moral muito mais importante, não verdade? [riso]

I.F. - É. Exato.

A.A. - São coisas que a gente tem que atentar e quem mais tem que atentar são aquelas coisas que se propõem a nos conduzir, não verdade? Porque nós temos que aceitar a condução. Nós não somos... Nos temos uma característica meio diferente do alemão, do prussiano, não é? Eu tenho a impressão que a formação alemã de obedecer. O geral, eles querem... eles têm preguiça de pensar. [risos] Eles têm preguiça de pensar, então têm que ter um sujeito que pensa por eles, e eles vão fazendo as coisas, daí aquela disciplina, aquele trabalho, aquele rendimento alemão, porque alguém j pensou por eles, não problema deles. Nós, não, cada um de nós o presidente da República...

I.F. - Todo mundo tem idéias.

A.A. - Não é? Todo mundo tem idéias, até um carregador pensa em ser presidente da República. Até há uma anedota muito curiosa: dois carregadores pensando e um dizendo: "Ah, se eu fosse presidente da República - dizia ele -, se eu fosse presidente da República..." Ele era carregador desses carrinhos de coisa; disse: "Olha, eu só acordava lá para o meio-dia, depois ia almoçar lá pelas três horas, quatro horas, depois então, aí que eu ia fazer o primeiro carroto." [risos] De modo que todo mundo pensa ser o presidente da República, não é?

I.F. - Exato.

A.A. - O alemão não, o alemão, então, a gente j sabe que tem quem pense por eles. [risos]

I.F. - Falando em todo mundo pensa em ser presidente da República, o que o senhor pensa do Brizola?

A.A. - Tanto pensa, que tem candidato beça, não é? [risos]

I.F. - Qual a sua opinião sobre o Brizola?

A.A. - Eu não gosto do Brizola, pessoalmente. Eu acho que ele um camarada... não sincero, não sincero, eu acho que ele um cidadão que procura mais se servir das causas do que servir às causas. Eu até tenho uma passagem muito curiosa com o Brizola, comigo. O Brizola, o João Goulart era muito ligado a ele, são parentes etc.

I.F. - São cunhados, não é?

A.A. - É, então eu... Felizmente, o João Goulart parece que queria me reconduzir - quando nós renunciámos, - ao Ministério da Marinha, e ele então disse para o Jango: Mas, Jango, um homem que prende o Aragão, como que tu queres manter no Ministério da Marinha?" E o João Goulart, naquele sentido de gratidão etc., - que ele achava que o Brizola realmente tinha trabalhado para a posse dele -, então fez lá as coisas que o Brizola queria, [atendeu]¹³ constituição do gabinete de acordo com a vontade do Brizola etc. Ele vê as coisas no sentido pessoal, porque eu tinha prendido o Aragão, que era amigo dele. Eu queria saber se o Aragão era amigo dele ou não, sei que o Aragão era um péssimo oficial-general, nem devia ter sido promovido a oficial-general e eu não estava pensando em agradar Brizola. Eu estava querendo cumprir a minha obrigação com honestidade, apoiar o caso, não é? De modo que eu não faço... não o tenho em boa conta. Tenho pena da senhora dele. Acho a senhora dele uma vítima, naquela coisa toda, porque a função da mulher sempre acompanhar o marido, e ela tem sido uma sacrificada, que foi exilada, que foi para aqui, foi para lá... Ela teve que acompanhar, aquela pobre senhora, acostumada com uma vida de fazenda, de uma certa tranquilidade... Ela tem tido uma vida muito agitada, não é? Mas ele muito agitado!

I.F. - É. E ele está contra esse pacote, não é?

A.A. - Está , está contra o pacote.

I.F. - E o senhor acha que o governo está subestimando ou está levando a sério a atuação dele?

¹³ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

A.A. - Eu acho que o governo está se levando a sério, não é?

I.F. - Porque eu acho que ele não pode ser subestimado não, não é?

A.A. - Não, acho que não. Acho que ele está levando a sério. Agora, acho que Brizola, com esta posição, ele perdeu muito em substância, não é?

I.F. - Eu também acho. Agora, eu tenho medo que se convençam que ele perdeu muito e que não o levem a sério, porque ele dá a volta por cima.

A.A. - É, porque ele atacando... Ele tem sempre a preocupação de dizer que está defendendo o proletariado, o operário, ele quer mostrar que a classe operária está sendo prejudicada etc; e então aponta as coisas imediatas, não está vendo que esse plano para, remotamente, com algum sacrifício melhorar lentamente a classe menos favorecida. Isso que eu. Não pode ser imediata, tem que ser com a acomodação das camadas, não verdade? isso. E o Brizola ataca o negócio que o operário perdeu isso, perdeu aquilo, mas o dinheiro não cai do céu, nós temos que fazer com os recursos que nós temos. E ele ataca esse ponto. preciso combater essa perspectiva que ele apresenta de que a classe operária foi prejudicada, que perdeu 5%, perdeu não sei quê, perdeu 3%. Mas isso... Há perdas - com qualquer negócio que o sujeito vai fazer, até na vida comercial, na vida empresarial, o sujeito gasta primeiro, não é? Tira do bolso, para depois recuperar remotamente etc. Agora, uma passagem interessante, no meu ponto de vista - falando no Brizola, foi a organização: quando nós renunciemos, organizaram o segundo gabinete parlamentarista...

[FINAL DA FITA 5-B]

A.A. - e aí, eu não sei se foi idéia do Brizola, porque o Brizola inteligente...

I.F. - Inteligente. Não pode subestimá-lo, não.

A.A. - Não, não pode subestimá-lo. E aí há uma passagem, que eu - eu cheguei a essa conclusão -, achei muito interessante. Foi quando foi organizado o primeiro gabinete parlamentarista; o chefe do gabinete era o Santiago Dantas¹⁴, que era uma figura de um talento, um talento fora do comum.

I.F. - Diz que era brilhante, não é?

A.A. - Brilhante, o San Tiago Dantas era brilhante. Mas a impressão que eu tenho que o San Tiago Dantas foi queimado pelo Brizola, tutelando o João Goulart. Porque o San Tiago Dantas, se fosse primeiro-ministro, não caía o gabinete parlamentarista; o San Tiago Dantas seria primeiro-ministro, e iria continuar sendo primeiro-ministro. Então, sentindo que, com o San Tiago não cairia o gabinete parlamentarista, eles tiraram a escada do San Tiago Dantas, deixaram o Sr. San Tiago Dantas com a brocha na mão pintando o teto. O San Tiago Dantas foi

¹⁴ San Tiago Dantas foi ministro do Exterior no primeiro gabinete parlamentarista (setembro 1961-junho 1962) seu nome foi sugerido por João Goulart, mas sujeitado pelo Congresso para chefiar o segundo gabinete.

queimado de uma forma que não era merecida, porque se ele fosse, talvez nós estivéssemos ainda com um regime parlamentarista.

I.F. - Eu estava lendo a entrevista do Renato Archer, e ele diz que uma importância muito grande na queda do parlamentarismo teve o presidente Juscelino, porque ele nunca se conformou com o parlamentarismo.

A.A. - Ele queria ser presidente...

I.F. - E ele diz inclusive uma coisa que eu considero muito séria. Ele diz, na entrevista, que havia um compromisso do presidente Tancredo de não levar avante o parlamentarismo, de inclusive dividir o poder com o Jango, que era para ir desmoralizando o parlamentarismo, para voltar ao presidencialismo, e que o Tancredo não conseguiu acabar com o parlamentarismo. E que houve inclusive uma divisão dentro do primeiro gabinete: tinha uns que ficavam do lado do presidente Tancredo e do Jango, que tendiam a desmoralizar o parlamentarismo, teve o grupo daqueles que estavam com as suas funções, e não se preocupavam se continuariam ou não, e tinha o grupo do San Tiago, que estava realmente levando a sério o parlamentarismo e querendo tocar para frente o regime parlamentarista. E que, com a saída do Tancredo, todos tiveram que renunciar para poder se candidatar, tudo isso, que barraram muito o San Tiago, porque o San Tiago seria uma continuidade do parlamentarismo. Quer dizer que o senhor concorda com isso, então?

A.A. - Eu acho sim, eu acho que o San Tiago Dantas foi queimado por isso, porque ele continuaria o parlamentarismo. Agora, que o Juscelino queria a queda do parlamentarismo, queria, e por isso que o Juscelino também parece que participou da articulação toda para a vinda do regime parlamentarista. Mas ele quis fazer um regime parlamentarista meio verde e amarelo, não era parlamentarismo completo, porque precisava que o presidente da República tivesse autoridade máxima, porque Aí teria o jeito de fazer o parlamentarismo cair, que era para ele poder se candidatar.

I.F. - Agora, o senhor que conheceu o presidente Tancredo, o senhor acha que ele se sujeitaria?

A.A. - Quem?

I.F. - O presidente Tancredo.

A.A. - O que tem?

I.F. - Se sujeitaria a esse jogo do Juscelino, de diminuir o poder do parlamentarismo?

A.A. - Não sei, não acredito.

I.F. - Pra mim foi uma surpresa realmente, isso.

A.A. - Eu não acredito, não. Eu acredito que, na constituição do parlamentarismo, houve a preocupação - o Juscelino tinha muita força - houve a preocupação de fazer, com a idéia de fazer, de acomodar...

I.F. - O Renato Archer diz que inclusive o Juscelino impôs a escolha de Tancredo para primeiro-ministro, contando com isso.

A.A. - Dessa parte eu não participei, porque quando houve essa organização do parlamentarismo, eu estava no Estado-Maior, e estava tratando de evitar, de impedir que houvesse um choque da Marinha com a força do Exército, do general...

I.F. - Machado Lopes.

A.A. - Machado Lopes. Teve um livro agora até.

I.F. - É, um segundo, agora. Agora, outra coisa que eu queria conversar com o senhor: todos os golpes no Brasil, militares, tiveram a maior força no Exército. Tanto o Estado Novo - o Getúlio teve apoio de Gois Monteiro... Enfim, uma porção de militares do Exército. Em 45 foi o Exército que tomou a frente. Com o golpe do Lott também teve a questão da Marinha, tudo isso, mas era o Exército que estava na frente. Em 64 também. Como que a Marinha convive com isso?

A.A. - Como?

I.F. - Por exemplo, os golpes são dados como sendo dados pelas Forças Armadas, mas na realidade quem toma a frente o Exército.

A.A. - É o Exército.

I.F. - Como isso do Exército tomar a frente, e toda a responsabilidade ficar com as Forças Armadas, das quais a Marinha faz parte?

A.A. - Eu acho que em todos os países da América do Sul acontece isso [risos]

I.F. - Quer dizer, o Exército dá a festa e a Marinha paga as contas?

A.A. - A Marinha chega e vê o fato consumado, e a única vez que o fato consumado estava se formulando na monarquia¹⁵ ainda era aquele movimento do Custódio etc., que não se dizia direito se era [a favor da] monarquia, mas era um movimento de, digamos, reprovação do estabelecimento da República no Brasil.¹⁶ Depois disso, todos os movimentos têm caído sempre no fato consumado. Mas, falando no movimento do Lott, tem uma... o Stephan Zweig escreveu O movimento decisivo da humanidade, não sei se tem idéia do livro inteiro. Mas aquele movimento... eu tenho idéia. Houve um momento decisivo naquele movimento do marechal Danys com o Lott etc. Quando o marechal Danys resolveu reagir àquele movimento, àquela repelia (sic), àquele insulto do Carlos Luz ao general Lott, o que eu sei foi o seguinte: estava aqui no Rio de Janeiro o general Falconiére, que era o comandante do II Exército. Quando chegou a noite, o general Danys estava na casa do comandante do I Exército, - que era onde ele residia -, estava o Falconiére, e Aí resolveram reagir àquele gesto do Carlos Luz e viraram a mesa. Então

¹⁵ O entrevistado provavelmente quis enunciar Marinha ao invés de monarquia.

¹⁶ Trata-se da Revolta da Armada (1893-1895), chefiada pelo então contra-almirante Custódio José de Melo e, posteriormente por Luís Felipe Saldanha.

o marechal Denys telefonou para o general Lott, dizendo que tinha acontecido aquilo e que eles não iam aceitar aquela situação, e o general Lott, parece, já ia até se deitar: eram nove horas da noite. E disse se o general Lott topava a parada, e mesmo que ele não topasse... - que o general Lott disse que topava a parada. Aí que vem o momento decisivo do movimento: o general Falconiére pegou o carro e foi embora para São Paulo. Quem estava como comandante da região era o Tasso Tinoco. Quem estava como comandante da região era Tasso Tinoco, que foi meu comandante de adido naval na Argentina - o Tasso Tinoco era um revolucionário, um alagoano, um rapaz de grande valor, um oficial de grande valor. E o Tasso Tinoco já tinha tomado as medidas para descer com o II Exército para combater o movimento aqui no Rio do general Lott. Mas o general Falconiére ia subindo a estrada e ia vendo as tropas sob o comando dele, e ia desfazendo todas as ordens de operações emanadas do Tasso Tinoco, está entendendo? E ele, como comandante do Exército, foi desfazendo aquilo. Quando chegou em São Paulo prendeu o Tasso Tinoco. E houve o apoio do II Exército ao movimento do Denys e do marechal Lott. Então foi o general Falconiére que conseguiu. Se ele estivesse lá, eu não sei o que teria havido, se ele teria sido preso, o que teria acontecido. Mas como ele foi subindo, o general Falconiére foi subindo pela estrada e foi desfazendo toda a ação do Tasso Tinoco, ele prendeu o Tasso Tinoco. Prendeu Tasso Tinoco e depois o Tasso Tinoco ficou sem comissão um tempo. até uma ocasião eu encontrei com o Tinoco e disse: "Como é, como vai você?" "Ah, eu estou sem comissão, o Lott está com medo de mim." [riso] - porque o general Lott não deu mais comissão para ele. E ele ficou mal, porque o general Falconiére prendeu o Tasso Tinoco, que era um rapaz de muita ação, foi interventor em Alagoas etc. Foi revolucionário histórico. Mas uma grande figura. Mas ele fez a ordem de operações, botou todo o mundo para marchar, para descer para o Rio, mas o general Falconiére foi desfazendo tudo, e, quando chegou, prendeu o Tasso Tinoco, pronto.

I.F. - Mas voltando nossa discussão de Marinha e Exército. Em 45, as forças, tropas brasileiras, estavam na Itália, desembarcaram e foram imediatamente... Como que chama...?

P.R. - Desmobilizadas.

I.F. - Desmobilizadas. Mas a Marinha estava voltando da sua operação de Guerra no Nordeste, toda ela armada, toda ela preparada, quando acontece o golpe de 45 com a deposição de Getúlio, porque a Marinha não reagiu? Ela era a favor, ou o que que aconteceu? Porque a Marinha tinha condições, se quisesse, de reagir.

A.A. - De...?

I.F. - Contra a queda do Getúlio, ficar a favor do Getúlio.

A.A. - Bom, quando nós chegamos no Brasil...

I.F. - Porque a força vinha toda do esforço de guerra. Parece que estavam na Bahia, quando tiveram notícia.

A.A. - Nós tivemos notícia no mar, eu estava viajando quando veio a notícia. Nós não estávamos preparados para..., nós estávamos preparados para ação de submarino, para essa coisa toda; aquilo foi uma surpresa completa. Para nós foi uma surpresa completa,

porque eu estava servindo na Força Naval do Nordeste. Fiquei surpreso de ver aquela situação. De modo que nós não tínhamos... Porque a guerra, o movimento armado se faz em terra. O que que a Marinha ia fazer com o terreno todo dominado pela força militar do Exército, não podia fazer nada. Ia dar tiro em terra?

I.F. - Agora, houve uma divisão de pensamento na Marinha?

A.A. - Não.

I.F. - O senhor não percebeu? Eles foram a favor da queda do Getúlio mesmo?

A.A. - Foi sim. A maioria aceitou tranqüilamente sem qualquer reação. Eu fui..., só esbocei uma única reação, eu tive - pessoal, de ordem pessoal. que a tropa da Marinha tinha que desfilar em continência ao Café Filho.

I.F. - Não, não, o José Linhares.

A.A. - Quem?

I.F. - Linhares, o presidente Linhares que assumiu. Foi em 45 isso, o Getúlio caiu e assumiu o presidente do Tribunal.

A.A. - Não, não, perai.

I.F. - Eu estou falando em 45.

A.A. - Em 45...?

I.F. - Quando depuseram o Getúlio.

A.A. - Pois é, quando terminou a guerra.

I.F. - Exatamente.

A.A. - Quando terminou a guerra. Era o Linhares.

I.F. - É .

A.A. - Era o Linhares. Mas quando nós chegamos aqui... Quem tinha assumido a presidência?

I.F. - O José Linhares.

A.A. - Ah, era o Linhares?

I.F. - É ele que passou o governo para o Dutra. Getúlio foi mandado para São Borja...

A.A. - Peraí, perai. Eu estou fazendo uma certa confusão no governo. Quando o Linhares assumiu, foi no primeiro movimento, não foi na guerra, não.

I.F. - 45, quando o Getúlio foi deposto.

A.A. - Foi deposto? Ah, a primeira vez!

P.R. - É , em outubro, 29 de outubro.

A.A. - Ah, eu não...

I.F. - Isso que eu digo: a Marinha estava voltando do esforço de guerra do Nordeste, Getúlio foi deposto pelos militares, foi mandado para São Borja, e a Marinha aceitou normalmente, sem reação nenhuma.

A.A. - Ah, sim, ele foi deposto... Peraí, eu estou fazendo confusão nessa coisa. [pausa]

I.F. - Porque pelo o que eu li...

A.A. - Ele foi deposto em 45, nós estávamos no Nordeste.

I.F. - É . estavam voltando já.

A.A. - Estávamos voltando, porque nós vínhamos do Nordeste, ele foi deposto, o João Alberto o acompanhou etc., e foi o Linhares que assumiu.

I.F. - Exato.

A.A. - Mas a Marinha de um modo geral aceitou tranqüilamente.

I.F. - Aceitou tranqüilamente. Porque já era contra o estado autoritário, então?

A.A. - Quem assumiu o Ministério foi...

P.R. - O Sílvio Noronha.

A.A. - Não, quem assumiu o Ministério foi o almirante Dodsworth.

P.R. - Dodsworth Martins.

A.A. - Dodsworth Martins assumiu o Ministério.

I.F. - Exato. Quer dizer, a Marinha já aceitou porque já era contra...

A.A. - Não, vamos dizer, ela não tinha partido definido tomado. Para a Marinha, de um modo, de uma forma geral, foi indiferente.

P.F. - Deve ter tido casos isolados por ligações pessoais, então, com o Getúlio, como o seu caso.

A.A. - É , o meu caso foi pessoal; porque eu... Eu senti e então cheguei para o meu comandante - eu tinha tido ordem de desfilar quando veio a FEB - e eu disse ao meu comandante que eu não ia desfilar, que eu não ia fazer continência ao presidente, que eu

pretendia desfilar em continência ao presidente Vargas; que a ele, a esse novo presidente, eu não atenderia, não prestaria continência por uma questão de foro íntimo, de sentimentalismo etc. E então o comandante foi e me disse (eu disse a ele que não desfilava), ele disse: "Olha, eu compreendo muito bem o seu ponto de vista, eu respeito, você está dispensado do desfile". Pronto, aliás, devo dizer que esse comandante a quem eu disse isso, quando eu saí do navio, as informações que ele deu semestrais, ele me chamou para dar... - porque nós temos informações de apreciação do comandante sobre o oficial, não é: sobre isso, sobre aquilo, se está satisfeito, se o oficial isso, faz aquilo, o apuro de uniformes e aptidão para mando, aquelas coisas todas têm uns graus. Ele me deu o grau máximo em tudo, e me chamou para mostrar. Eu disse a ele: "Eu estou com medo que o Tamandaré fique sentido, porque, eu acho que esse grau só o almirante Tamandaré que merecia." [risos] Ele achou engraçado, ele riu e disse: "Afinal, mas você merece."

I.F. - E quem era esse comandante?

A.A. - Era o almirante Doyle Maia. Heitor Doyle Maia. Ele era muito bom, muito condato etc., um cavalheiro perfeito. Mas aceitou perfeitamente a minha declaração de não querer desfilar, com saudade do presidente Vargas. Bom, eu acho que está na hora...

I.F. - só uma perguntinha; que dizer que o senhor acha...

A.A. - Eu disse porque a senhora tem que viajar e tudo isso...

I.F. - Não... Esses vinte anos que nós tivemos pós-64: o senhor acha que foi uma democracia, então?

A.A. - Não acho que foi uma...

I.F. - Porque me deu a impressão, quando o senhor falou Aí que os presidentes tentaram manter o Congresso, manter tudo isso.

A.A. - Foi, havia a preocupação, havia a preocupação de manter a democracia, mas nós estávamos no regime democrático; de manter a democracia preparando o país para chegar ao estado de direito de direito e de democrata. Mas não que estivesse..., era um período de transição: ainda não está - o "ainda" -, ainda não estava na democracia, mas ia para a democracia. Esse "ainda" até muito importante, porque eu, quando estava na Argentina, houve a queda do governo do Castilho e a ascensão do general Ramirez, e o Brasil - com aquela condição toda de política externa -, o Brasil não tinha reconhecido, não reconheceu o governo argentino, porque havia as ligações do Brasil com os Estados Unidos e o Brasil não rasgava mais seda com a Argentina, o Cordell Hull estava louco de raiva com a Argentina. E então o Brasil não reconheceu, eu disse - comentando na Argentina com um repórter: "Por que o Brasil não reconhece as relações com a Argentina?" - Eu digo: "Não, a sua pergunta não merece essa resposta. O que eu tenho que dizer que o Brasil ainda não reconheceu." [risos] E o Brasil depois então...

P.R. - Acabou reconhecendo.

A.A. - Acabou reconhecendo. Era ainda um estado de "ainda não chegou a democracia, mas vai chegar. O dia, a gente não sabe porque não profeta. [risos]

I.F. - Agora, analisando esses governos de 64 para cá, com os presidentes militares, que ainda não chegou na democracia, o senhor acha que foram numa linha para chegar democracia, ou teve altos e baixos?

A.A. - Teve altos e baixos, eu acho que teve altos e baixos. Uma das situações difíceis, para mim, foi a do general... do Costa e Silva.

P.R. - O AI-5?

A.A. - [Não tendo entendido o que fora perguntado] Costa e Silva.

I.F. - Aí houve uma regressão.

A.A. - Houve um período de vacilação. Porque eu acho que o governo do ção? Porque, também, o general Costa e Silva teve algumas decepções, e os assessores do general, um deles, pelo menos, - porque meu colega era muito radical, o Rademaker. O Rademaker meu amigo pessoal, mas ele... Eu considero o Rademaker...

I.F. - Por que...? Eu vou fazer uma pergunta delicada ao senhor, mas na Marinha, tanto no Exército como na Aeronáutica, existem grupos, uns mais radicais, outros menos radicais.

A.A. - Deve ter, na Marinha não há muito radicalismo, não.

I.F. - Não?

A.A. - Não. Houve um certo radicalismo profissional, quando eu era tenente; mas era profissionalmente; era o grupo do São Paulo e o grupo do Minas. O grupo do São Paulo era o dos arquiducos.

I.F. - Ah, isso o que depois a gente quer conversar, sobre os arquiducos. O senhor era de qual?

A.A. - Eu era dos jovens turcos, era do Minas Gerais: era um pessoal mais flexível, mais conciliador etc. E o do São Paulo era o pessoal mais radical: era o arquiducado. Mas, o resultado era o seguinte: que nós, no Minas, levávamos uma voga mais, digamos assim, conciliadora etc., mas nós tirávamos muito bons lugares na prova de tiros. [risos]

I.F. - Mas, depois de 64, fala-se muito num radicalismo muito violento, tanto na Marinha, como no Exército, como na Aeronáutica, com determinados grupos. O senhor não concorda com isso, não é?

A.A. - De quê?

I.F. - Determinados grupos muito radicais dentro das forças Armadas.

A.A. - Sim, o que que tem?

I.F. - O senhor acha que não existiu, depois de 64?

A.A. - No Exército, eu não sei; na Marinha, o grupo era muito pequeno; se existia, era muito pequeno, não havia esse radicalismo muito grande, não.

P.R. - Era o grupo do Heck e do Rademaker, não é?

A.A. - Era: o Heck, o Rademaker, o Levi Aarão Reis... Aliás, eram dois irmãos, na nossa turma tinha dois pares de irmãos: eu e o meu irmão, e o Levi Aarão Reis e o outro irmão, o Benjamin.

I.F. - E a convivência entre esse grupo mais aberto e o grupo mais radical foi difícil?

A.A. - Não, nunca foi difícil, não.

I.F. - Nunca. Mas o senhor teve que prender o Sílvio Heck.

A.A. - Prendi, mas não tinha nada; a amizade era outra coisa, Aí são outros quinhentos cruzeiros, não é? [risos] Um colega meu, depois da inflação, disse: "Agora são mil cruzeiros" - havia um ditado sobre os quinhentos cruzeiros - ele disse: "Agora são mil cruzeiros." [risos]

I.F. - Quer dizer que o senhor acha que nós estamos realmente caminhando para uma democracia?

A.A. - Eu tenho essa impressão.

I.F. - A gente fica satisfeita de ouvir isso. E acha que, então, embora, com uma pulsação jovem, que não foi criada e educada nesse sistema, ela pode se adaptar bem?

A.A. - Eu acho que vai, porque um regime muito mais conciliador, um regime que agrada a todas as... Porque a forma democrática tem essa vantagem: ela atende a todos os anseios sem choques. Eu, quando estava no Ministério, em determinadas situações, eu me manifestei dizendo que a democracia... tudo o que nós aspiramos, nós podemos conseguir dentro do regime democrático, e a minha fonte de exemplo são os Estados Unidos: eles conseguem tudo dentro do regime democrático. Aquilo um país admirável. Agora, uma coisa que...

I.F. - está na hora.

A.A. - está na hora da senhora ir embora, afivelar as malas. [risos]

I.F. - está ótimo então. Quer dizer que o senhor me deixou animada, com essa sua aula aí.

A.A. - Eu? Quem sou eu!

I.F. - você não acha, Plínio, que a gente devia se animar?

A.A. - Quem sou eu para animar! Mas a vida isso mesmo.

I.F. - O senhor foi então à favor da abertura?

A.A. - Eu sou. Acho que nós temos que solucionar os problemas dentro de um regime em que a liberdade seja a mais louvável das aspirações. uma aspiração humana, eminentemente humana acho que todo animal quer liberdade. Agora, a liberdade com... com responsabilidade, que preciso haver a responsabilidade.